



5.ª Conferência da Reforma Agrária

O futuro continua a construir-se nos campos do Alentejo

Reportagem • Intervenção • Proclamação final • Discurso de
Álvaro Cunhal no comício de encerramento Pág. 6/7/8

A POLITICA AGRÍCOLA DO GOVERNO «AD»: MANDAR ESPANCAR OS CAMPONESES

Pág. 3

PROENÇA DE CARVALHO MENTE!

Nota da SIP do PCP
desmente as últimas aldrabices Pág. 3



Balsemão «fez obras» no Governo mas o edifício continua a cair...

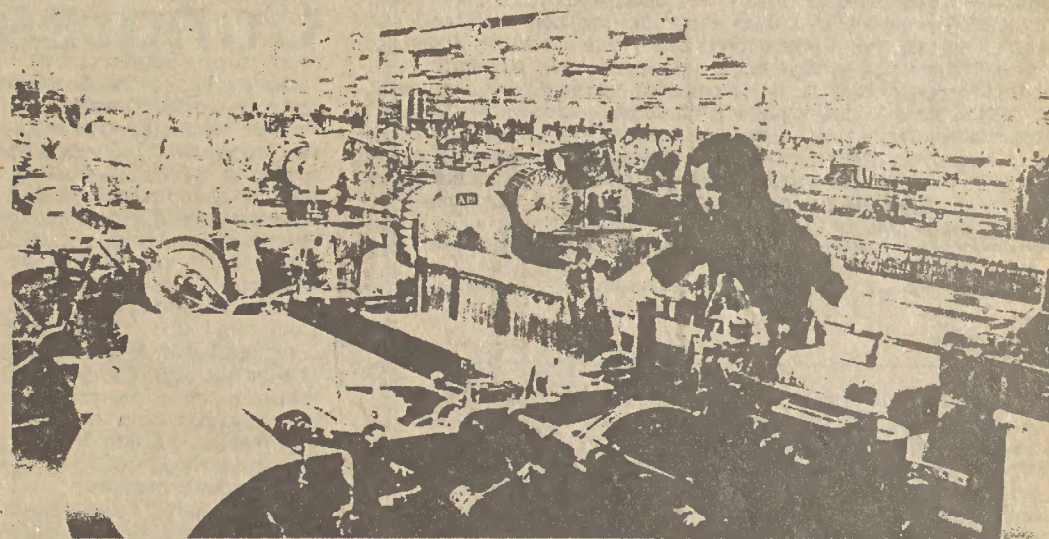
Declaração política de Carlos Brito na AR

Pág. 4

«A APU, mesmo em inferioridade numérica, é a verdadeira alma de muitas autarquias»

— entrevista com
Helena Medina,
do CC e da DORP

Pág. 12



3.º Congresso Têxtil

Garantir o emprego melhorar os salários salvar o sector

Pág. 5

SEMANA Nacional

27

Quarta-feira

O CDS reafirma, em comunicado da sua Comissão Directiva, que se sente "no direito" de obter "uma reparação" de Mota Amaral, presidente do Governo Regional dos Açores e membro do PPD/PSD que recentemente pôs em causa o interesse deste partido de direita pela autonomia dos Açores. ■ O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre, num comunicado sobre o desemprego naquele distrito, denuncia que apenas uma infima parte dos mais de três mil trabalhadores no desemprego em Portalegre recebem o respectivo subsídio, apesar de serem atriçados para esta situação pela política do MAP. ■ Os trabalhadores do sector de pilotagem alcançam uma importante vitória ao obrigarem o Governo a aceitar todas as suas reivindicações; as partes chegaram a acordo no decurso de uma reunião de conciliação iniciada às 21 horas de ontem, no Ministério do Trabalho, e três horas antes de começar a segunda fase de greve por um período de 63 horas.

28

Quinta-feira

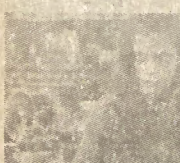


PCP apresenta projecto-lei na AR

Cerca de 1000 agricultores em Barcelos, 200 em Famalicão e 70 na Póvoa de Lanhoso reúnem-se em plenários para exigirém do Governo o fim do aumento dos factores de produção, a concretização de preços compensadores para os seus produtos e medidas para a resolução dos problemas da lavoura. ■ O dirigente do PPD açoreano e presidente do Governo Regional, Mota Amaral, reafirma não ter "qualquer reparação a fazer ao CDS" pois entende que "a mera constatação de factos nunca pode ser ofensiva para ninguém". ■ O PCP apresenta em conferência de imprensa realizada na Assembleia da República o seu projecto de lei do sistema educativo, que se seguiu a dois já apresentados pelo MDP/CDE e o PS.

29

Sexta-feira



Sector Têxtil no seu III Congresso

Com a participação de 150 delegados e a presença de várias delegações de convidados estrangeiros, iniciam-se em Guimarães os trabalhos do III Congresso dos Trabalhadores do Sector Têxtil, que se prolongará até amanhã. ■ Cerca de 400 produtores de leite e carne da região de Odemira concentram-se em frente ao município local reclamando do Governo preços justos para os seus produtos; a concentração foi convocada pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores de Odemira, Relíquias e Sabóia. ■ São devolvidas aos trabalhadores da UCP "Esquerda Vencerá", em Pias, 255 ovelhas das 536 que lhes tinham sido tiradas e entregues aos agrários Madeiras na passada terça-feira; a ilegalidade fora cometida sob responsabilidade do funcionário do MAP Caímoto, também dirigente do PPD/PSD em Beja. ■ Cedendo a pressões de Pinto Balsemão, o "monárquico" Ferreira do Amaral pede a demissão de ministro da Qualidade de Vida, tendo-se com ele solidarizado o secretário de Estado da Comunicação Social, Luís Fontoura. ■ Com a apresentação das conclusões e após uma semana de trabalhos, encerra no Porto o congresso pedagógico "Cem anos de Escola Primária".

30

Sábado

Inicia-se em Évora a 5.ª Conferência da Reforma Agrária com a participação de 2800 delegados e centenas de convidados, nacionais e estrangeiros. ■ Num comunicado distribuído no final de uma reunião, a Comissão Nacional do PS considera que a "AD" revela uma acentuada "incapacidade de liderança política" e não é capaz de assegurar ao país "um governo estável e modernizador". ■ O sindicato paralelo que representa parte dos maquinistas da Companhia Caminhos de Ferro Portugueses (CP) anuncia que vai iniciar no dia 1 de Junho uma greve nacional, por falta de acordo com a gerência da empresa, paralisação que se prolongará até ao dia 5 com o objectivo de "sensibilizar o conselho de gerência da CP para a deficiência da condução dos comboios". ■ O Primeiro-Ministro Pinto Balsemão confirma, em comunicado, a exoneração dos ministros da Reforma Administrativa, Eusébio Marques de Carvalho, e da Qualidade de Vida, Ferreira do Amaral.

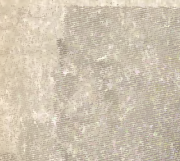
31

Domingo

Com a realização de um grande comício onde falou o participante-geral do PCP, Álvaro Cunhal, encerra em Évora a 5.ª Conferência da Reforma Agrária, onde foi reafirmada a decisão de defender a Reforma Agrária e decidido, entre outras formas de luta, organizar uma ampla concentração de fortes delegações das UCPs/Cooperativas de toda a Reforma Agrária frente à Assembleia da República, em Lisboa. ■ Termina em Guimarães o III Congresso dos Trabalhadores Têxteis com a eleição do novo Secretariado da Federação do sector e a aprovação unânime do caderno reivindicativo e do programa de acção para os próximos três anos. ■ O dirigente do CDS, Rui Pena, afirma em entrevista dada à ANOP na Madeira que os partidos da "AD" são "irmãos a disputarem o mesmo espaço". ■ O Sindicato paralelo dos Maquinistas decide aumentar para dez dias a greve que pretende iniciar amanhã a nível nacional, devido "às posições assumidas pelo Conselho de Gerência da CP".

1

Segunda-feira



Aristides Pereira

Chega a Lisboa, para uma visita oficial de cinco dias o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, sendo recebido no aeroporto da Portela pelo Presidente português, general Ramalho Eanes. ■ Inicia-se às zero horas uma greve nacional promovida pelo sindicato paralelo dos maquinistas da CP, com duração prevista de dez dias e que já provocou enormes engarrafamentos nos acessos rodoviários aos principais centros urbanos e atrasos generalizados na chegada aos empregos. ■ O Juiz que preside ao julgamento dos três sindicalistas da Função Pública, detidos no passado dia 13 frente ao Ministério da Reforma Administrativa, indefere o requerimento apresentado pela defesa, solicitando que fossem ouvidos os ministros da Reforma Administrativa e da Administração Interna; a defesa dos três sindicalistas vai recorrer desta decisão para o Supremo Tribunal de Justiça.

2

Terça-feira

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) solicita ao ministro da Administração Interna um inquérito à acção da GNR ontem em Pombal durante uma concentração de agricultores do distrito de Leiria, a qual foi violentamente dispersa por uma brutal carga desta força paramilitar, causando vários feridos, um dos quais atingido gravemente. ■ Chega a Lisboa uma delegação comercial soviética chefiada pelo vice-ministro do Comércio Externo, A. N. Manjoulou, para participar na terceira reunião da Comissão Mista Luso-Soviética.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 30 de Maio de 1834 é referendado pelo ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar o decreto que extingue as ordens religiosas em Portugal; as rendas dos bens de 481 conventos extintos terão rendido, segundo Alexandre Herculano, de 50 000 a 60 000 contos de réis.

Editorial

UMA REMODELAÇÃO DE FACHADA

O Governo AD/Balsemão, o «governo de pedra e cal para quatro anos», segundo os projectos cor de rosa da Aliança reacçãoária, não durou, afinal, muito mais do que quatro meses na sua primitiva forma.

Sofreu a primeira «panne», foi «recauchutado», vai retomar agora a marcha sob o esigma da crise.

Em termos sociológicos, como naturalmente em quaisquer outros, as crises não se inventam.

Ainda menos quando afectam toda a existência de um povo, menos ainda todo um sistema político-social. Resultam de contradições tanto mais agudas e profundas quanto divergentes são os interesses em causa; tanto mais difíceis de superar quanto, para os problemas criados, se tentam impor soluções contrárias à vida e à vontade dos povos; tanto mais destruidoras quanto se busca resolvê-las ao arreio de realidades económicas e sociais concretas.

Da mesma forma não se podem avaliar as mudanças de uma dada situação apenas pelas alterações de superfície.

Numa situação de crise como a que se vive em Portugal intensifica-se a instabilidade interna do sistema de Poder; deterioram-se os factores económicos e sociais; as mudanças quantitativas são mais rápidas e menos perceptíveis que as mudanças de qualidade; as primeiras estão na base das segundas.

Vai-se melhor as de superfície — é mais difícil ver-se as de fundo.

Estas breves considerações em termos gerais ajudam-nos a melhor compreender a realidade prática da situação actual do nosso País, as origens, dimensão e significado reais da presente remodelação governativa, as actuais dificuldades internas da «AD», a natureza da crise, a relação de forças no momento actual.

A remodelação ministerial, a «recauchutagem» do Governo AD/Balsemão, constituem indubitavelmente manifestações de superfície de uma crise em profundidade.

Porém, na óptica dos «analistas» encartados da «AD» que centram as suas atenções nas alterações de fachada, principalmente a do jornal do PM, que aparece com Basílio Horta como um dos grandes mentores da remodelação, a crise não era, e naturalmente não é, senão uma questão de homens e de cargos no Governo.

Tirar os ministros tal e tal até ao dia tantos, com prazos exactos, e colocar no seu lugar outros cavaleiros «AD» mais abalizados, mais olho-vivo, era para os «engenheiros» da remodelação um golpe de alta estratégia política.

Na óptica das forças democráticas as razões profundas da crise e as formas de superação têm de ser necessariamente outras. Exigem não apenas a saída de alguns ministros mas a remoção completa e imediata de todo o Governo «AD»; não um simples ajustamento tático ao nível de tal ou tal Ministério mas uma autêntica viragem democrática na política portuguesa.

O CC do PCP na sua reunião de fins de Maio apontava justamente como causas fundamentais da crise a provada incapacidade dos Governos, desde o do PS sozinho até ao da AD/Balsemão, para resolverem os grandes problemas nacionais na linha dos interesses do povo trabalhador das fábricas e dos campos e da independência nacional.

«Essa incapacidade — dizia-se no documento saído da Reunião do CC — verifica-se não só porque afrontam os interesses da maioria esmagadora do Povo português e encontram a sua luta decidida, como também porque contrariam frontalmente a nova realidade económica, social e política criada pela Revolução de Abril e consagrada na Constituição».

É indubitável que o novo Governo AD/Balsemão (R) não altera minimamente os dados do problema; deixa tudo no pé em que estava e porventura numa situação mais grave; continuará o empenhamento golpista contra o regime democrático do anterior Governo AD/Sá Carneiro/Freitas do Amaral adaptado às novas condições; procurará, na esteira dos outros governos de direita, restabelecer o poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

É no auge de um poderoso e impetuoso movimento de massas em todas as frentes contra a política antipopular e antinacional dos governos «AD», e como resposta ao

agravamento sensível da situação económica e das condições de vida do Povo e da ofensiva contra as conquistas fundamentais da Revolução de Abril consagradas na Constituição que tem lugar esta primeira «panne» ministerial depois de 1980 e dela sai mal fendo o Governo AD/Balsemão (R).

Crescem as lutas da classe operária; importantes greves, paralisações e concentrações de trabalhadores põem abertamente em cheque a política laboral do Governo.

Aumenta a heróica resistência dos assalariados agrícolas e pequenos agricultores e seareiros da Zona da Reforma Agrária contra a ofensiva de destruição da mais bela conquista de Abril — resistência de que a V Conferência da Reforma Agrária, em Évora, constituiu uma poderosa manifestação.

Cresce e desenvolve-se com extraordinário vigor, amplitude e ímpeto jamais vistos o movimento dos pequenos e médios agricultores do Centro e Norte do País contra a política agrária de ruína conduzida pelo Governo.

Não é fortuito o facto de a actual remexida no Governo AD/Balsemão (R) se ter produzido nos sectores mais contestados da acção governativa. A demissão do ministro Eusébio de Carvalho e os estreameços que quase levaram a saída do ministro Cardoso e Cunha — o gendarme da Reforma Agrária — são factos significativos da presente instabilidade governativa.

A esta luz a actual remodelação ministerial aparece como uma simples ponta de «icebergue» de uma crise muito mais profunda e vasta que a remexida governamental em curso obviamente não resolve.

A V Conferência da Reforma Agrária em Évora constituiu uma potente demonstração da determinação dos trabalhadores da terra do Alentejo e do Ribatejo de defenderem a mais preciosa conquista da Revolução contra a ofensiva institucional, desumana e violenta dos governos «AD», iniciada com o Governo PS sozinho ao abrigo da celerada Lei Barreto.

Mais de 2900 delegados trouxeram à tribuna da Conferência um vivo requisiatório contra os crimes, arbitrariedades, violências e roubos de cinco anos de uma feroz ofensiva contra a Reforma Agrária.

Successivos governos — com particular relevo para os governos «AD» — empenhados na reconstituição dos latifúndios, cometeram em cadeia verdadeiros atentados contra a economia nacional; toda a desumanidade de uma política virada contra os mais pobres do campo e ainda o vigoroso desmascaramento da política agrária do Governo «AD», tudo isso foi réu na tribuna da Conferência.

Os números da ofensiva são impressionantes: 569 000 hectares de terras, 214 500 cabeças de gado, 11 060 máquinas e alfaias agrícolas, frutos pendentes de uma área de 166 000 hectares semeados pelos trabalhadores, valores no montante de 8 milhões de contos foram roubados às UCPs/Cooperativas; 4,5 milhões de contos de juros e capitais roubados elevam o valor monetário da ofensiva para 12,5 milhões de contos; 111 UCPs/Cooperativas foram totalmente destruídas, 60 completamente inviabilizadas, tal é o balanço negro da ofensiva contra a Reforma Agrária.

Em consequência, destruição de 45 000 postos de trabalho, mais de 20 000 desempregados de que 80% são mulheres; 2 trabalhadores assassinados, 1 500 feridos pelas cargas da GNR e todo um tor de atropelos, violências e crimes para reconstituir de novo os latifúndios (250 herdades, 84,5% das terras roubadas).

A V Conferência apontou a necessidade de defender «hectare a hectare» as terras da Reforma Agrária, não para debandar mas para retomar as conquistas alcançadas, para recuar as terras roubadas, para recuperar para a economia nacional e para o bem-estar dos que trabalham a terra, tudo o que foi produto de um árduo trabalho, de sacrifícios e sofrimentos sem nome e foi levado pelos grandes agrários e os vândalos da «AD».

Mas a V Conferência não foi expressão de defensiva dos trabalhadores heróicos da Reforma Agrária. Delegados, entre os quais a juventude, em particular as jovens trabalhadoras trouxeram à tribuna experiências, resultados excepcionais no domínio da produção e das novas culturas, indomável vontade de remar contra a maré.

O DKP em Congresso «tudo pela paz»

«Um partido forte, unido, confiante nos seus dirigentes apesar das muitas dificuldades que tem que enfrentar, jovem na sua composição etária» (a idade média dos congressistas era de 35,6 anos), — assim se referiu ao Partido Comunista Alemão (DKP), partido dos comunistas da RFA, o camarada José Vitoriano, que acaba de regressar do seu Congresso, realizado de 29 a 31 de Maio.

O Congresso contou com a participação de 677 delegados e 135 convidados, de que, no total, 659 eram operários, sendo 33,9% dos congressistas mulheres.

O tema central dos trabalhos — lema do Congresso — é particularmente significativo: «Tudo pela paz». Grande parte da intervenção do presidente do DKP, camarada Herbert Mies, esteve virada para os problemas da paz e da segurança, salientando-se o grande desenvolvimento na RFA da luta contra a instalação dos mísseis nucleares, luta que abarca os mais diversificados sectores, mesmo pessoas ligadas ao CDU.

O camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC leu num comício a mensagem do CC do PCP que parcialmente reproduzimos.

«A luta dos comunistas alemães, os mais firmes defensores dos interesses da classe operária e das massas populares e os mais consequentes antifascistas e patriotas do seu país, contou sempre com o apreço e solidariedade dos comunistas

e dos trabalhadores portugueses. Foi assim quando dos heróicos combates do proletariado alemão nas primeiras décadas deste século, como o foi sobretudo quando dos terríveis sofrimentos que vos foram impostos e da dura resistência que movestes até à vitória dos povos sobre o terrorismo genocida nazi, a um tempo abatido sobre o vosso próprio povo e os povos da Europa e do mundo.

«Também hoje estamos ao vosso lado na luta abnegada e difícil que travais pela unidade de acção da classe operária e pela aproximação e entendimento de todas as forças democráticas no combate à política dos monopólios, que visa fazer pagar aos trabalhadores as graves consequências da crise do capitalismo, contra as limitações escandalosas aos direitos e liberdades dos democratas, no combate à reacção revanchista e ao ressurgimento das actividades fascistas, pela realização na RFA de profundas transformações económicas e sociais antimonopolistas.

«Queridos camaradas,

Em Portugal, sete anos decorridos sobre o histórico levantamento militar e popular do 25 de Abril de 1974, a luta continua complexa, sua reais as ameaças para a democracia.

«As forças da reacção dispõem hoje do governo e da maioria na Assembleia da República e utilizam as suas posições no poder para

desenvolver uma perigosa ofensiva contra-revolucionária visando a liquidação da Constituição da República e do regime democrático que ela consagra e a instalação de uma nova ditadura. Mas esta ofensiva

encontra pela frente a firme resistência de um forte movimento operário e popular. Nos últimos, meses têm-se desenvolvido numerosas lutas com a participação de centenas de milhares de trabalhadores. As

celebrações do 25 de Abril e do 1.º de Maio foram assinaladas com grandiosas manifestações em todo o país, mostrando bem os sentimentos unitários, a força e a confiança dos trabalhadores na defesa da democracia. Neste

quadro assume particular gravidade o facto de círculos dingentes do Partido Socialista persistirem na velha e perigosa política de alianças com a direita e capitulação ante a ofensiva da reacção».

Congresso na Finlândia

De 22 a 24 de Maio realizou-se em Helsínquia o 19.º Congresso do Partido Comunista da Finlândia. O PCP esteve representado no Congresso pelo camarada José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central.

O Congresso reuniu mais de 500 delegados, com uma percentagem de 52,8% de operários. No centro dos trabalhos, problemas nacionais particularmente sentidos, como o desemprego, a insegurança social, as reivindicações dos trabalhadores; a participação dos comunistas no governo, onde o Partido conta com três ministros. Uma questão primordial: o problema da unidade do Partido, nota dominante também nos trabalhos preparatórios. De notar que pela primeira vez nestes últimos 15 anos foi possível a aprovação por unanimidade, nos órgãos dirigentes do Partido, dos projectos dos documentos político de organização.

O aumento considerável da participação das mulheres nos órgãos dirigentes do Partido é outro facto a salientar.

O camarada José Vitoriano leu na tribuna do Congresso a saudação do CC do PCP, de que reproduzimos largos extractos.

«Os comunistas portugueses seguem com atenção a vossa luta pela defesa dos interesses da classe operária e do povo trabalhador finlandês, nomeadamente contra o desemprego e a inflação, e a estagnação económica que são o resultado do agravamento da crise do capitalismo, assim como os vossos esforços para a formação de uma ampla frente da classe operária, dos empregados, da intelectualidade e do sector não monopolista da burguesia, instrumento para abrir o caminho a transformações democráticas, antimonopolistas apontadas ao socialismo. Os comunistas portugueses valorizam altamente a vossa acção em prol da política



O camarada José Vitoriano na tribuna do Congresso do Partido Comunista da Finlândia

de amizade e cooperação entre a Finlândia e a URSS, assim como com outros países socialistas, a qual tem feito grangear grande prestígio internacional ao vosso país.

«Queridos Camaradas, O caminho amplo para a segurança e cooperação entre os Estados, que se abriu para a Humanidade em 1975, em Helsínquia, capital da Finlândia, encontra-se seriamente ameaçada

pela política provocatória e belicista desencadeada pelo imperialismo norte-americano e círculos mais reacçãoários da OTAN.

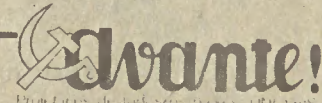
«A actual situação internacional encerra elementos contraditórios. Enquanto, por um lado, continua perigosamente a corrida aos armamentos, por outro lado, cresce a consciência e luta de sectores cada vez mais amplos para deter essa frenética actividade da indústria da morte ao serviço do imperialismo e, particularmente, do complexo militar-industrial. Para os comunistas portugueses tal política imperialista e hegemónica do imperialismo deriva da crise profunda em que se debate o capitalismo, do aprofundamento do processo revolucionário mundial ao longo da década de 70, das realizações dos países socialistas.

«O PCP considera que para derrotar os planos belicistas do imperialismo é imperioso reforçar a unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, é factor determinante para contrariar e finalmente derrotar as manobras do imperialismo.»

o campo das forças revolucionárias.

«Os perigos para a Paz, para a independência e segurança dos povos são reais, mas podem ser e serão conjurados pela acção unida de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

Os comunistas portugueses consideram que a unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, é factor determinante para contrariar e finalmente derrotar as manobras do imperialismo.»



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 766345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3 1.º - 1000 Lisboa. Tel. 769747/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2 1.º - 1000 Lisboa. Tel. 798287/79825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2 1.º - 1000 Lisboa. Tel. 769705. Abrangem distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 - 4000 Porto. Tel. 29638.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2 1.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Fátima - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarçova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2 1.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776937. Porto - Rua do Almada, 18-2 1.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIENTE: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Compoto e impressão na Haste Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Maio: 60575

Nacional

PROENÇA DE CARVALHO
MENTE!

No passado dia 18 de Maio a SIP do PCP divulgou aos órgãos de comunicação social (RTP incluída) um detalhado estudo - publicado no «Avante!» de 21/5/1981 - sobre tempos atribuídos pela RTP/1 ao Governo «AD» e partidos políticos no período entre 8/12/80 e 10/5/81, do qual se concluiu que o Governo e partidos da «AD» tinham beneficiado, em conjunto, de cerca de 18 horas contra 7 horas de todos os outros partidos representados na AR, comprovando-se ainda uma flagrante discriminação contra o PCP.

Em 21 de Maio foi entretanto lida na RTP/1 uma nota (só publicada por alguns jornais em 28/5) pretendendo desmentir os dados apresentados pela SIP do PCP, onde considerava «abusivo» adicionar os tempos do Governo aos dos partidos da «AD» e se afirmava que «durante o período considerado pelo PCP (...) a Aliança Democrática e os partidos que a compõem beneficiaram de um tempo de 3 horas 11 minutos e 57 segundos enquanto que aos partidos da oposição foi concedido o tempo de 5 horas 47 minutos e 57 segundos».

Sobre o assunto, a SIP do PCP, em nota divulgada na passada terça-feira, «entende necessário formular os seguintes comentários e esclarecimentos:

1. A nota da RTP é, em primeiro lugar, uma **grosseira mistificação**, porque atento o conteúdo das declarações dos membros do Governo e a desavergonhada partidarização com que estes marcam o exercício de cargos públicos, é, em rigor, completamente inadequado, despropositado e forçado distinguir entre a sua qualidade de membros de Governo e a de dirigentes dos partidos da «AD». Com efeito, é dado indiscutível da vida política portuguesa que os membros do Governo constantemente propagandeiam a «AD» e atacam os outros partidos e que, por sua vez, os dirigentes da «AD» constantemente propagandeiam o seu Governo.

2. A nota da RTP é, em segundo lugar, um **documento mentiroso**. Com efeito, mesmo realizando o ingente esforço de apenas contabilizar nos partidos da «AD» os tempos atribuídos aos seus dirigentes quando formalmente como tal apresentados, a verdade é que os partidos da «AD» no período considerado somaram, não 3.11.57 como diz a nota da RTP, mas **quase 7 horas!**

Não se trata da palavra da SIP do PCP contra a palavra da RTP/Proença de Carvalho. A SIP do PCP prova o que afirma com a discriminação diária (em anexo) dos tempos atribuídos aos partidos da «AD», a qual mostra que aqueles partidos só em

4 meses (Dez. Jan. Fev. e Março) somaram 5 horas 35 minutos e 7 segundos, ou seja **mais 2 horas e 44 minutos do que a nota da RTP refere para cinco meses.**

Tais dados nada têm de surpreendente, pois só as entrevistas de dirigentes dos partidos da «AD» ao «1.ª Página», ao «Zoom» e ao «Aqui e Agora», (excluindo portanto todos os serviços noticiosos) somaram nos referidos cinco meses 3 horas e 12 minutos (com a seguinte discriminação: no «1.ª Página»: Ângelo Correia 20 minutos; Ribeiro Teles 13 minutos; Pinto Balsemão 45 minutos; Freitas do Amaral 45 minutos; no «Zoom»: Freitas do Amaral 24 minutos; no «Aqui e Agora»: Lucas Pires 20 minutos, Carlos Macedo 25 minutos).

Nestes termos, desde já se desafia a RTP/1 para publicar a discriminação de tempos em que baseia a suas afirmações, por forma a permitir o seu confronto com a discriminação em anexo divulgada pela SIP do PCP.

3. A nota da RTP constitui finalmente uma indirecta confissão de culpa porque, não dando qualquer resposta a todas as outras acusações formuladas pela SIP do PCP, designadamente quanto à obstinada discriminação praticada contra o PCP (recorda-se uma vez mais o escândalo do Programa «1.ª Página» que, com 15 edições desde 8 de Dezembro, não estreitou nenhum representante do PCP), é em consequência legítimo concluir que a RTP/Proença de Carvalho assume publicamente tais práticas ofensivas do pluralismo como parte integrante da sua orientação antidemocrática.

4. Cumpre ainda anotar que a circunstância de a RTP/«AD» ter divulgado perante as câmaras uma nota de resposta à nota da SIP do PCP sem que desta tivesse dado conhecimento aos telespectadores, é, em si mesma, uma suficiente ilustração da desonestidade, prepotência, **gangsterismo** e manipulação reinantes na RTP/Proença de Carvalho.

5. **Acessoado pelo crescente** descontentamento popular, enfraquecido por crises e contradições internas resultantes do fracasso da sua política, o Governo e o partidos da «AD» agarram-se ao controlo totalitário da comunicação social estatizada, designadamente televisão, como instrumento privilegiado para amordaçar a voz dos adversários e propagandear uma política cada vez mais isolada, desactualizada e combatida.

A demissão de Proença de Carvalho e a reposição da legalidade democrática na RTP são uma necessidade inadiável no quadro da luta em defesa do regime democrático, contra o Governo «AD» que o ameaça e subverte».

A RTP afirmou que em 5 meses os partidos da «AD» beneficiaram de 3 h 11 m 57 s.

A SIP do PCP prova que só em 4 meses os partidos da «AD» beneficiaram de 5 h 35 m 07 s.

Resumo:	
Dezembro	46.36
Janeiro	59.36
Fevereiro	1.34.11
Março	2.14.44
Abril e 10 dias de Maio	1.16.80
cerca de	
Total	6.51.07

Discriminação diária de 8.12.80 a 31.3.81

Dezembro		
Dia 8 - TJ - Reunião Cons. Nac. PSD	39	
- TJ - Declarações de Pinto Balsemão	1.40	
- 24hs - idem	1.31	
- Dec. Ângelo Correia	35	
9 - TJ - Dec. Ribeiro e Castro	1.20	
12 - TJ - Dec. Nandim de Carvalho	2.44	
- 24hs - Dec. Ângelo Correia	1.40	
13 - TJ - Reunião C. N. do PSD	30	
- TJ - Dec. Ângelo Correia	7.19	
- TJ - Dec. Ribeiro e Castro	2.59	
- TJ - Dec. Ângelo Correia	1.13	
- TJ - Dec. Ribeiro e Castro	1.16	
14 - TJ - Dec. Pinto Balsemão	3.09	
- TJ - Dec. Freitas do Amaral	41	
- TJ - Dec. Mota Amaral	1.24	
- TJ - Dec. de A. João Jardim	2.48	
15 - TJ - Dec. Pinto Balsemão	1.31	
- 24hs - idem	19	
- 24hs - Dec. Ribeiro Teles	35	
- 24hs - Dec. Leonardo R. Almeida	27	
16 - TJ - Dec. Pinto Balsemão	57	
- TJ - idem	10	
- TJ - Dec. Freitas do Amaral	30	
- 24hs - Dec. Pinto Balsemão	23	
- 24hs - Dec. Freitas do Amaral	10	
17 - TJ - Dec. Pinto Balsemão	1.08	
18 - TJ - Dec. Ribeiro de Almeida	20	
- TJ - Dec. Pinto Balsemão	38	
19 - TJ - Dec. Ribeiro Almeida (câmara AD)	1.21	
- 24hs - idem	40	
20 - TJ - Cimeira na Quinta da Marinha	50	
- 24hs - idem	30	
30 - TJ - Dec. Pinto Balsemão	1.58	
- 24hs - Dec. Eurico de Melo	1.06	
31 - TJ - idem	1.03	
Total	46.36	
Janeiro		
Dia 5 - TJ - Dec. Pinto Balsemão	3.17	
- TJ - Dec. Santana Lopes	3.29	
7 - TJ - Dec. Basílio Horta	2.47	
- 8 - 24hs - Dec. Mário Adegas	1.10	
10 - TJ - Reunião de Mulheres Centristas	30	
- TJ - Reunião Juventude Centrista	1.01	
11 - TJ - Dec. Ângelo Correia	1.01	
12 - 24hs - Dec. Ribeiro e Castro	2.07	
- 24hs - Dec. Basílio Horta	29	
14 - TJ - Dec. Rui Amaral	37	
18 - TJ - Reunião C.N. da PSD	1.13	
23 - TJ - Dec. Ângelo Correia	3.08	
24 - TJ - Dec. Rui Oliveira	2.22	
27 - TJ - Dec. Leite Faria	2.50	
- TJ - Dec. Rui Pena	1.44	
29 - TJ - Dec. Alfredo Magalhães	2.40	
30 - TJ - Henrique Morais	52	
- TJ - Filmes retrospectiva vida Sá Carneiro	15.22	
- TJ - Entrevista com Cavaco e Silva	13.31	
Total	59.36	
Fevereiro		
Dia 3 - TJ - Dec. Nandim de Carvalho	1.00	
11 - Reunião do PSD e Conferência de Imprensa	2.17	
Total	2.14.44	

Movimento camponês não cede à repressão
Uma realidade que se impõe
no quadro da luta democrática

«As acções de repressão e violência que, a mando do Governo AD/Balsemão, têm sido desencadeadas contra manifestações de agricultores», e que ainda recentemente «assumiram a forma de brutais espancamentos e agressões de agricultores que, em número de dois mil, se manifestavam em Pombal - longe de serem uma afirmação de força por parte do Governo, são uma demonstração de fraqueza e isolamento e um testemunho elucidativo do seu ódio às liberdades e à democracia», como salienta um documento divulgado pela SIP do CC do PCP.

Essa política de repressão tem a ver com o real isolamento das forças de direita, como a CAP, e do seu Governo, face a uma situação que nos últimos meses se tem destacado no quadro da luta democrática no nosso país.

São as acções de protesto dos agricultores contra medidas e decisões do Governo Balsemão, que afectam profundamente os seus justos direitos, acções que envolvem milhares de pessoas em diversos pontos do país, especialmente no Centro e Norte, e que «representam a confirmação do, prosseguimento e ascensão das lutas camponesas, ampliando crescentemente o isolamento social da política do Governo AD», como refere a nota da SIP.

Os protestos dos agricultores

No fundamental, quais os motivos das lutas e das acções de protesto dos agricultores?

Para se compreender bem o problema há que reкур um pouco. De facto, desde o início do ano, o movimento camponês, com expressões diversas e em diferentes pontos do país, tem afirmado uma posição de grande firmeza contra as orientações e a política inoperante do Governo.

A princípio, a luta desenvolveu-se contra os aumentos dos factores de produção, (adubos, rações, pesticidas, combusti-

veis, etc.), prosseguindo face à crise provocada pela seca e geadas (com os seus reflexos no gado e com novos aumentos nos factores de produção), apresentando propostas para a solução dos problemas mais graves, exigindo a concretização de medidas de emergência e o cumprimento de promessas do Governo.

Surgiam, entretanto, grandes acções de luta e mobilização. Em 16 de Março, reunia em Lisboa, com a participação de 4 mil agricultores oriundos de todos os distritos do Continente e da Região Autónoma da Madeira, a Jornada Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura Portuguesa, promovida pela CNA.

Recentemente, a luta concentra-se em particular na questão do leite e carne; compartes e baldios; batata; e ainda nos reflexos das geadas.

Vejam os alguns desses problemas fundamentais.

Além da sua má qualidade, o preço das rações aumentou 40 por cento. A situação dos produtores de leite e carne, que já de si era preocupante, designadamente com a falta de pastos provocada pela seca e geadas e pelos preços pagos à produção, veio assim sofrer novo agravamento.

Os aumentos do preço ao consumo não tiveram qualquer correspondência na produção. Alguns exemplos: o frango subiu ao consumo de 80\$00 para 120\$00 (50 por cento), baixando na produção de 50\$00 para 25\$00 (50 por cento); o leite subiu ao consumo 30 por cento,

mantendo o mesmo preço à produção; para o suíno e bovino passou-se exactamente o mesmo!

Os preços oficiais (caso do leite), os preços de garantia da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) ou os preços correntes (caso da carne) já não cobrem sequer os custos de produção.

Quanto aos baldios: o congelamento das contas bancárias, o não reconhecimento oficial dos Conselhos Directivos, as exigências ilegais de homologações, a falta de apoio e o boicote dos serviços oficiais à Lei dos Baldios, são, sem dúvida, problemas que continuam a afectar numerosos camponeses.

O caso dos produtores de batata: aqui os problemas não são menores. Há batata velha do ano passado por escoar; continuam as dívidas da Junta Nacional das Frutas aos agricultores; a batata de semente apresenta um preço elevadíssimo, registando-se ainda a liberalização da importação com o consequente excesso e dificuldades na venda da batata de semente, em especial de origem nacional.

Cinco escudos por quilo (em Junho, aumentando até 7\$00 para Janeiro de 82), é o preço de garantia da batata por parte da JNF para a próxima campanha. Entretanto, a batata nova está a ser paga aos produtores a preços muito baixos (6\$00).

Além do problema da seca (exigência das indemnizações pelos prejuízos), há ainda a registar, por exemplo, as iniciativas de mobilização e organização por parte dos resineros, produtores florestais e pastores.

Uma luta que se intensifica

A luta dos agricultores apresenta números e factos que confirmam, sem margem para dúvidas, a crescente mobilização e

consciencialização dos agricultores e a razão dos seus protestos.

Em 16 de Março, na Jornada Nacional, Lisboa acolheu 4 mil agricultores. No passado mês de Maio, por exemplo, milhares de camponeses participaram em diversos pontos do país em concentrações, desfiles, plenários e manifestações, além de recolhas de assinaturas.

Como refere a já citada nota da SIP, «são de destacar as acções realizadas em Guimarães, Caldas da Rainha, Golegã, Lousada, Assentis (Rio Maior), Albergaria-a-Velha, Braga, Colmbra, Famalicão, Barcelos, Odemira, Vouzela, Vila Nova do Couto (Rio Maior), Santarém, Lousã, Condeixa, Fafe, Viseu, Mirandela, Lamego, Arganil, Aveiro e Pombal», estando entretanto previstas outras acções.

E acrescenta o documento da SIP:

«Não se pode deixar de considerar significativo que, apesar das orientações em contrário de Casqueiro, uma reunião realizada em 31 de Maio, das Associações de Agricultores de Rio Maior, Mirandela e Portalegre, integradas na CAP, tenha criticado a política do Governo».

AD/CAP: incapacidade e isolamento

A actual fase de luta e protesto da agricultura apresenta outros aspectos de grande importância.

«A intensa movimentação e as poderosas lutas dos agricultores exprimem», comenta a nota da SIP, «o justo protesto das massas camponesas contra a flagrante incapacidade do Governo AD/Balsemão para fazer frente aos agudos problemas e prementes necessidades da agricultura portuguesa».

Mais: «São ainda, objectivamente, uma clara condenação

Canção juvenil teve «final»
Venceu a qualidade e o convívio!

«Terra Calcínada» foi a canção vencedora da final do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFJC), iniciativa do jornal «Juventude», órgão da JCP.

A final decorreu no último sábado, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, numa sessão que durou mais de cinco horas, num ambiente de convívio e de uma certa expectativa.

«Terra Calcínada», uma das 10 canções apuradas para a sessão final, foi interpretada pela «Brigada Povo Unido», vencedora no Festival de Vialonga. Obteve 82 pontos, contra os 80 da composição «Trilogia», interpretada pelo grupo «Charanga» (Festival da Marinha Grande), a quem o júri atribuiu também os prémios da melhor letra e da melhor música.

O terceiro lugar coube ao conjunto «rock» «Arte Nova» (Festival de Mosca), com a canção «Metafísica» (73 pontos).

O «Duo Despertar» (Festival da Marinha Grande) obteve o prémio da melhor interpretação. Interpretaram, com grande vivacidade, a canção «Sr. Primeiro-Ministro

desfaga esta confusão» (65 pontos).

No palco do Coliseu desfilarão ainda o grupo de Jorge Rivoli - «Bomba Nuclear», 67 pontos (Festival de Tomar); Grupo «Coles» - «Os Relógios da minha avó», 59 (Festival de Gouveia); Grupo Pano Crú - «Regresso», 69 (Festival de Odiveiras); Aníbal Silva Fernandes - «Noite (lão bela)», 51 (Festival da Amadora); Grupo Voz d'Abril - «Caminhos de Abril», 44 (Festival de Santo Tirso); e Grupo Semente à Terra - «Cão Raivoso» - 42 (Festival de Beja).

Dos 25 elementos do júri estavam presentes 20, personalidades de destaque na música e na canção, no cinema e no jornalismo.

Mais de 12 mil pessoas nos festivais de apuramento

Tal como sublinha o programa editado pelo «Juventude» para a sessão do Coliseu e como viria

a afirmar o camarada Henrique Neves após a apresentação das 10 canções concorrentes:

«O «Juventude», Órgão Central da Juventude Comunista Portuguesa ao promover o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFJC) de 1981, baseou-se no grande sucesso que constituíram os Festivais anteriores e na certeza da importância que assumiram, e assumem, como acontecimento artístico e cultural dos jovens portugueses».

E mais adiante: «Este ano foram 42 Festivais Locais que se distribuíram por 17 distritos de todo o país. Em Vila Real, St.º Tirso, Viana do Castelo, Vouzela, Gouveia, Marinha Grande, Tomar, Mosca, Madeira e tantos outros concelhos do país 318 concorrentes cantaram 379 canções».

«Para uma assistência de mais de 12 mil pessoas, com uma composição predominantemente juvenil, actuaram em palco 975 jovens, divididos por 94 solistas e 224 grupos.

«Se juntarmos a este magnífico número de concorrentes, o facto de uma significativa percentagem dos mesmos serem jovens sem partido ou de outras concepções políticas, poderemos aferir do notável impacto que provocou entre os jovens esta importante iniciativa do jornal «Juventude».

Arecusa na credência de salas, tanto por organismos oficiais como por entidades particulares, embora tivesse impedido a realização do número de Festivais inicialmente previsto, não invalidou no entanto que eles chegassem quase a todos os distritos do país».

Henrique Neves, dirigente da JCP, agradeceu aos dois artistas do grupo teatral «Adôque», que fizeram a apresentação do espectáculo, e também a todos os elementos do júri.

Um deles, a locutora Maria Eufémia, subiu ao palco para ler uma breve declaração dos jurados, na qual se refere o «assinalável salto qualitativo relativamente à anterior edição destes festivais».

Dia Mundial da Criança
Mensagem dos Pioneiros de Portugal

A propósito do dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, os Pioneiros de Portugal divulgaram uma mensagem-saudação em que sublinham que o bem-estar das crianças é responsabilidade de todos e está intimamente ligado à paz e à prosperidade do Mundo de amanhã.

«Tudo faremos para ser

dignos desse novo Mundo», realfirmam os Pioneiros de Portugal na saudação dirigida a todas as crianças do globo:

«Daqui a alguns anos, serão essas crianças os operários, os camponeses, os professores, os médicos, os artistas, os cientistas, os dirigentes que

construirão e governarão o Mundo».

Além de salientarem a sua consciência em relação às «grandes injustiças» e aos «graves perigos que afligem crianças e adultos em muitos países» e de manifestarem a sua «solidariedade mais fraterna para com os oprimidos e desfavorecidos do Mundo», os Pioneiros de Portugal recordam que 1981 é o Ano Internacional do Deficiente.

«Profundamente preocupados com o alheamento e abandono a que muitos governos votam os seus filhos que carecem de cuidados especiais», os Pioneiros apelam «a todos os responsáveis no sentido de minorarem e resolverem os problemas que permitam

a completa integração das crianças deficientes na sociedade».

As crianças têm os seus direitos

Os Pioneiros de Portugal, depois de apelação ao reforço da Paz e ao estabelecimento das bases de um acordo de modo a banir o terror da guerra, recordam que «as crianças têm

direitos», e claramente estabelecidos na Declaração dos Direitos da Criança» e que tudo farão para que esses direitos sejam integral e universalmente cumpridos.

Como se pode ler no documento, na passagem em que se repudia todas as formas

de uma desastrosa política agrícola que, enfeudada a interesses especulativos e parasitários, ofende gravemente os interesses dos pequenos e médios agricultores, impede o desenvolvimento da produção, faz pairar sobre os campos o espectro da miséria, da ruína e do descalabro».

Na presente situação, há ainda outro elemento a registar: o conflito aberto da CAP com o Governo AD/Balsemão e a sua política, que não conseguem esconder, mesmo recorrendo a «demarções» à boa maneira de Casqueiro.

Este conflito está a contribuir rapidamente «para um ainda maior desmascaramento, isolamento e enfraquecimento da base social daquela organização reaccionária, ao mesmo tempo que se fortalecem e prestigiam as organizações unitárias verdadeiramente representativas dos agricultores portugueses».

A violência e a brutalidade

Em defesa de direitos legítimos, os agricultores, como já referimos, têm-se manifestado em diversos pontos do país. A resposta do Governo Balsemão tem sido a violência, as cargas da GNR, a brutalidade contra gente indefesa, incluindo mesmo velhos, mulheres e crianças.

Como salienta a nota que temos vindo a citar, «no Portugal democrático, o recurso sistemático à violência e à repressão é, só por si, a condenação de uma política».

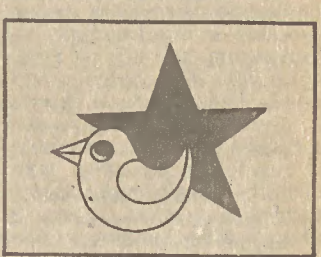
Casos como os que se passaram nas Caldas da Rainha ou mais recentemente em Pombal (manifestação de dois mil agricultores), «longe de serem uma afirmação da força por parte do Governo, são uma demonstração da sua fraqueza e isolamento e um testemunho elucidativo do seu ódio às liberdades e à democracia».



O júri congratulou-se também com «a enorme desenvolvimento por todos os concorrentes no sentido de darem à música portuguesa o melhor do seu talento e da sua capacidade criadora», tendo ainda sublinhado o facto de terem participado maioritariamente grupos, reflexo vivo da importância do trabalho colectivo.

O grande prémio do MFJC equivale a uma viagem à URSS e 40 LP's; o 2.º prémio, um gira-discos e 30 LP's; o prémio da melhor música, 20 LP's; o 3.º, prémio, uma viola e 20 LP's; o da melhor letra, livros no valor de 10 mil escudos; e o do melhor intérprete, 15 LP's.

A segunda parte do espectáculo foi preenchida com as actuações do grupo rock «UHF» e de Paulo de Carvalho.



de guerra, violência e terror, «as crianças, para serem felizes, necessitam de nascer e crescer em paz, amor e segurança».

Festa em Alcântara

No próximo sábado há festa de Pioneiros nas instalações do Centro Cultural, ao Calvário, em Lisboa.

A iniciativa começa às 15 horas e é organizada pelos núcleos de Pioneiros de Alcântara e Ajuda, com a colaboração daquele Centro Cultural.

Filmes, variedades, jogos e palhaços são alguns atractivos da festa, que terá também algumas surpresas...

Direitos da criança
em Conferência no Porto

Promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, no Porto (estrutura unitária que se formou no AIC com participação de mais de 60 organizações: sindicatos, associações e comissões de moradores, colectividades, instituições católicas, organizações juvenis, pioneiros e mulheres), vai realizar-se no próximo dia 7 de Junho no Clube dos Fenianos, no Porto, a Conferência sobre os Direitos da Criança.

Com a realização desta Conferência, pretende a CDDC, reanimar no Norte a campanha de esclarecimento e sensibilização pelos problemas

da criança alertando os órgãos de Poder e a opinião pública para a necessidade do cumprimento dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos da Criança e claramente defendidos na nossa Constituição.

No âmbito do Ano Internacional do Deficiente, considera também a Comissão de grande importância o tratamento de todas as questões relacionadas com as crianças deficientes, cujo número, segundo algumas estimativas, ascende no nosso país a 300 mil. Nesta perspectiva a conferência é aberta à participação de todas as

organizações ligadas aos problemas da infância, dos pais e de todos os cidadãos interessados no cumprimento dos direitos da criança.

Do programa da CDDC constam ainda as comemorações do Dia Mundial da Criança que tiveram lugar na baixa do Porto no passado dia 31 com a participação de milhares de crianças, numa manhã desportiva e numa tarde de espectáculo. A Conferência, que começará às 9 e 30 e se prolongará por todo o dia, discutirá por secções os seguintes temas: a criança na família, a criança na escola e a criança na sociedade.



De frente para as crianças, para o Mundo de amanhã

Assembleia da República

A crise do governo e da «AD» e a necessária viragem democrática

— declaração política de Carlos Brito

A crise governamental a que o país vinha assistindo nas últimas semanas e cujas peripécias evidentes iam sendo acompanhadas de desmentidos não convincentes dos porta-vozes governamentais e parlamentares da AD, foi finalmente confirmada e assumida pelo Primeiro-Ministro que para já e durante o fim-de-semana adoptou medidas que atingiram os responsáveis de dois Ministérios e quatro Secretarias de Estado.

Não será demais esperar que aqueles que, no Governo e na Assembleia, se mostraram tão pressurosos nos desmentidos, tomassem agora a iniciativa de expor as razões fundas das alterações introduzidas no Governo e por que as ocultaram à Câmara e ao povo quando aqui tantas vezes foram trazidos problemas dos departamentos atingidos, como aconteceu, por exemplo, com o da Reforma Administrativa, principal visado na declaração política do meu Grupo Parlamentar, feita na passada quinta-feira pelo meu camarada de bancada, deputado Sousa Marques.

Mas como nestas coisas de debate parlamentar e democrático a coligação governamental só sabe jogar à defesa, adiantemos nós quais as razões, o significado e o alcance das obras que o Primeiro-Ministro se viu forçado a fazer no fragil edifício do seu Governo, obras que, diga-se desde já, vão continuar como tudo indica, quer porque aparentemente não foram retirados os andaimes, quer, especialmente, por ser esta a altura escolhida pelo MNE (cuja amizade pessoal com o Primeiro-Ministro é conhecida) para apresentar o seu plano de anexação do Ministério da Integração Europeia.

A crise do Governo agora oficializada confirma no essencial a caracterização e a previsão sobre ele adiantadas pelo PCP e dá renovada justificação à firme oposição que lhe tem movido os democratas e as massas trabalhadoras.

A demissão do Ministro da Reforma Administrativa, Eusébio de Carvalho, não pode deixar de ser motivo de regozijo para os trabalhadores da Função Pública e para todos quantos se solidarizaram com a sua luta e a sua indignação contra a conduta provocatória e a palavra insultuosa de que foram objecto por parte daquele ex-membro do Governo.

Da mesma forma a demissão do Ministro da Qualidade de Vida é mais um episódio comprovativo da situação de férreo domínio e controlo da Comunicação Social do Estado, particularmente a Televisão, por meios e interesses reacçãoários, para mais obscuros, de que Proença de Carvalho é símbolo, episódio que denuncia que a gangrena antidemocrática que aí lavra já minou o organismo do seu próprio artifice, isto é, a AD.

Mas a crise indistarcável em que se debate este Governo AD/Balsemão menos de cinco meses passados sobre a tomada de posse, é acima de tudo o resultado da sua

incapacidade manifesta para dar solução a qualquer dos grandes problemas do nosso povo e do nosso país e do crescente descontentamento, indignação e luta popular que se levanta contra ele.

Aprofundamento e agudização da crise económica e financeira, agravamento da situação social, violações sucessivas da legalidade, dependência crescente do estrangeiro, tal é o balanço da política de restauração do poder do grande capital, associado ao imperialismo, e dos latifundiários, levado a cabo pelo Governo AD/Balsemão no seguimento da política de governos anteriores, bem como dos planos, que retoma, de liquidação do regime democrático.

O eufemisticamente intitulado «reajustamento» governamental pretende refrescar a imagem de uma equipa governativa rapidamente «queimada» pela política de restauração monopolista e pelas grandes lutas com que trabalhadores, agricultores e outras camadas populares lhe fazem frente; pretende insinuar o «reajustamento», que vai haver mudanças com o «despedimento» dos responsáveis pelas actuações mais impopulares; visa finalmente travar o processo da redução da base de apoio social da AD e o progressivo isolamento político do Governo e da coligação governamental.

O que seguramente acontecerá, porém, é que não só o Governo continuará a seguir a mesma nefasta política reacçãoária com os mesmos desastrosos resultados, como as lutas intestinas na coligação governamental vão traduzir-se num prolongado período de instabilidade governativa.

Digam o que disserem os diferentes porta-vozes do Governo e da coligação governamental, não é segredo para ninguém que continua dura dentro da AD a contestação do MAP e que novas vagas contestatárias batem forte contra o MAI e, recentemente, contra o ex-Ministro Eusébio de Carvalho, envolvido, também, com o ex-Ministro Eusébio de Carvalho na operação contra os trabalhadores da Função Pública.

Enquanto os problemas do nosso povo e do nosso país se degradam continuamente, os estrategistas da direita, do CDS, do PSD, os poucos do PPM e franco-atiradores de todos estes partidos, como se o Estado e as instituições democráticas não fossem mais do que um simples tabuleiro de xadrez, entregam-se a uma renhida e implacável guerra de posições.

Os acontecimentos das últimas semanas revelam, mais ainda do que uma crise governamental profunda, que é o Governo a área principal da crise da AD.

E no Governo que conflui o entrechoque dos grupos de pressão em torno da partilha dos grandes negócios e das empresas e sectores rentáveis ou estratégicos, que a AD se prepara para reprivatizar; é no Governo que confluem tam-

bém os conflitos de tendências, as rivalidades pessoais, a luta pelo Poder.

A necessidade de pôr termo à continuada degradação da situação em todos os domínios impõe não a remodelação, mas a demissão e substituição do Governo da AD. Mais: como a nossa vida política dos últimos anos tem demonstrado e como o Comité Central do PCP concluiu na sua reunião de 25 e 26 de Maio «o que a situação exige não é apenas uma mudança das forças políticas e dos homens que executam a política reacçãoária, mas a substituição dessa política por uma política democrática».

A situação exige uma política estabilizadora e progressista, assente nas profundas transformações de carácter democrático realizadas depois do 25 de Abril nas estruturas socioeconómicas, na vida social e política, no bem-estar do povo, na cultura, nas relações internacionais.

Como salientou também na mesma altura o Comité Central do PCP: «os graves problemas nacionais só podem ser resolvidos, no quadro da democracia, com o trabalho, a energia criadora, o impulso dinamizador dos trabalhadores e o aproveitamento dos recursos nacionais». E ainda: «a recuperação económica e o desenvolvimento (ao contrário do que afirma a reacção) são plenamente compatíveis com o melhoramento das condições de vida das classes e camadas laboriosas e são dele inseparáveis».

Ao contrário, estão patentes perante o país os desgracados resultados da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista seguida pelos sucessivos Governos e agravada pelos Governos AD.

E essa política, e a sujeição às receitas do FMI e à estratégia da integração no Mercado Comum, que desaguou em 1980 na estagnação da produção nacional, no agravamento do défice da balança comercial e da balança de transacções correntes e no aumento cada vez mais assustador do endividamento externo.

E essa política que conduz à onda de crimes contra a Reforma Agrária, que no balanço feito no passado fim-de-semana pela V Conferência da Reforma Agrária, se traduz em 1980 na destruição de 60 UCP's/Cooperativas, na usurpação de 324 mil hectares, no roubo de 135 mil cabeças de gado e de mais de 7 mil máquinas e alfaias.

Mas a Conferência não se limitou a fazer o balanço dos crimes de 1980. Fez o balanço da execução da Lei Barreto, que lamentavelmente não é só da responsabilidade dos partidos que actualmente constituem a AD e que se traduz na usurpação de 569 mil hectares das melhores terras, na destruição de 111 UCP's e Cooperativas, na inviabilização de outras 62, no roubo de mais de 200 mil cabeças de gado e de mais de 11 mil tractores, na destruição de 46 mil postos de trabalho.

E essa política que se traduz no agravamento das condi-

ções de vida dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, no agravamento das condições de vida do povo, na destruição de tudo quanto de progressista tinha sido feito no domínio dos direitos sociais, da educação e da cultura, no domínio da habitação e da saúde.

Quanto à saúde, não podemos deixar passar sem um veemente protesto a entrada na Assembleia da República do pedido de autorização legislativa deste Governo para revogar a Lei do Serviço Nacional de Saúde.

A vida encarregou-se de dar plena razão à tese do PCP segundo a qual a democracia política é inseparável da democracia económica e social. E assim, todos podemos observar que quanto mais longe são levadas as tentativas de destruição das transformações socioeconómicas feitas depois do 25 de Abril, mais frequentes são os atentados às liberdades e às violações dos direitos dos cidadãos.

A violência policial contra os adeptos do Benfica, contra os dirigentes sindicais da Função Pública, ou a que ontem foi exercida pela GNR sobre centenas de agricultores que se manifestavam em Pombal, é inseparável dos ataques às nacionalizações, à Reforma Agrária, ao controlo de gestão e outros direitos dos trabalhadores, inserem-se na mesma tentativa de liquidação do regime democrático.

O PCP não exagera quando conclui, como fez o seu Comité Central, que «existe um problema político de regime, resultando da existência de um Governo e de uma maioria na AR que têm por objectivo a liquidação do regime democrático» e quando sublinha «que esta situação exige uma viragem democrática tão rápida quanto possível na vida política nacional».

Há condições internas e internacionais que favorecem essa viragem.

Externamente, está demonstrado que os ventos políticos na Europa não sopram a favor da direita e da reacção, mas a favor da esquerda. Basta lembrar a vitória de Mitterrand em França, a viragem à esquerda do Partido Trabalhista Britânico e a vitória do Partido Comunista de Chipre nas eleições legislativas.

Internamente, o impetuoso fluxo da luta dos trabalhadores, as grandes acções em defesa da Reforma Agrária, o novo ascenso da luta camponesa e a compreensão do perigo que cresce em vários sectores democráticos são a garantia de que a viragem democrática é possível e de que há forças para a levar à prática.

Não é possível uma viragem democrática se em vez do combate se opta pela política de mão estendida à reacção quando ela se encontra em dificuldades, nem com cedências na questão capital da revisão constitucional.

E possível sim com a defesa intransigente do 25 de Abril e da nova realidade que com ele se fez na terra portuguesa.

Iniciativas do PCP conseguem passar a barreira «AD»

Agora é assim: todos os dias, menos à segunda-feira, os trabalhos do plenário correm céleres atrás de uma agenda que nunca mais acaba. Até 30 de Junho, de afogadilho, programam-se muitos projectos e propostas. Para deixar algum tempo ainda este Verão a fim de iniciar o processo de revisão constitucional. E tal é a pressa e o aglomerar de trabalho, que é difícil, por vezes, escolher o mais importante, no balanço de uma semana. Desta vez, porém, há novidade. Passaram na AR projectos de lei do PCP. Não podia deixar de ser, poderá comentar-se. Não deixa, mesmo assim, de ser importante.

Questões menores?

A aprovação na generalidade de projectos da oposição parece ter agora alguma viabilidade. Já na semana passada, dois projectos da ASDI tinham conseguido quebrar a barreira erguida pela 'AD' às iniciativas que não tivessem a marca do PPD ou do CDS ou, para dar um certo ar de coligação, do próprio PPM. De resto nenhum destes partidos, como aqui já afirmámos, foi pródigo em projectos, deixando ao Governo os cuidados de produzir legislação. Porquê agora esta aparente «abertura»?

Tratar-se-á de questões «menores»?

Parece não ser esse o motivo. De facto não têm sido os projectos aprovados peças grandes e fundamentais na arquitectura das leis do País. Nem eles têm apresentado aquela carga ideológica, própria a muitos diplomas senão a muitos deles, que logo divide o hemisfério em dois. Não obstante, tais diplomas colocam problemas e, cada um deles, revela à partida a visão do mundo e a filosofia de quem o produz. Porquê o então assentimento 'AD'? Parece-nos que, ao mesmo tempo que tenta e consegue fazer passar na AR

propostas de lei como a da delimitação das áreas de investimento, caracterizada pelo seu centralismo que faz lembrar outros tempos, a coligação do Poder pretende dar uma imagem moderada da sua própria intencionalidade, deixando que a aprovação corra certos projectos na generalidade, preparando-se para, na especialidade e em comissão, longe das vistas do público, introduzir alterações que, pelo menos, minimizem o impacto de tais iniciativas.

Da Informática à Música

Foi assim que, por unanimidade, a Assembleia aprovou o projecto de lei da ASDI relativo à defesa dos direitos do homem perante a Informática. Foi também assim que o projecto do Partido Socialista sobre a difusão da música portuguesa na rádio e na televisão, recolheu também, na especialidade, a unanimidade dos votos. Este diploma introduziu melhorias significativas em tal difusão, aumentando as percentagens, quer de música erudita (de 10 para 15 por cento quando considerada em geral e 25 por cento quando interpretada por músicos portugueses) quer da

música portuguesa em geral, que vê fixada uma percentagem mínima de 50 por cento de transmissão obrigatória.

Além das melhorias introduzidas no apoio que o PCP deu ao projecto, José Manuel Mendes, deputado comunista, levantaria algumas interrogações: Quem garante — perguntou — que cumprindo formalmente as prescrições a que aqui daremos força vinculativa, não venham fazer-nos ouvir, secretária e retrogradamente, toda a casta de subprodutos que por aí abunda?

Também os projectos do PCP, do PS e da ASDI sobre a defesa do consumidor passaram, desta vez por abstenção da direita. Não sem que a direita, reagindo fortemente às críticas que as intervenções dos defensores do consumidor continham, tivesse, em contrapartida, manifestado bastas vezes o seu azedume.

Joaquim Miranda, falando do projecto comunista e sublinhando que o problema que se coloca não é tanto o da marca do que se vai adquirir, mas sim saber se há ou não capacidade para adquirir a carne, o peixe, os ovos ou os produtos hortícolas, afirmaria:

Quando se assiste, como hoje assistimos, à liberalização e à alta generalizada e brutal dos preços dos principais produtos, nomeadamente alimentos, é evidente para nós que tal só pode derivar de uma política que em nada se identifica com a defesa dos consumidores, por mais piedosas que sejam as declarações de intenção que os responsáveis por tal política proferem quando se

trata de discutir esta problemática em termos de bases gerais.

Três maneiras de ver a autonomia municipal

Três iniciativas confrontaram-se na passada semana sobre o mesmo tema. Estava em questão a delimitação das áreas de investimento e procedia-se ao debate conjunto de uma proposta do Governo e de dois projectos, um dos socialistas e outro dos comunistas. Apenas as iniciativas do Governo e do PS conseguiram voto favorável, tendo o projecto do PCP sido rejeitado. Toda a oposição votou a favor do projecto socialista enquanto a 'AD' se abstinha. Os partidos da FRS absteram-se na proposta governamental e no projecto dos comunistas. Este último, contando com a oposição da 'AD', não passou.

No entanto, Anselmo Aníbal recordaria que o projecto do PCP retomava um decreto que, em 1979, recebera aprovação unânime na AR, decreto que, no dizer do deputado independente do PCP, tem um articulado substancialmente correcto de delimitação das áreas de intervenção da Administração Central e dos Municípios. E classificou a proposta do Governo: Esta proposta de promessas de lei — disse — mostra que este Governo esconde a cabeça na areia, negando por um lado o financiamento legal às autarquias, procurando salvar a face de aparentemente descentralizador, e por outro lado, adiando o problema, que

também é importante, das atribuições e competências da Administração Central na organização democrática do Estado.

Entretanto o PS, embora admita considerar que não existe no Governo vontade política descentralizadora — a proposta de lei visa a continuação das dificuldades impostas aos municípios — retirando-lhes a possibilidade de planearem a sua acção — admitiu haver no diploma do executivo possibilidades de vir a ser melhorado em comissão.

Direitos das crianças e direitos dos jovens

Um projecto comunista, sobre os direitos dos trabalhadores-

-estudantes, seria, na passada terça-feira, discutido e votado favoravelmente, ao mesmo tempo que outro, sobre o mesmo tema e da autoria do PPD, merecia igual sorte. O do PCP seria apoiado por toda a oposição e contou com a abstenção da 'AD'. O da maioria, recolheu o voto contrário da UDP e seria apoiado pela ASDI, enquanto o resto da oposição se abstinha.

Jorge Patrício, do PCP, ao apresentar o projecto, sublinhou ter sido o mesmo objectivo de uma ampla e participada discussão pública que se reflectiu no envio de numerosas sugestões que, desde já, afirmamos estar na disposição de considerar em sede de discussão na especialidade. Esta nossa

atitude demonstra que o nosso projecto não é algo de acabado, mas que pode ser melhorado através de ampla discussão, discussão essa que pretendemos fértil, e que os frutos a colher se saírem na criação de condições que permitam aos trabalhadores-estudantes elevar os seus conhecimentos, para melhor poderem intervir no processo de desenvolvimento do nosso país.

Por seu lado, Odete Santos, do PCP, distinguiu o projecto dos comunistas do que fora apresentado pelo PPD que, afirmou, excluía de alguns direitos os trabalhadores-estudantes que tenham horário superior a 39 horas semanais, quando há uma grande gama de trabalhadores nessas condições; por outro

lado não permite ao trabalhador-estudante administrar como achar melhor o tempo de que pode beneficiar; exigiu que o mesmo seja exclusivamente aplicado em aulas; deixa a possibilidade de que, por exemplo, os contratados a prazo não venham a ser abrangidos.

A unanimidade coroou o projecto do PCP sobre o acompanhamento familiar da criança hospitalizada. Zita Seabra, que apresentaria o diploma a que já aludimos aquando da sua entrega na AR, sublinharia que a aprovação do mesmo seria uma boa forma de ser comemorado na Assembleia o Dia Internacional da Criança, que passara na véspera. Assim se fez.

Notícias do parlamento

Projecto do PCP — Transportes de emigrantes

O PCP entregou na passada terça-feira, na mesa da AR, um projecto de lei que crie um «Conselho Coordenador dos Transportes de Emigrantes» que propore medidas adequadas à conveniente solução dos problemas criados pelo transporte de muitos milhares de trabalhadores emigrantes. Tal Conselho deverá recolher os dados da procura e da oferta do transporte, centralizará e divulgará oportunamente as previsões técnicas possíveis, coordenará e orientará todo o movimento, e vigiará o fiel cumprimento das determinações, da parte dos operadores,

intervindo quando tal for necessário.

Referindo-se às conhecidas deficiências de que enferma o transporte de emigrantes, de e para os países do centro europeu e resto do mundo, designadamente em períodos de ponta, como as férias grandes, Natal e Páscoa, o projecto apresentado pretende contribuir para a resolução da situação, dignificar a pessoa do emigrante, dar-lhe conforto, eficiência e rapidez nas viagens que tem de empreender. Que esse dia ou dias de viagem, para poder matar saudades ou ir para o trabalho, não sejam de tormenta e sacrifício.

Mais um lote de diplomas?

Recentemente, o presidente do grupo parlamentar comunista, camarada Carlos Brito, solicitou ao Presidente da Assembleia da República que seja considerada na Conferência dos Presidentes uma série de matérias que não foram agendadas. Trata-se da aprovação de um «lote» de projectos de criação de freguesias e de alteração da categoria de povoações; da criação da licenciatura em contabilidade; da discussão e aprovação de projectos relativos à situação dos deficientes, aliás de acordo com a indicação aprovada pelo

Plenário de consagrar uma reunião plenária ao Ano Internacional do Deficiente.

Sessão no Porto

Os camaradas Jorge Lemos e Cabral Pinto, deputados comunistas, participaram no próximo sábado, dia 6, às 15 horas, numa sessão a realizarem Faculdade de Engenharia do Porto, para apresentação do projecto de lei de bases do sistema educativo que o PCP entregou recentemente na Assembleia. A sessão é promovida pela Organização dos Professores do Porto, do PCP.

Projecto de lei do sistema educativo — soluções concretas apresentadas pelo grupo parlamentar comunista

O projecto de lei sobre o sistema educativo, apresentado agora pelos comunistas na Assembleia da República, não aparece como solução milagrosa aos vastos e complexos problemas que, nesta área, se têm vindo a desenvolver, degradando o ensino em Portugal. O PCP apresenta o seu projecto como um contributo para o encontrar de soluções. E tal projecto entronca no labor desenvolvido pelo PCP, tendo em vista contribuir para a definição de uma política educativa que corresponda às urgentes necessidades da instrução e formação, em particular da infância e da juventude, e ao desenvolvimento e progresso do País.

Isto mesmo foi afirmado na Conferência de Imprensa que o grupo parlamentar comunista promoveu na passada quinta-feira, numa das salas do grupo parlamentar. Zita Seabra, Cabral Pinto, Jorge Lemos, José Manuel Mendes, deputados, Paulo Areosa, da Comissão Executiva da JCP, Jorge Patrício, Presidente da Comissão da Juventude da AR e também deputado comunista, expuseram aos jornalistas presentes os objectivos principais e os traços fundamentais que caracterizam o projecto ora apresentado.

A construção de uma sociedade firmada na democracia e no progresso social, em harmonia com as orientações fundamentais da Constituição da República, não é possível

sem a correspondente reestruturação do sistema educativo, em ordem a compatibilizá-lo com a vida política, económica e social que consubstanciam os ideais libertadores de Abril — afirma o preâmbulo do projecto comunista. — A necessidade de responder a este objectivo essencial acresce o imperativo de contribuir para a reconstrução do sistema educativo que os Governos 'AD', em particular, lançaram no decalabro. A política elitista e retrograda da direita visando a destruição de todas as transformações progressistas do sistema educativo e a apressada recuperação do seu carácter socialmente

discriminatório, tem-se traduzido pela improvisação, pela irresponsabilidade e por uma perturbação caótica do trabalho dos professores e dos estudantes. A política da direita no sector da educação e do ensino é, por isso mesmo, objecto de amplo repúdio nacional.

Soluções concretas

O nosso projecto não é de bases, mas sim um projecto do sistema educativo — afirmou Zita Seabra, que classificou a situação actual no ensino como de caos, de desequilíbrio entre as necessidades do país e as aspirações da juventude, por um lado, e, por outro, o sistema educativo, todo virado para a Universidade e não para outras vias profissionais, Universidade aonde se não chega senão através dos vários filtros e travões de classe. E a deputada comunista daria alguns exemplos do desajustamento existente entre as vocações e o emprego, chamando a atenção, ao mesmo tempo, para o facto de não existir praticamente formação profissional fora do próprio trabalho. Há

hoje muitos jovens com o 7.º ano em vários empregos que exigiriam uma formação profissional e não as habilitações que conseguiram obter, viradas para uma entrada na Universidade que não se verificou. Nas minas da Panagqueira, por exemplo, são vários os casos de jovens trabalhadores habilitados com o 7.º ano.

Damos no projecto — continuou Zita Seabra — não orientações genéricas, mas soluções concretas. O projecto não é, assim, um aglomerado de boas intenções.

Feito após um amplo debate travado nas organizações do PCP, destacando-se nesse debate o Encontro sobre Problemas do Ensino que se realizou em 1978, o projecto comunista não resulta, deste modo, do trabalho fechado de um pequeno grupo de técnicos de educação, embora os técnicos de educação tivessem, na sua concepção e elaboração, papel relevante.

Quem tem projectos?

Até agora — sublinhou Zita Seabra — a 'AD' não foi capaz

de fazer uma proposta de lei sobre o sistema educativo. A que foi apresentada no ano passado foi retirada e nunca mais retomada.

Toda a oposição tem projectos — lembrou a deputada do PCP. — Da parte do Governo, que tem os ministérios e os técnicos, não há capacidade de o elaborar. O ministro tem uma grande incapacidade de resolver os problemas do ensino e isso reflecte-se na incapacidade de elaborar uma lei nesta matéria. Os problemas que se não resolvem vão-se agravando. Além do mais, no campo da educação como noutros, a 'AD' tem medo de discutir a sua política.

É previsível que a 'AD', disposta da maioria na Assembleia, e para não fugir ao habitual — o habitual é a intolerância e o receio de uma discussão democrática da parte da direita — vá derrotar os vários projectos que os partidos da oposição e nomeadamente o PCP apresentam. Tal atitude da 'AD' é tanto mais de esperar quanto é certo que a direita não dispõe de alternativa.

Mas, como afirmaram os

deputados comunistas na Conferência de Imprensa, o projecto do PCP tem um valor em si mesmo, abre o debate a nível nacional, tró-lo a um órgão de soberania, demonstrará quem tem as soluções para os problemas concretos e quem teima em seguir uma política de caos que não contribui para a valorização dos jovens e do país.

A intervenção do PCP nos problemas relativos à educação e ao ensino não se esgotará, naturalmente, com a apresentação deste projecto de lei — afirma-se no preâmbulo. — A luta dos comunistas, em conjunto com os outros democratas, prosseguirá, tanto na Assembleia da República como fora dela, fazendo firme oposição à política obscurantista e reacçãoária da 'AD' e apresentando soluções concretas e alternativas para os graves problemas que os portugueses se debatem no domínio da educação.

E o 12.º ano?

Jorge Lemos apresentaria aos jornalistas os traços inovadores

do projecto. Um deles é o cuidado revelado em encontrar soluções para as solicitações dos jovens no que toca ao acesso a uma profissão — disse.

No projecto comunista a escolaridade obrigatória é alargada de 6 para 9 anos, divididos em três partes: ensino primário, de 4 anos, o preparatório, de 2 e o secundário, de 3 anos. No ensino médio, o projecto prevê duas vias. Uma de estudos técnico-científicos dando acesso directo à universidade; a outra, profissionalizante, visando o acesso imediato a uma profissão. Outro traço ainda inovador: qualquer das vias não coloca tectos e permite a continuação dos estudos. No que respeita ao ensino superior, estabelece-se que todo ele será ministrado pelas universidades, independentemente da duração dos cursos, ao contrário do que a direita pretende impor, que é a divisão entre os diplomados «mais doutores» e os menos qualificados.

O deputado sublinhou o carácter público, a democraticidade, a orientação libertadora

e valorizadora das capacidades pessoais da educação e do ensino e a adequação às necessidades socio-económicas nacionais, traços que caracterizam os objectivos do projecto. Objectivos que visam assegurar a liberdade de aprender e de ensinar, o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades, o direito de participação na gestão e a descentralização e desconcentração dessa gestão. Preocupa-se ainda o projecto do PCP em estabelecer a ligação entre o ensino e as actividades económicas e sociais, não só nacionais mas também regionais e locais.

E o 12.º ano? perguntou-se. Invenção que já teve outros nomes, que apenas comprovou até hoje não ser necessário e ter surgido da distorção do secundário, o 12.º ano deixa, neste projecto, pura e simplesmente de existir, devendo encontrar-se as soluções transitórias até que seja uma realidade a transformação do ensino secundário que permita soluções profissionalizantes e a reestruturação da universidade que corresponda melhor às necessidades dos estudantes e do país.

Trabalhadores

Reivindicações na indústria naval

Após plenário recente, durante o qual foi aprovado um relatório de actividades e feita uma análise da situação nas empresas, a Coordenadora das CT's da Indústria Naval elaborou um Caderno Reivindicativo que condensa em 10 pontos programáticos, designados por «tópicos a estudar», um esquema geral a discutir e a aprofundar por todas as Comissões de Trabalhadores do sector até ao próximo dia 20. Depois dessa data, de acordo com a súmula do que, entretanto, disserem as CT's, será elaborado um Caderno Reivindicativo final a entregar ao Governo em meados de Julho próximo. Realizado em 22 de Maio findo, o Plenário da Indústria Naval insere-se num processo de luta que, de uma forma ou de outra, tem envolvido praticamente todos os estaleiros do País.

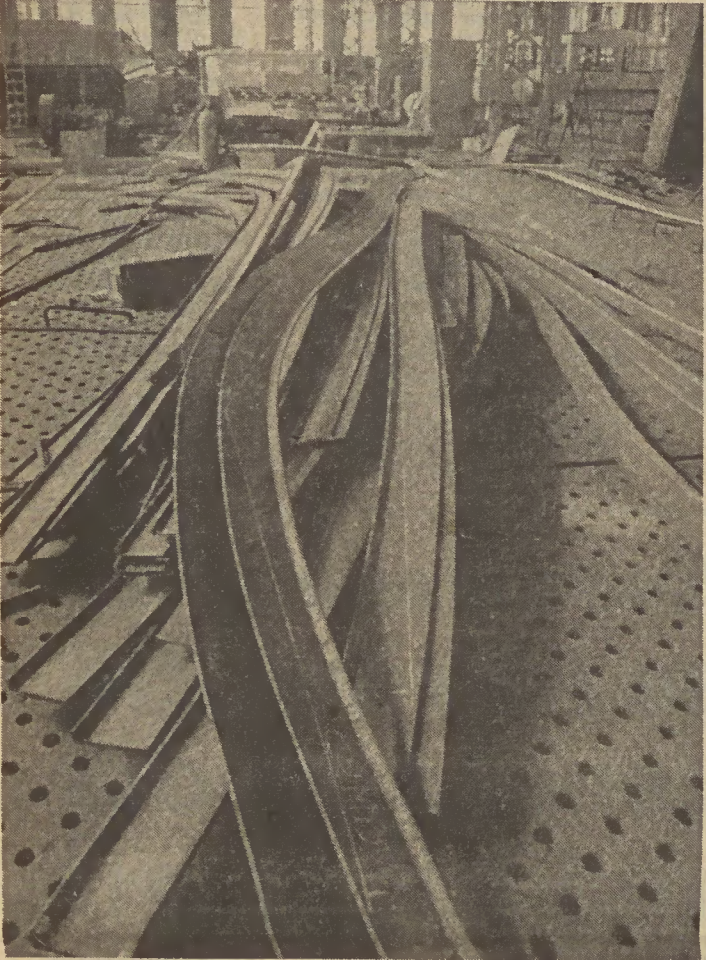
Os trabalhadores organizados estão dispostos, como reafirmaram designadamente no Plenário Nacional de 6 de Março findo, a dar combate à «política ruinosa» do Governo AD/Balsemão que «prepara novas e maiores ofensivas contra a Indústria naval».

Segundo a Coordenadora, os Mellos (Lisnave) são «a ponta de lança» dos ataques do Governo contra o sector que, como é sabido, se encontra nacionalizado na sua maior parte.

Entre os problemas de toda a ordem que afectam aquela actividade avultam os relacionados com a contratação e a garantia de emprego. Estão em perigo centenas de postos de trabalho.

«Aproveitar e desenvolver as potencialidades do sector» é um dos tópicos a desenvolver pelas CT's e pelo maior número possível dos 25 mil trabalhadores que representam, cuja formação profissional deve ser acelerada (citamos o projecto de Caderno) em escolas nos estaleiros e em cursos superiores, nocturnos.

A Coordenadora (CCTIN) que, em documento datado do princípio de Maio alertava para «o facto de, face à política do actual Governo, podermos ter de entrar novamente em luta e por formas novas e mais duras», além da movimentação à volta da aprovação do Caderno Reivindicativo, promoverá, através das CT's que a integram uma série de acções de esclarecimento sobre as consequências da campanha da direita acerca da «entrada de Portugal na CEE» e o que isso implicaria para a indústria naval se realmente viesse a concretizar-se.



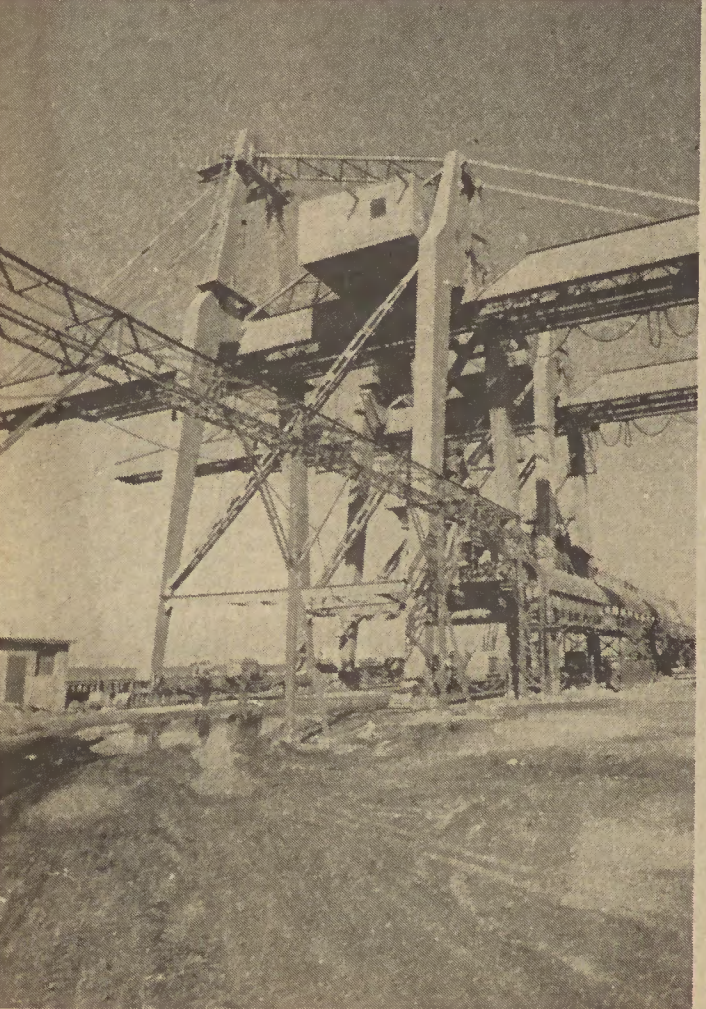
No Alfeite

No próximo sábado em Cabo Ruivo
ORT's em defesa das nacionalizações

● Encontro de âmbito nacional

Como temos anunciado, prepara-se para o próximo sábado, dia 6, o Encontro das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORTs) das empresas nacionalizadas e participadas, isto é, no caso destas últimas, com parte do capital pertencente ao Estado. A iniciativa, de âmbito nacional, é organizada por várias Federações e Uniãoes Locais de Sindicatos, Coordenadoras de CT's de alguns sectores e pelas cinturas (CIL e CIS) de Lisboa e Setúbal. Objecto de reuniões e encontros preparatórios, plenários de dirigentes e delegados sindicais e membros de CT's de empresas, sectores de actividade e regiões, o Encontro, que decorrerá no Refeitório da Tabaqueira, em Cabo Ruivo (Lisboa) efectua-se num dos momentos mais graves da escalada reacçãoária contra o sector público da economia, em que adquire papel de relevo o diploma aprovado na Assembleia da República no sentido da reprivatização da banca, dos Seguros e de outros ramos de actividade que interessam à alta finança, aos grandes grupos financeiros apoiados pelo capitalismo internacional.

Aquele diploma (delimitação dos sectores público e privado), cuja inconstitucionalidade já não oferece sequer motivo de controvérsia, tem vindo entretanto a ser recusado pela grande maioria dos sindicatos, pelo Movimento Sindical Unitário, pelas suas estruturas intermédias (Federações e Uniãoes) e organizações representativas dos trabalhadores, onde por sua vez tem sido analisado, discutido e recusado, como aconteceu recentemente no Encontro Sobre a Situação na Banca (ver esta página) e na II Assembleia de Organização do Sector de Transportes (Lisboa) do PCP (ver página 9).



Na Quimigal

Garantir o emprego melhores salários o futuro do Têxtil nacional

— Objectivos do congresso de Guimarães

Os trabalhadores do têxtil, vestuário e actividades similares em Portugal – mais de 200 mil com predominância das mulheres – nunca aceitarão que o sector seja reestruturado, ou reconvertido, sem garantia dos postos de trabalho. Para que esta afirmação ganhe corpo e vá além do voto piedoso é imprescindível encaminhar desde já todos os meios no sentido do reforço da organização sindical – já esboçado no próprio Congresso de Guimarães – e da sua prática efectiva nas empresas.

Encerrado no domingo, após três dias de debates, o III Congresso dos Trabalhadores do Sector Têxtil foi prova de unidade. Centena e meia de delegados, convidados estrangeiros e cerca de 100 dirigentes e activistas sindicais participaram numa análise pormenorizada do sector. Valorizando o interesse de uma grande parcela da força de trabalho nacional, ameaçada em todo o País pelo desemprego, pelos baixos salários e pelos contratos a prazo, o Congresso convocado pela Federação Sindical saiu-se, para além dos aspectos organizativos, na aprovação de um Programa que repudia o projecto da AD de reconversão do sector, recusa a adesão à CEE, feita nos moldes definidos pelo Governo e pelo grande patronato, e pugna por uma reconversão dos têxteis que tenha em conta os interesses dos trabalhadores e da economia nacional.

O Congresso reunido em Guimarães, depois de preparado nos principais centros de concentração da actividade, designadamente a Covilhã, elegeu o novo secretariado da Federação que, englobando agora as organizações sindicais representativas dos trabalhadores de couros e peles, passa a designar-se por Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles de Portugal. Com 13 membros em vez dos 11 anteriores, a direcção agora eleita por 135 votos (3 brancos e dois nulos, sem votos contra) vai enfrentar uma fase muito grave para o sector.

O Governo pretende publicar no segundo semestre do ano corrente uma lei quadro para os têxteis. O III Congresso, que aprovou, além do Programa de Acção para os próximos 3 anos, um Caderno Reivindicativo imediato (CRI), recusa logo no preâmbulo deste documento «a recuperação capitalista do sector» (mais de 8 mil despedimentos entre Maio de 1978 e Maio de 1981).

Segundo o CRI, que entre as

medidas imediatas e efectivas exige o fim da «liberalização dos movimentos de capitais» e a redução das «possibilidades de manobra, sabotagem e fraude das multinacionais», os trabalhadores do sector têxtil «não aceitam a intensificação da exploração e o aumento da miséria».

A coberto da «adesão» à CEE, o Governo não poderá impor uma reconversão sem contar com os trabalhadores e com os seus representantes legítimos, eleitos democraticamente.

O Programa de Acção contempla, entre outros, os aspectos mais graves da situação no sector, como sejam, para além da recuperação frontal do projecto «AD», o desemprego, os contratos a prazo, a propalada adesão à CEE. Isto numa perspectiva de luta.

Mas não é só isso que consta no Programa aprovado em Guimarães. Quando recusam um projecto, os trabalhadores costumam apresentar alternativas. A via do diálogo fica sempre aberta da parte do Movimento Sindical Unitário.

Assim e como é habitual, os trabalhadores apresentam no

Programa de Acção propostas concretas e viáveis para a reconversão do sector. Aquilo que primeiro as distingue do projecto «AD» são os interesses dos trabalhadores, a defesa da economia nacional.

Na intervenção de encerramento, Manuel Freitas,

eleito para o novo secretariado da Federação, afirmou que os princípios orientadores da actividade daquele órgão dirigente eleito no III Congresso e que estão contemplados no Programa de Acção e no Caderno Reivindicativo, serão a luta e a denúncia firmes da brutal repressão do patronato em muitas empresas do sector, a defesa intransigente das liberdades e direitos sindicais dos trabalhadores dirigentes e activistas, a luta por melhores condições de vida e de trabalho, através da conquista de contratos dignos, de salários justos, por uma segurança social e serviços de saúde de acordo com a Constituição, por melhores condições de higiene e segurança no trabalho, pela redução dos horários, pelo cumprimento integral dos direitos já alcançados.

O reforço da organização sindical e da unidade dos trabalhadores foram aspectos profundamente discutidos. Que a unidade se reforça com uma eficiente organização nas empresas, com uma ligação eficaz entre os trabalhadores



No vestuário as multinacionais fazem e desfazem empresas com o â-vontade de governos cúmplices. Nas imagens aspectos da Algot

e as direcções sindicais, com o trabalho coordenado de todos os Sindicatos do sector constituíram também conclusões do Congresso.

A reunião do órgão máximo da Federação foi, por outro lado, uma viva manifestação de solidariedade internacionalista.

Trabalhadores do sector de vários países estiveram representados, entre eles a Hungria, a República Popular de Angola, o Chile, a França, a Itália. Esteve também representada a Federação Sindical Mundial, que enviou ao Congresso uma delegação.

Alguns dados para prevenir

- 80 por cento das unidades do sector em Portugal são pequenas e médias empresas empregando cada uma menos de 50 trabalhadores.
- A generalidade do sector emprega mais de 200 mil trabalhadores, na maioria mulheres.
- O têxtil, os seus «subsectores» e actividades correlativas ou afins empregam, no nosso País, mais de 200 mil trabalhadores – grande parte são mulheres com salários muito baixos.
- Ainda no que respeita a Portugal, o relatório Werner, ao qual o Governo chama projecto de reestruturação, aponta para mais de 60 mil despedimentos no sector.
- Portugal é o país da Europa com maior peso do sector têxtil no conjunto da indústria transformadora.
- Entre 1973 e 1978, os países da OCDE perderam no têxtil um milhão de postos de trabalho.
- Desde Dezembro de 1972 entre os desempregados ingleses 328 mil vieram do têxtil.

Largo consenso na Banca contra a Lei da Entrega

● É objectivo dos bancários evitar a promulgação

Centenas de bancários do distrito de Lisboa, que divulgaram recentemente as conclusões do Encontro Sobre a Situação na Banca, estão decididos a emprender todas as diligências, a utilizar todos os meios legais contra a nova Lei da Entrega (delimitação dos sectores) designadamente no sentido de evitar a sua promulgação e entrada em vigor. Como é sabido, essa lei, a par de outros sectores nacionalizados, destina-se a permitir a abertura da Banca e dos Seguros à alta finança privada.

Segundo as conclusões aprovadas e de acordo com outros documentos distribuídos no decorrer do Encontro, «existe um largo consenso» quanto ao objectivo central da luta dos bancários: a defesa da Banca Nacionalizada.

A opinião largamente maioritária entre os trabalhadores é a de que o sector financeiro nacionalizado (Banca e Seguros) não deve ser transformado «num meio de acumulação de capitais» em poder dos ex-monopolistas que, além do mais, seriam contemplados com as melhores empresas que já exploraram com o apoio do fascismo.



Durante a concentração de 27, na Rua do Comércio

Luta endurece na Progresso Mecânico

● Hoje e amanhã concentrações na Baixa

Apoiados nas organizações representativas que elegeram, designadamente a Comissão de Trabalhadores das fábricas da Portela da Ajuda e de Santo Amaro da firma Progresso Mecânico, trabalhadores decidiram em plenário desenvolver as formas de luta em defesa de reivindicações gerais e comuns, opondo-se, nomeadamente, aos aumentos selectivos distribuídos apenas a 50 dos 370 trabalhadores da empresa.

Depois de mais de dois meses de paralisações diárias (2 horas de manhã e 2 de tarde) e de uma concentração em frente à administração da Progresso,

na Rua do Comércio em Lisboa, a administração continua a recusar o direito de negociação que cabe às organizações representativas existentes nos locais de trabalho.

Como a direcção da empresa se nega a negociar, a luta vai prosseguir com paralisações diárias como até aqui, designadamente para obter novas tabelas salariais e retroactivos.

Além das paralisações com uma adesão de 96%, os trabalhadores decidiram fazer mais duas concentrações na Rua do Comércio, em plena baixa lisboeta, hoje e amanhã, a partir das 14 horas.

A luta na Progresso Mecânico, como já até aqui referimos anteriormente, continua a suscitar inúmeras manifestações de solidariedade, designadamente por parte das mulheres do Alto de Santo Amaro.

No âmbito da solidariedade realiza-se amanhã, dia 5, pelas 21 horas na Academia de Santo Amaro um espectáculo de apoio às reivindicações dos trabalhadores da Progresso Mecânico. Actuarão conjuntos musicais e artistas conhecidos. Até ao princípio da semana, estavam assegurados entre outros nomes os de José Viana e Dora Leal.

aprovadas no Encontro incide fundamentalmente:

Na luta pela «declaração de inconstitucionalidade» da Lei da Entrega; na «exigência de um plano de reestruturação da Banca» (a curto, médio e longo prazo), plano esse em cuja elaboração os trabalhadores devem participar através dos seus representantes e que deve estar de acordo «com os objectivos da nacionalização da banca e do desenvolvimento económico e social do País»; a exigência de que a Banca seja gerida por pessoas que se identifiquem com a nacionalização e não pelos seus inimigos.

Ainda segundo as conclusões,

a defesa da Banca Nacionalizada exige:

- O combate claro e firme contra a corrupção, burocratização e ineficiência dos serviços bancários;
- O reforço do exercício do controlo de gestão pelas CTs (Comissões de Trabalhadores);
- O reconhecimento e o cumprimento das disposições legais e constitucionais sobre o controlo de gestão por parte dos conselhos de gestão;
- A nomeação dos representantes dos trabalhadores para as comissões de fiscalização onde os lugares estejam vagos, ou a sua substituição quando estes não

articulem a sua actividade com as estruturas representativas do pessoal;

● A tomada de posse dos gestores eleitos (ao abrigo da Lei 46/79) e a sua ligação aos representantes dos trabalhadores.

São conhecidas as dificuldades do exercício de um controlo de gestão eficaz. Principalmente os trabalhadores, que têm feito parte das CTs e de outras organizações representativas em empresas e serviços, sabem como é difícil (e o que se arrisca) quando se procura furar a muralha de silêncio e repressão que certo patronato e muitos gestores constróem à volta de decisões, planos e objectivos que interessam aos postos de trabalho, à garantia de emprego, à economia do País.

Neste campo e na Banca, as coisas agravam-se em muitos aspectos.

É em atenção a eles que o Encontro nas suas conclusões aponta duas medidas que considera fundamentais:

- Aumentar a intervenção dos secretariados de secção na área da política de pessoal;
- Voltar cada vez mais as CTs para os problemas dos bancos enquanto instituições de crédito – estas estruturas (as comissões de trabalhadores) devem pautar a sua acção por critérios que privilegiem as questões mais candentes na perspectiva da defesa da Banca Nacionalizada, não devem esgotar o seu tempo em tarefas politicamente insignificantes ou burocráticas, devem criar «grupos técnicos de apoio».

Os objectivos a alcançar pelas CTs e pelo controlo de gestão, com os recursos actuais e no «actual contexto de ataque à Banca Nacionalizada», seriam os seguintes:

- Informar os trabalhadores de todas as situações duvidosas que possam levar à instabilidade dos Bancos;
- Esclarecer os aspectos contraditórios da evolução dos bancos registados nas análises contabilísticas;
- Controlar os aumentos incompressíveis de disponibilidades em divisas nos bancos estrangeiros;

● Analisar quem são os grandes beneficiários do crédito e se este é cortado às PMCs (pequenas e médias empresas comerciais e industriais), cooperativas e nacionalizadas;

● Analisar o crédito mal parado, sobretudo na perspectiva de que poderá estar a ser transferido para a banca os prejuízos das empresas privadas;

● Exercer vigilância quanto à alienação do património, nomeadamente no que respeita à entrega de empresas participadas (com capital do Estado), em condições vantajosas, aos antigos patrões.

CCTV Metalúrgicos perto da luta

«Não vislumbramos a possibilidade da resolução pacífica da totalidade do presente processo, dado que o patronato, além de não estar receptivo às reivindicações mais urgentes e sentidas pelos trabalhadores, pretende retirar-lhes direitos e regalias consagradas no CCTV (Contrato Vertical) em vigor» – afirma a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que se refere em comunicado recente ao processo de revisão do CCTV daquele ramo de actividade.

Através do seu departamento da contratação colectiva, a Federação salienta «a capacidade de negociação da CNS (Comissão Negociadora Sindical)».

Reivindicações dos mineiros

A mesma Federação fazia entretanto a entrega aos grupos parlamentares da Assembleia da República do caderno reivindicativo dos mineiros, cujos Sindicatos estão como se sabe integrados naquela estrutura intermédia da CGTP-IN. O referido caderno há muito tempo que se encontra em poder do Governo. Sem resposta.

Fecho

Se não fossem algumas particularidades que escondem objectivos nada claros na CP, paralisada por um sindicato de raiz gonelhistas sem representatividade que não seja a sua origem corporativa, paralela e divisionista, a semana seria assinalada pelo crescendo habitual dos ataques às nacionalizações – com relevo para o sector financeiro, Banca e Seguros – e pela resposta pronta dos trabalhadores cada vez mais raramente considerada notícia pela TV, RDP

e outros meios poderosos e estatizados.

Do que aqui vai nesta página nada se ouve nesses meios ditos, também, de comunicação e de massas, mas que destacam entre o que as massas interessa aquilo que ao mesmo tempo, a seu ver, pode iludi-las quanto aos responsáveis por aquilo que as atinge directamente – responsáveis esses que estão no Governo e se multiplicam, como querem, nas imagens da TV, ameaçando subverter os alicerces económicos do regime.

Terra

Durante dia e meio Os trabalhadores agrícolas trocaram a planície pelo pavilhão da Conferência

Duraram dia e meio os trabalhos da 5.ª Conferência da Reforma Agrária. Para além do balanço do que se passou, desde a anterior Conferência, soluções foram apontadas para continuar, defender e reforçar uma das grandes conquistas que a Revolução de Abril porporcionou.

Durante dia e meio trabalhadores agrícolas e técnicos falaram perante cerca de 2908 delegados e algumas centenas de convidados, nacionais e estrangeiros, do que têm sido as experiências verificadas nas suas UCP's e Cooperativas Agrícolas, do que tem sido a ofensiva das diferentes governos — ofensiva que se agravou criminosamente quando a "AD" formou governo —, da resistência contra esta mesma ofensiva, das novas vias de produção antes impensadas (o caso das estufas), dos investimentos feitos, da participação nas questões de habitação, sociais, de saúde e até desportivas e culturais.

Durante dia e meio se falou de tudo isto. Sucessaram-se as intervenções de carácter mais técnico e recheadas de números ou então os improvisos, alguns emocionantes, relatando os casos vividos da repressão ou então do que se procura fazer

para continuar a trabalhar a terra que resta após as reservas.

O início dos trabalhos

A Conferência iniciou os trabalhos às nove horas de sábado. Antes, viam-se chegar delegados nos reboques ou nas camionetas das UCP's e Cooperativas. Depressa se encheu o pavilhão onde decorreu o plenário. A par dos trabalhadores agrícolas já mais velhos, que não abandonaram os seus hábitos de trajear, viam-se as raparigas e os rapazes, também eles trabalhando todos os dias no campo, mas já com outras preocupações no vestir, revelando a profunda transformação que se deu na vida dos que construíram e beneficiaram da Reforma Agrária.

Presidiu a primeira sessão Dionísio Moisés, operário agrícola e membro do Secretariado das

UCP's/Cooperativas de Santarém. As sessões que se seguiram foram presididas, respectivamente, por Rogério Arraiolos, operário agrícola e membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora; Manuel Pombinho, operário agrícola e membro do Secretariado das

Convidados nacionais e estrangeiros

Como convidados nacionais estiveram presentes nos trabalhos da Conferência, o brigadeiro Pezarat Correia, membro do Conselho da Revolução, Guilherme da

saudações à Conferência, o mesmo sucedendo com o representante da CGTP-IN.

Falar da Conferência

Falar da Conferência obriga a ultrapassar o que se disse e se passou durante aquele dia e meio de trabalhos. Obriga a falar da grande participação da juventude — rapazes e raparigas; obriga a falar no papel combativo das mulheres; obriga a falar da consciência cada vez maior que os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo têm da sua tarefa.

Falar da Conferência é falar também do esforço de homens e mulheres, habituados à vida livre do trabalho nos campos e que durante horas e horas estiveram encerrados num pavilhão onde por vezes o calor era sufocante, sentados nas cadeiras desconfortáveis, escutando as intervenções, comentando para os companheiros do lado as experiências que lhes eram conhecidas, numa forma de tomarem mais verdadeira a verdade que sabiam.

Comentários que por vezes quase abafavam a voz do orador e que a mesa se via obrigada a contrariar. A jovem Maria Luísa Salsinha, durante a sessão a que presidiu revelou uma energia sem limites nas poucas vezes que isto sucedeu, ou então chamando a atenção do orador quando este começava a ultrapassar os cinco minutos previstos para a sua intervenção.

Que significa Reforma Agrária?

O que representa para os trabalhadores agrícolas do



António Murteira: «Defender e prosseguir a Reforma Agrária por uma vida nova e melhor»

UCP's/Cooperativas de Beja; Maria Luísa Salsinha, operária agrícola, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora; Mário Baiona, operário agrícola e membro da União Coordenadora Distrital das UCP's/Cooperativas Agrícolas de Setúbal, e por último José Candelas, operário agrícola e membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Portalegre. Durante a primeira sessão foram aprovados o regulamento, a constituição da mesa da Conferência e o funcionamento da mesma. Uma saudação à 5.ª Conferência seria lida pela operária agrícola Josefina Andrade, da UCP/TOC, de Pavia. Um resumo do balanço seria lido a seguir pelo engenheiro silvicultor Alves da Silva.

Fonseca, Procurador-Geral adjunto, representantes dos Grupos Parlamentares do PCP, MDP e PS, o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho e José Ernesto Cartaxo, representando o Secretariado Nacional da CGTP-IN. Dez delegações estrangeiras responderam também ao convite feito pela Comissão Organizadora da Conferência. Foram elas a Federação Sindical Mundial, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da URSS, a União Central das Cooperativas da Bulgária, a União dos Camponeses Cooperativistas da

Breve comparação entre o tempo dos agrários e a Reforma Agrária (apesar da ofensiva)

Os Governos "AD" realizaram num ano uma obra de destruição superior àquela que os anteriores governos, desde o primeiro governo de Mário Soares, tinham feito em quatro anos.

Mas apesar deste brutal ataque a verdade é que hoje a Reforma Agrária, com menos de metade da área inicial, semeia e produz mais e melhor do que semeavam e produziam os agrários no dobro da área, e mantêm uma organização e rentabilidade de exploração e do trabalho como os agrários nunca tiveram.

Em relação ao tempo dos agrários a área cultivada aumentou três vezes e desbravaram-se 145 000 ha. A taxa de ocupação cultural tem crescido ao ritmo de 29 % ao ano.

No ano agrícola de 79/80, nas UCP's/Cooperativas foram produzidas 231 000 toneladas de cereais, isto é, duas vezes e meia mais que no tempo dos agrários.

No último ano foi atingida uma produção média de trigo de 1600 kg/ha, média extraordinária para o nosso país.

Apesar de já terem sido roubadas 215 000 cabeças de gado os efectivos pecuários são ainda superiores em 28 % em relação ao tempo dos agrários.

A cultura praticada nas UCP's/Cooperativas permite obter os mais altos níveis de rentabilidade do trabalho agrícola do país (240 contos por trabalhador).

A produção de cereais constitui na zona da Reforma Agrária 45 % da produção nacional.

No tempo dos agrários existiam 70 camiões. Até agora já foram roubados 120.

No tempo dos agrários a cada tractor correspondia 35,7 ha de superfície cultivada enquanto que em 1980 nas UCP's/Cooperativas a cada tractor correspondia 114,7 ha, ou seja cada tractor na Reforma Agrária executa em média o triplo do trabalho que era executado antes.

Será preciso apontar mais exemplos?

Checoslováquia, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), de França, os Comités holandeses de solidariedade para com a Reforma Agrária Wageningen, Wymegen e Tulipa Vermelha, a CGIL, da Itália, a União de Ajuda Mútua Camponesa, da República Democrática Alemã, e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agro-Pecuária, da República Popular de Angola. Todos os convidados estrangeiros leram

Alentejo e Ribatejo a Reforma Agrária? Silvina Calado, da UCP "Rainha do Sul" diria na sua intervenção que esta conquista significou "que nos podíamos deltar descansadas sabendo que no dia seguinte tínhamos trabalho assegurado". Mas logo outra intervenção surgia a falar da transformação na vida das pessoas, e nas creches e casas de repouso para idosos, e nos supermercados, e na possibilidade das crianças irem



Uma exposição de pintura e gravura dedicada à Reforma Agrária esteve patente no recinto da Conferência



Um aspecto do plenário quando se procedia a uma votação

à escola, e a transformação nos hábitos alimentares, enfim um nunca mais acabar de contribuições que dão a ideia do que significa na realidade a Reforma Agrária para as pessoas daquela zona do país.

As mulheres vão voltar a trabalhar

Rosa Maria Neves, da Cooperativa "Unidade Trabalhadores", de Campo Maior apontaria o exemplo que ela conhece: Em Campo Maior houve em que todas nós tínhamos trabalho. As cooperativas com toda a sua força absorviam toda a mão-de-obra do concelho e ainda tinham que ir chamar trabalhadores de fora do concelho. De há dois anos para cá as mulheres deixaram de trabalhar e algumas de nós temos que nos manter na situação triste de estarmos desempregadas ou

dependentes do subsídio de desemprego.

E mais adiante:

A terra que há no nosso concelho é a mesma que

havia há dois anos e há cem.

A diferença está em quem faz a gestão dessa terra e a favor de quem ela é feita.

Proseguindo o relato do que ali se passou, disse:

A nossa UCP tinha 7600 ha de terra. Hoje temos 1600, dos

quais 700 são arrendados. Trabalhadores homens e mulheres, em número de

trezentos, saíram da cooperativa, tiveram que sair.

As mulheres foram despedidas e compreenderam

porquê. Os homens, compreendendo também, foram saindo. Não houve

guerras nem divisões.

A nossa cooperativa, no meio de todas as dificuldades, foi

procurando meios de trabalho e produção minimamente

rentáveis, por forma a combater a situação de

desemprego com as suas consequências.

Estamos a aproveitar o metro a metro (...)

atirando-nos atrevida e corajosamente para a

culturas em estufas e estamos já com quatro

hectares e meio aptos a funcionar (...). O nosso

projecto neste campo de dez hectares de estufa e

criar, em colaboração a Cooperativa Agro Campo Maior, as estruturas de produção que venham

necessárias.

E graças a este plano, não é um plano no papel, temos hoje a alegria de

dizer que voltámos a trabalhar na nossa

cooperativa e dizemos porque ela é tão nossa

quando trabalhamos e é com alegria que

podemos afirmar que ou quase todas as mulheres

Quase destruídas mas não do Onde se fala de UCP/bp que arranjaram novas para produzir e resistir

Durante a Conferência diversos casos foram apontados revelando que os trabalhadores agrícolas não desistem, não se rendem nesta luta pelo futuro. Exemplos foram referidos de UCP's e Cooperativas que praticamente destruídas conseguem arranjar novas forças, deitam-se ao trabalho, procuram soluções novas e aí estão, novamente de pé, do lado da trincheira que tem a ver com a produção, o trabalho, a economia nacional.

É o caso apontado pela delegada da UCP "Alvorada na

Aldeia". Vítima como tantas outras explorações da ofensiva do Governo, esta UCP ficou

praticamente sem viabilidade económica para manter os seus

150 trabalhadores, os gados e alfaías reduzidos a metade,

roubadas as melhores terras. Depois de traçar este

panorama, a delegada prosseguiu:

Feito um estudo e um resumo do que era e o que restava da

nossa UCP impunha-se uma pergunta: Que fazemos? 150

trabalhadores a terem pelos seus postos de trabalho e, praticamente, pela

sobrevivência. Parar é morrer!

— acrescenta — e os trabalhadores alentejanos

jamais voltaram as costas às dificuldades inerentes

à Reforma Agrária. Pensou-se em estufas e decidiu-se

lançar mãos à obra enfrentando todos os

problemas e despesas que daí viriam e com a

colaboração do nosso amigo técnico fizemos 40

estufas que abrangem cerca de cinco hectares.

Aproveitou-se todo o regadio possível para as estufas e não só, pois também temos

muitas sementeiras de produtos hortícolas ao ar livre, assim como o milho e forragens para o gado.

Referindo depois que os trabalhadores da UCP têm sido

incansáveis para não deixarem morrer a obra tão

oportunamente iniciada, acrescentou:

Hoje, quando olhamos a nossa obra vemos que valeu a pena, que vale sempre

a pena lutar pela Reforma Agrária. Se não fosse esta

iniciativa talvez a nossa UCP começasse a destruir pelo

Governo se tivesse acabado de afundar por si própria, por

falta de postos de trabalho e, naturalmente, de rendimento,

os seus 150 trabalhadores estariam talvez hoje

desempregados. Depois de salientar que já no

princípio de Abril colhiam feijão verde, tomate, pepino, pimento

e demais produtos hortícolas de excelente qualidade,

abastecendo não só a Aldeia Nova de S. Bento mas também

enviando para outros mercados, a delegada acrescentou:

As dificuldades foram muitas e as economias da UCP foram

gastas neste empreendimento, mas hoje

é ali que nós temos os nossos postos de trabalho

e donde tiramos o nosso salário que aos poucos

também vai melhorando. E finalizou:

As nossas estufas são o nosso orgulho. Talvez

sejam as únicas com tais proporções dentro do nosso

Alentejo. Como alguns de vós já tiveram ocasiões de

comprovar pessoalmente são estas as respostas que os

alentejanos dão ao Governo — um governo que pensava

que destruiria a Reforma Agrária em poucos meses,

mas a Reforma Agrária não é uma quimera que se destrói

fácilmente. A Reforma Agrária é e será sempre a grande

certeza dos trabalhadores alentejanos.

Os roubos na "Margem Esquerda"

Contra a vontade dos nossos inimigos a Reforma Agrária

existe — começou por dizer Manuel do Rosário Moita,

representando os trabalhadores da UCP "Esquerda Vencedora",

acrescentando — e está bem viva no coração de todos nós,

e porque assim é estamos hoje aqui a realizar a 5.ª

Conferência com a mesma firmeza, o mesmo espírito de

sacrifício, o mesmo calor humano com que realizamos

a primeira. Mais experientes, mais sabedores do que na

realidade é a Reforma Agrária.

Num balanço rápido, o orador focou a ofensiva:

Foram-nos roubados 6338 hectares das melhores terras

e temos pedidos de reservas, neste momento, de 1500

hectares; foram-nos roubadas 5357 cabeças de

terras por cultivar, os armazéns sem nada dentro e as máquinas paradas

Não cruzar os braços

Face à destruição desta

Governo de reacção, nós

podíamos ficar de braços

cruzados. Semeamos as

culturas de inverno e

o que nos foi possível de

1000 hectares. Sem

pensando em criar

aumentar a produção e defender os nossos

de trabalho, metemos

naquilo que anos atrás

parecia impossível real

e com a contribuição de

técnicos amigos, lançamo-nos na cons

de estufas e neste momento

temos em plena produ

três hectares e para o

pensamos em 17.

A vontade de vencer

dos nossos trabalhadores

"Esquerda Vencedora"

— acrescentou — e en

E na véspera o recinto ficou concluído

Na véspera da abertura da 5.ª Conferência da Reforma Agrária nem tudo estava terminado. Os pavilhões do Rossio de S. Brás, local onde decorreram os trabalhos do plenário, apei estavam ainda uma certa desarumamação. Não muito grande, diga-se. A tarefa maior dizia respeito à arrumação de alguns milhares de cadeiras, necessárias para os delegados e convidados que ali estariam presentes durante dois dias. Mas ninguém estava preocupado. Dentro de algumas horas tudo ficaria pronto — era a opinião generalizada — e assim sucedeu. Com a colaboração de muitos jovens — trabalhadores agrícolas que só naquela noite tiveram oportunidade de vir dar uma ajuda, e estudantes dos liceus e da Universidade de Évora — o recinto compôs-se rapidamente. As filas de cadeiras avançavam rapidamente. Acarretadas às quatro e às cinco logo ficavam arrumadas no devido lugar. Por vezes a sugestão de abrir mais um corredor "senão as pessoas não conseguem passar". Mas não havia tempo para

grandes discussões e normalmente prevalecia a necessidade de algar num recinto reduzido alguns milhares de pessoas. Passava já das duas horas da manhã de sábado quando se davam os últimos retoques. Alguns panos que tinham ficado por afixar. Umhas letras que precisavam de retoques. Os projectores que ainda precisavam de ser colocados e afinados. Não foi difícil com o trabalho de todos. E enquanto se arrumavam as últimas ferramentas, os panos e os cartazes que não tinham sido necessários, e se davam os últimos retoques na qualidade do som, na certeza de que sempre se podia dormir algumas horas naquela noite, alguém exclamou: "Parece que no ano passado custou mais!" Enquanto isso, nas instalações do Monte Alentejano, a escassos metros dos pavilhões, o trabalho ainda não parara na secção de reprografia. Os copiógrafos, com o característico ruído repetitivo, continuavam a reproduzir os últimos textos para serem distribuídos pelos delegados. Algumas intervenções estavam ainda a ser passadas à máquina.

Ali, a certeza de dormir naquela noite não era muita. Mas ninguém se mostrava contrariado. Já no restaurante, que iria servir as refeições aos delegados, não se notava qualquer movimento. Ali, o trabalho maior estava reservado para umas horas depois, bem pela manhã. Também no posto médico e no serviço de apoio à imprensa tudo estava calmo. Outro tanto não sucedia no pavilhão onde estaria patente uma exposição, de jovens artistas plásticos, dedicada à Reforma Agrária. Aqui ainda a agitação era grande. Embora os quadros estivessem já dispostos era preciso distribuir as etiquetas que identificavam as obras e os autores. Juntamente com o nevoeiro que a partir das três da madrugada começou a surgir, calou o silêncio. As principais tarefas tinham terminado. Dentro de algumas horas trabalhadores agrícolas, técnicos e convidados iniciariam o trabalho que toda esta azáfama justificava — uma grande jornada de trabalho colectivo pela defesa e a consolidação da Reforma Agrária.



trabalhadoras rurais vão ter trabalho este Verão e não só, desde que a Cooperativa «Unidade Trabalhadores» possa levar até ao fim os seus planos de trabalho.

O desemprego a todos prejudica

O desemprego que alastra nos campos da Reforma Agrária em virtude do abandono em que estão as terras roubadas foi apontado por diversas vezes. Mariana de Jesus Piteira, elegada sindical, não deixaria de afirmar na sua intervenção que o número de desempregados só não é maior porque muitos têm emigrado. Por seu turno, Silvino Henrique Gileto, trabalhador agrícola do sector privado poria em destaque um assunto que finalmente diz respeito a todos os trabalhadores como ele. A ofensiva contra a Reforma Agrária gera uma vaga de desemprego que se reflecte

com incidências graves para todos os que procuram emprego. O excesso de mão-de-obra faz com que cada vez seja mais difícil encontrar emprego.

Esta ofensiva contra a Reforma Agrária não interessa também aos trabalhadores do sector privado, que assim se encontram numa situação de permanente instabilidade. Dezenas de intervenções se sucederam. Pode dizer-se que tudo o que minimamente se relaciona com a Reforma Agrária foi tocado, debatido, informado. No fim da manhã de domingo foram aprovadas as conclusões e a proclamação que noutro local abordamos. Estes dois textos seriam tomados públicos durante um comício realizado durante a tarde. A Conferência tinha terminado. Uma outra tarefa começava de imediato — continuar a defender ainda com mais força a Reforma Agrária.

deroiadas Cooperativas e Irças até vencer

As dificuldades de vária ordem vão semear 70 ha de milho de regadio para exportação, além de 60 ha de sequeiro que está semeado, 30 ha de luzina, 35 ha de milho híbrido, para forragens e gro. Lutamos sempre com os chos postos no futuro. Dois exemplos apenas, mas muitos outros foram referidos. E isto diria António Murteira, durante a leitura do tema "Defender e prosseguir a Reforma Agrária por uma vida melhor", já no final dos trabalhos: Se continuarmos a resistir,

a lutar e a produzir, se pusermos de pé Cooperativas que eles às vezes pensam que já destruíram, o desfecho só pode ser um: o do triunfo da Reforma Agrária.



Falar da Conferência é falar da grande participação da juventude, do papel combativo das mulheres, da consciência cada vez maior que os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo têm da importância da sua luta

Resumo das conclusões e proclamação aprovadas na Conferência

São os seguintes os oito temas base e os respectivos apresentadores: "A Reforma Agrária está a ser ilegalmente destruída pelos Governos de direita" — Lopes Guerreiro, técnico de contas do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Beja; "Reforma Agrária é a alternativa para aumentar a produção" — José Luís, operário agrícola da UCP 1.º de Maio; "A Reforma Agrária mudou a vida nos campos" — Francisco Calcinha, operário agrícola e membro do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja; "Os trabalhadores agrícolas em luta por melhores condições de vida" — Mário Silva, operário agrícola e membro do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora; "Reforçar a organização para defender as UCP's/Cooperativas" — Lino de Carvalho, técnico de contas e membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora; "Aspectos da política financeira e de comercialização de preços" — Diamantino Matos, engenheiro da Cooperativa da Reforma Agrária (CRA); "a Reforma Agrária também diz respeito aos agricultores" — Manuel André, pequeno agricultor de Santarém; e "Defender e prosseguir a Reforma Agrária por uma vida nova e melhor" — António Murteira, engenheiro técnico agrícola.

Estes oito temas base que foram discutidos em mais de 300 reuniões e plenários preparatórios da Conferência deram origem às conclusões aprovadas no final. Nestas reuniões e plenários que antecederam e prepararam a Conferência participaram mais de 15 000 trabalhadores, agricultores e técnicos.

Das conclusões aprovadas há a salientar que com a 5.ª Conferência da Reforma Agrária completa-se mais um ano, durante o qual a Reforma Agrária sofreu a mais brutal das ofensivas desde o início tendo sido usurpados até 31 de Dezembro de 1980 cerca de 569 000 hectares das melhores terras, das quais 20 500 hectares eram de regadio.

Foram destruídas 111 UCP's/Cooperativas e 62 outras estão inviabilizadas. Foram roubadas 214 000 cabeças de gado, 11 060 máquinas e alfaias, 166 000 hectares de searas semeadas pelos trabalhadores e 46 000 postos de trabalho foram destruídos.

Com o novo decreto-lei roubo da cortiça, a "AD" prepara-se este ano para entregar aos agrários e amigalhos todo o dinheiro resultante da extracção e venda da cortiça pertencente às UCP's/Cooperativas. Nem sequer o dinheiro dos salários é garantido às UCP's/Cooperativas para pagarem aos tiradores.

A ilegalidade transformou-se na arma do MAP que não cumpre as decisões e os acordos do Supremo Tribunal de Justiça.

Mas a vida nos campos mudou

Com a Reforma Agrária criaram-se 50 000 novos postos de trabalho, os salários foram aumentados, conquistaram-se as férias, o 13.º mês, domingos e feriados pagos. A alimentação melhorou.

Surgiram creches, infantários, cantinas, centros de convívio, lares para a terceira idade. Por iniciativa das UCP's/Cooperativas, ou com o seu apoio, criaram-se supermercados, cooperativas de consumo, postos de venda, talhoes, padarias, mercados semanais, criaram-se hortas individuais e colectivas.

Mais de meio milhão de habitações foram construídas e muitas outras reconstruídas. Criaram-se e apoiaram-se grupos desportivos, surgiram grupos corais e teatrais, ranchos folclóricos e grupos infantis. Brigadas de alfabetizadores ensinaram muita gente a ler. Muitos trabalhadores tiveram oportunidade de frequentar cursos de formação profissional.

Aos agricultores também diz respeito a Reforma Agrária

Dos cerca de 600 000 hectares retirados às UCP's/Cooperativas desde o início da ofensiva, pouco mais de 30 000 hectares foram distribuídos a agricultores sem qualquer garantia de que continuem nessas terras por mais de um ano. Dos 700 000 hectares expropriáveis que nunca saíram das mãos dos agrários, nem um só palmo de terra foi entregue a pequenos e médios agricultores ou trabalhadores rurais.

Vários casos são conhecidos de agricultores expulsos por agrários de terras que, sendo expropriáveis, se mantiveram sempre na posse destes. Um exemplo bem recente é o de 17 seareiros do concelho de Ferreira do Alentejo que receberam ordem de expulsão da herdeza da Lagoa. Até a GNR apareceu para os expulsar. Outros casos se passaram em Salvada e Neves.

A demagogia do Governo de que está a "distribuir terra aos agricultores" é uma forma de tentar encobrir que a sua política de destruição da Reforma Agrária tem tido como objectivo a reconstituição dos latifúndios e das grandes empresas agrícolas capitalistas.

Onde é que foi dada a terra a agricultores, fora da zona de intervenção da Reforma Agrária, no centro e norte do país,

exactamente onde é mais elevado o número de pequenos agricultores na população activa dos campos? E porque usurpa os baldios aos pobres para os entregar aos caciques?

Alí o que vemos são despejos arbitrários de rendeiros contra o legítimo usufruto dos baldios pelos povos que a eles têm direito.

E dentro da zona de intervenção, onde é que foi dada terra a agricultores? Apenas nos concelhos onde há UCP's/Cooperativas. Em concelhos como Almodôvar, Castelo de Vide, Marvão, Monforte, Arronches, Reguengos, Mourão, nos concelhos norte do distrito de Santarém, nesse onde há mais agricultores e as terras estão legalmente na posse dos agrários o Governo nem fala em distribuição de terras.

A luta em defesa da Reforma Agrária

Ao longo de 1980 e 1981 desenvolveu-se com vigor a luta de massas em defesa da Reforma Agrária e da liberdade. Foi a grande jornada de solidariedade de 25, 26 e 27 de Março de 1980, a greve dos tiradores de cortiça, a luta pela recolha dos frutos pendentes, as concentrações e desfiles contra o desemprego e as terras incultas, contra o aumento do custo de vida, pela saída da nova contratação Colectiva de Trabalho para a agricultura, as mais de 700 delegações que se deslocaram aos órgãos de soberania e a autoridades civis, militares e religiosas, as mais de 4500 delegações que estiveram nos serviços regionais do MAP, os 820 processos de contestação de reservas apresentadas nos tribunais, a luta na Assembleia da República e o apoio firme das autarquias do Alentejo, foi a jornada de informação de 16 de Março último, para apresentar apenas alguns dos factos de maior relevo.



A manifestação pelas ruas de Évora, na qual se incorporaram milhares de pessoas. O desfile durou mais de hora e meia

Comício e manifestação pelas ruas de Évora

Évora conheceu no domingo passado um movimento que possivelmente não se repetirá tão cedo. Logo de manhã começaram a chegar as camionetas de excursão que de todos os pontos do país trouxeram pessoas que com a sua presença queriam afirmar a sua solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária.

Não foram todas as camionetas da Rodoviária Nacional como o reaccionário jornal "O Dia" afirmava depois. Mas foram muitas. Dois combolos vieram também repletos de gente.

Logo de manhã o bulício era enorme nas principais ruas da cidade. Grandes grupos passeavam. Visitando ou revisitando a cidade. Espirando as escassas lojas abertas ou aproveitando as dezenas de vendedores ambulantes que assentaram arraiais junto ao recinto da Conferência da Reforma Agrária.

O movimento redobrou ao princípio da tarde em virtude do jogo de futebol que nesse dia se disputava em Évora e que era determinante para um dos clubes locais ascender ou não à Primeira Divisão do campeonato.

Em Évora, face à afluência de forasteiros, era impossível encontrar um restaurante que não estivesse repleto. Os mais precavidos tinham trazido famel e as sombras dos rebocos dos tractores, das camionetas e das árvores eram aproveitadas, que pelas onze horas o calor rompeu forte, com sol de trovoada, provocando desmaios sem conta durante o comício que à tarde se realizou no terreno anexo aos pavilhões da Conferência e que levou o camarada Álvaro Cunhal a aconselhar os presentes que se protegessem bem do sol.

Nestas coisas de comícios gosta-se sempre de fazer comparações. Estará mais gente do que no ano passado? Estará o mesmo? Ou menos? No ano passado, o comício que encerrou a 4.ª Conferência decorreu num dia de chuva, com as pessoas bem juntas, protegendo-se da água e do frio que se fazia sentir.

Desta vez, apesar do terreno fronteiro ao palco estar cheio de gente, muitas eram as pessoas que procuravam as sombras das árvores. O gradeamento do jardim do Palácio de D. Manuel estava cheio. Debaixo de cada árvore um grupo compacto.

E para os que gostam de comparações pode dizer-se, de

certeza, que menos gente do que no ano passado não estava.

O comício e a manifestação

Após um espectáculo de solidariedade com a Reforma Agrária e no qual participaram muitos artistas vindos de Lisboa e grupos corais alente-

deputado comunista Álvaro Brasileiro, operário agrícola e membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Santarém. Por seu turno, Maria Salomé, operária agrícola e membro da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, faria a leitura da Proclamação. Seguiu-se uma intervenção

A quem são entregues as terras roubadas às UCP's/Cooperativas

Dos 485 500 hectares de terras retiradas às UCP's/Cooperativas existentes:

- 410 000 ha (84,5%) foram entregues a agrários;
- 30 600 ha (6,3%) foram entregues a pequenos e médios agricultores;
- 1100 ha (0,2%) foram entregues a operários agrícolas;
- 43 900 ha (9,0%) foram entregues a indivíduos que nada têm a ver com a agricultura (sapateiros, barbeiros, taberneiros, etc.).

Fica bem demonstrada a intenção de reconstituir os latifúndios.

janos, o comício de encerramento começou à hora prevista — às 15 e 30 da tarde.

Presidiu o operário agrícola Jerónimo Mendes, membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora. A leitura do resumo das conclusões — ali tornadas públicas — foi feita pelo

política do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e que noutro local publicamos.

Já no final surgiu uma oferta simbólica, para que se recorde que a luta pela Reforma Agrária é a melhoria de vida nos campos do Alentejo e Ribatejo não derramou

sangue apenas durante o tempo do fascismo. Algumas pedras contendo as manchas do sangue perdido pelos trabalhadores agrícolas assassinados na herdeza do Vale do Nobre, em Montemor — José Geraldo e António Casquinha — foram oferecidas aos Secretariados das UCP's/Cooperativas Agrícolas.

Como António Murteira explicou depois a toda a assistência, elas passarão a fazer parte do Museu da Reforma Agrária a criar no Alentejo.

Após o comício uma enorme manifestação desfilou durante mais de hora e meia pelas principais ruas da cidade. Lado a lado, trabalhadores agrícolas e trabalhadores industriais ou de serviços vindos de outros pontos do país manifestaram a sua intenção de defender a Reforma Agrária, demonstraram que os trabalhadores agrícolas não estão isolados na sua luta.

Nesse mesmo dia, em diversos locais do país, centenas de pequenos e médios agricultores protestavam contra a política agrícola de um governo que até agora só tem favorecido os intermediários e os latifundiários.

De salientar, porque merecido, o esforço da secção de trânsito da PSP de Évora que conseguiu manter a circulação automóvel sem engarrafamentos de maior num dia em que se deve ter registado o maior movimento em Évora.



Que não haja impedimentos. Se o miúdo está cansado vai às cavalitas

Terra

Discurso de Álvaro Cunhal

Camaradas:

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária que acaba de realizar-se, constitui um acontecimento de primeiro plano. Porque a defesa e o prosseguimento da Reforma Agrária é, para os trabalhadores alentejanos e ribatejanos, a própria vida e a vida e o futuro dos seus filhos.

Porque a defesa e o prosseguimento da Reforma Agrária é, para todo o Povo português, não só a defesa e o prosseguimento da mais bela conquista da Revolução, como a defesa e o prosseguimento das liberdades e da democracia.

As conclusões e a Proclamação da 5.ª Conferência acabam de ser lidas neste grandioso comício.

Estarei de acordo, camaradas e amigos, que dos trabalhos da 5.ª Conferência, das suas conclusões e da sua conclusão, se desprende uma ideia fundamental:

Que a luta continua e continuará até fazer parar de uma vez para sempre a ofensiva contrarrevolucionária, até à realização completa da Reforma Agrária, até que seja entregue a terra de todos os latifúndios a quem a trabalha.

1

A Reforma Agrária continua de pé

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária foi uma poderosa afirmação de que, depois de 5 anos de ofensiva constante e brutal de sucessivos governos para destruí-la, a Reforma Agrária continua de pé, como uma exaltante realidade da vida portuguesa, do regime democrático, do Portugal de Abril.

É certo que as forças reacçãoárias (dominando o governo, grande parte do aparelho do Estado e as forças repressivas, utilizando a GNR como arma para execução de verdadeiros crimes) assentaram duros golpes na Reforma Agrária.

É certo que (conforme indica o balanço feito pela Conferência) as UCP's/Cooperativas têm actualmente menos terras, menos gado, menos máquinas, que em anos anteriores.

O surpreendente e extraordinário não é, porém, que se verifique essa diminuição, depois de mais de 5 anos de ofensivas, de roubo e de saque conduzidas por sucessivos governos, a partir do governo PS sozinho — governos que tinham e têm como objectivo a liquidação da Reforma Agrária num curto prazo.

O surpreendente e extraordinário é que a Reforma Agrária tenha resistido 5 anos a tais ofensivas, que, depois de 5 anos, continuem a existir e a trabalhar mais de 400 UCP's/Cooperativas, ocupando mais de 550 000 hectares. O surpreendente e extraordinário é que, apesar de todas essas ofensivas de destruição, as UCP's/Cooperativas mantenham, em relação ao tempo dos agrários, o dobro de máquinas por hectare que, em relação a esses tempos, o número de tractores tenha passado de 2,3 para 4,9 por 1000 hectares, e que se mantenha muito do que se avançou.

O surpreendente e extraordinário é que, estando as forças contrarrevolucionárias no poder, se tenha realizado esta magnífica e exaltante 5.ª Conferência da Reforma Agrária, com cerca de 3000 delegados das UCP's/Cooperativas, Conferência voltada não apenas para os problemas imediatos do presente, mas voltada também com confiança para o futuro.

A 5.ª Conferência é por si mesma uma demonstração da força e da vitalidade da Reforma Agrária, da sua realização indispensável como parte integrante do regime democrático português.

A 5.ª Conferência é uma portentosa afirmação de que a Reforma Agrária está de pé, vive e viverá, vencerá dificuldades e obstáculos e acabará por ser completamente realizada.

2

A ofensiva criminosa da reacção

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária foi também um verdadeiro acto de acusação à actuação inconstitucional, ilegal, subversiva e criminosa do governo "AD"/Balsemão, na continuidade da actuação reacçãoária de governos anteriores.

Quando dizemos "inconstitucional", "ilegal", "criminosa" e "subversiva" não estamos a exagerar. Estamos a dizer a pura verdade.

Pura verdade porque o governo "AD"/Balsemão como os governos anteriores, violou da forma mais grosseira a Constituição, que consagra a Reforma Agrária e a liquidação dos latifúndios. Porque o governo fez e faz leis e decretos inconstitucionais, desrespeita as próprias leis e decretos quando os consideram insuficientes, decreta, saqueia e destrói riquezas e pretende destruir a Reforma Agrária, destruir a própria democracia.

A história das ofensivas de 5 anos contra a Reforma Agrária é uma das histórias mais negras e revoltantes da história do nosso País.

É uma história de constantes ilegalidades, prepotências, violências, esbulhos do povo trabalhador para restaurar o domínio, a exploração e os privilégios dos grandes senhores.

Contra a Constituição, contra a legalidade democrática, contra os mais elementares princípios de justiça, com a intervenção brutal da GNR ao serviço dos agrários e da contra-revolução, com espancamentos, com metralha, com assassínios, foram já roubados à Reforma Agrária até 31-12-1980 (conforme a Conferência mostrou) 569 000 ha (incluindo 20 000 ha de regadio e quase 200 000 de sequeiro fértil), dos quais 324 000 pelos governos "AD" (incluindo 116 000 ha cultivados, roubando assim 37 % da área cultivada e apropriando-se das colheitas respectivas).

Foram destruídas 111 UCP's/Cooperativas, das quais 60 pelos governos "AD".

Foram liquidados cerca de 40 000 postos de trabalho. Conforme com o balanço feito pela Conferência (cujo número creio ser útil aqui repetir), só em 1980 foram roubadas às UCP's/Cooperativas pelo governo "AD" 135 000 cabeças de gado, das quais 26 000 de bovinos; mais de uma dezena de milhar de máquinas, das quais 1810 tractores, 1450 máquinas de colheita, 120 camiões e 1100 reboques.

A Conferência calculou que só em 1980, os roubos executados pelo Governo às UCP's/Cooperativas subiram 8 milhões de contos, ao mesmo tempo que, tentando estrangulá-las financeiramente, o Governo lhes impede a comercialização da cortiça e recusa pagar os 12,5 milhões de contos que lhes deve.

Se a isto se pode chamar "política", é uma política de roubo, de saque, de destruição de riquezas.

É um crime contra os direitos dos trabalhadores, um crime contra a agricultura e contra a economia nacional. Um crime contra a legalidade e contra o regime democrático. Um crime contra o povo e contra o país.

A par da destruição de riquezas, é a destruição do bem-estar dos trabalhadores, é o desemprego, é a destruição de obras sociais que os trabalhadores criaram e puseram a funcionar com o seu trabalho e o seu sacrifício. São creches, são centros de terceira idade, são grupos culturais, são iniciativas artísticas, toda uma bela e nova realidade na vida dos trabalhadores que é sacrificada à restauração dos privilégios de exploradores e parasitas.

As decisões e actuações inconstitucionais, ilegais, prepotentes e criminosas nunca poderão ser e não serão reconhecidas.

É plenamente justa a reclamação dos trabalhadores de que sejam declaradas nulas tais decisões e actuações. É e também plenamente justa a reclamação da Conferência de que devem ser apuradas as responsabilidades pelos crimes cometidos e os responsáveis devem ser castigados.

Os gados, as máquinas e outros bens roubados às UCP's/Cooperativas (ou o seu valor no caso de não serem recuperáveis) devem voltar para as UCP's/Cooperativas.

As terras roubadas deverão ser recuperadas. Nós confiamos, camaradas, **as terras roubadas serão recuperadas.**

Tendo o Governo, tendo o aparelho do Estado, tendo os dinheiros públicos, utilizando as forças repressivas, a reacção necessitou de 5 anos para arrancar à Reforma Agrária meio milhão de hectares.

Nós temos dito e queremos aqui repetir (apesar das especulações que a reacção faz sempre acerca desta afirmação): no dia em que seja reposta a legalidade democrática, os trabalhadores, para retomar esse meio milhão de hectares de

terras que legitimamente lhes pertencem não necessitarão de um único homem armado e não necessitarão para isso mais de 24 a 48 horas.

3

Restauração ou liquidação dos latifúndios

A Reforma Agrária realizada pela revolução portuguesa é uma Reforma Agrária de carácter regional: é a Reforma Agrária da zona do latifúndio.

Nas outras zonas do país também é necessária uma Reforma Agrária.

Mas, dadas as diferenças das estruturas agrárias e da composição da classe da população agrícola activa, essa Reforma Agrária será necessariamente diferente.

No Alentejo e Ribatejo, a Reforma Agrária significa antes de mais, como modificação estrutural, a liquidação do latifúndio.

Segundo os propagandistas reacçãoários (como foi referido na Conferência) dantes haveria os latifúndios individuais. Com a Reforma Agrária teria passado a haver os latifúndios colectivos. Isto é pura mistificação.

Os latifúndios caracterizam-se, não apenas pela extensão de terra de exploração agrícola, nem apenas pela natureza extensiva das culturas, mas pelo facto de essa terra ser propriedade de um grande proprietário explorador e parasita — o latifundiário.

Passando os latifúndios para o uso e a gestão dos trabalhadores e empreendida a obra de renovação agrícola não se pode mais falar nem em latifúndio, nem em latifundiários.

Toda essa mistificação é levada a cabo para tentar ocultar que toda a ofensiva contra a Reforma Agrária, contra as UCP's/Cooperativas, não tem feito outra coisa senão restaurar os latifúndios sob a forma de entrega das chamadas "reservas", "devoluções" e "majorações".

Muitas famílias de latifundiários têm já de novo nas mãos milhares e milhares de hectares.

Em vastas zonas, voltámos à situação do antigamente: grandes proprietários possuindo milhares de hectares de terra, vivendo da cortiça, de vendas de pequenas áreas semeadas, e o resto, as grandes extensões abandonadas e por cultivar, ao mesmo tempo que dezenas de milhares de trabalhadores são lançados no desemprego e na miséria.

É uma descarada mentira, na qual ninguém acredita, a afirmação de que as terras são tiradas às UCP's/Cooperativas para serem distribuídas a pequenos agricultores.

O balanço da 5.ª Conferência deu uma resposta esmagadora a essa demagogia. De 485 500 ha de terras roubadas às UCP's/Cooperativas, 410 000 ha (84,5 %) foram entregues aos latifundiários e 43 900 ha (9 %) a indivíduos que nada têm a ver com a agricultura.

E quanto aquele número reduzido de pequenos agricultores que receberam algumas migalhas de terra, serviram apenas para tentar encobrir a restauração dos latifúndios. Em relação ao seu futuro, não teriam muito a esperar se a "AD" levasse por diante os seus planos.

Tal como já tem sucedido, na primeira altura, o governo reacçãoário expulsa os das terras e estas voltariam, tal como as restantes, para as mãos dos latifundistas.

E cabe também perguntar: se, para o Governo, a Reforma Agrária significa principalmente distribuição de terras aos pequenos agricultores, então que não roube as terras das UCP's/Cooperativas deixando milhares de trabalhadores no desemprego e distribua antes aos pequenos agricultores as centenas e centenas de milhares de hectares que se encontram nas mãos dos agrários.

Toda a actuação do Governo "AD"/Balsemão (como a dos governos anteriores) tem como objectivo principal, central e determinante, a restauração dos latifúndios e da exploração, opressão e privilégios dos latifundiários.

A liquidação dos latifúndios e do poder dos latifundiários e a realização da Reforma Agrária constituem uma necessidade económica, social e política. Constituem uma exigência histórica do povo e do país.

É com base sólida que a 5.ª Conferência reclama que cesse a política de restauração dos latifúndios, e que, ao contrário, os latifúndios sejam liquidados e a terra entregue a quem a trabalha.

4

A Reforma Agrária obra dos trabalhadores

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária foi uma esclarecedora demonstração da capacidade dos trabalhadores para dirigirem a agricultura, para promoverem o progresso e o desenvolvimento agrícolas, para substituírem a velha e miserável agricultura do latifúndio por uma agricultura moderna e progressista, aumentando a produção e garantindo o bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias.

A Conferência lembrou justamente que, nos primeiros dois anos de Reforma Agrária, os trabalhadores das UCP's/Cooperativas desbravaram terras incultas e abandonadas, aumentaram a área cultivada, a área irrigada e a produção, diversificaram as culturas, introduziram novas culturas, deram um notável impulso à pecuária.

Lançadas no desenvolvimento, as UCP's/Cooperativas compraram tractores e outras máquinas agrícolas, alfaias e reprodutores, instalaram moto-bombas, empreenderam a construção de pequenas barragens e albufeiras, construíram vacarias e salas de ordenha.

Os trabalhadores mostraram ser capazes de fazer em poucos anos pelo progresso agrícola mais do que os latifundiários e capitalistas fizeram em mais de meio século.

A orientação progressista e confiante das UCP's/Cooperativas tomou possível que, apesar da brutal ofensiva a que estão sujeitas, apesar da ameaça de novos roubos de terras, de gados, de máquinas, de instalações, de colheitas, continuarem em 1980 os investimentos.

Nunca é demais repetir que a luta heróica dos trabalhadores da Reforma Agrária não é só resistir heróicamente contra a ofensiva, mas temer heróicamente em trabalhar, em produzir, em investir, o que também é uma forma de resistência, e é mais do que isso: é a afirmação da profunda e inabalável confiança em que a Reforma Agrária vencerá!

Tudo o esforço realizado abaixo de uma ofensiva brutal explica, como apesar das terras que lhes roubaram, os trabalhadores mantêm aproximadamente as mesmas áreas semeadas.

Explica como as UCP's/Cooperativas produzem ainda 45 % da produção nacional de cereais de praga.

Explica como a produtividade nas UCP's/Cooperativas subiu ainda em 1980 a 240 contos por trabalhador, largamente superior ao sector privado.

Se, sob o peso destruidor de brutais ofensivas, os trabalhadores da Reforma Agrária conseguiram tais resultados, que resultados não teriam obtido se sucessivos governos não tivessem declarado e conduzido, ao longo dos últimos 5 anos, uma guerra de destruição contra a Reforma Agrária?

Foram apresentados na Conferência brilhantes exemplos de UCP's/Cooperativas que, apesar de terem sido despojadas de grande parte das suas terras, dos seus gados, das suas máquinas, conseguem, com inovações e melhoramentos, estufas, obras de rega, novas culturas, não só manter como aumentar a sua capacidade produtiva.

Apresentando esses exemplos e o riquíssimo manancial de experiências do trabalho das UCP's/Cooperativas, a 5.ª Conferência pôe ao dispor dos trabalhadores da Reforma Agrária, importantes armas para o seu trabalho futuro e para a sua luta em defesa da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária é uma demonstração de que a agricultura portuguesa para progredir tem que se libertar dos grandes latifúndios.

É uma demonstração de que os trabalhadores estão em condições de tomar conta dos destinos da agricultura, como da indústria, como de toda a economia nacional, como da construção do novo Portugal democrático, que, para sobreviver e progredir, terá necessariamente de tomar o rumo ao socialismo.



5

As UCP's/Cooperativas forma adequada de organização

A 5.ª Conferência pôs em relevo o magnífico trabalho das UCP's/Cooperativas em toda a zona da Reforma Agrária.

A reacção procura justificar a ofensiva contra a Reforma Agrária, dizendo que as UCP's/Cooperativas são uma solução colectivista imposta pelo Partido Comunista, solução que não estaria adaptada às nossas condições.

Mas qual é a realidade?

A experiência mostra que a forma de unidades colectivas com gestão autónoma, com trabalhadores assalariados, com largas superfícies, é a forma de exploração que melhor corresponde à natureza da agricultura da região, à diversificação das culturas e ao seu escalonamento ao longo do ano, à necessidade de garantir os postos de trabalho, à urgência de aumentar a produção.

Seis anos de trabalho, de vida e de luta demonstraram que os trabalhadores alentejanos e ribatejanos souberam encontrar, não por imposição, fosse de quem fosse, mas por sua própria criação, a forma de exploração agrícola adaptada às estruturas da propriedade rural da região, à natureza e armação territorial das culturas, à composição de classe dos que trabalham no campo.

As UCP's/Cooperativas não são uma forma de organização económica copiada seja de onde for.

Não existe tal forma de organização em países capitalistas. E tão pouco poderéis encontrá-la em países socialistas.

Não são herdadas do Estado, nem são cooperativas na acepção tradicional desta palavra.

São uma forma original e exaltante de organização, produto do trabalho e do espírito criativo do proletariado agrícola alentejano e ribatejano, da sua capacidade inventiva, da sua natural fraternidade, dos seus profundos e enraizados sentimentos e hábitos colectivos, da conjugação do amor pelo trabalho com os mais altos valores morais ligados ao trabalho e à produção.

Em certas condições, mesmo numa zona de Reforma Agrária, poderá ser correcta e adequada a entrega individual de terra a pequenos agricultores que depois poderão constituir cooperativas.

Essa será aliás a solução correcta em grande parte do território nacional.

Mas, na zona da Reforma Agrária, salvo alguns casos locais, tal solução seria completamente inviável. Masmo que não fosse (como é) uma simples cortina para esconder a entrega das terras aos agrários.

As UCP's/Cooperativas passaram todas as provas necessárias para se concluir que são a forma adequada e correcta de organização agrícola no Alentejo e Ribatejo, tendo como base fundamental os latifúndios explorados.

6

A luta continua

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária não foi apenas uma afirmação de que a Reforma Agrária continua de pé, e uma acusação à ofensiva criminosa da reacção contra a Reforma Agrária, e uma verificação de que a Reforma Agrária, obra dos trabalhadores, significa necessariamente a liquidação dos latifúndios, e de que as UCP's/Cooperativas são a forma adequada de organização das unidades agrícolas nos latifúndios expropriados.

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária foi também uma poderosa afirmação da determinação dos trabalhadores de continuarem defendendo o palmto a palmto a mais bela conquista da Revolução, de fazerem parar finalmente a ofensiva contra-revolucionária, de recuperarem as terras roubadas e de prosseguirem a luta até à vitória final.

Foram os trabalhadores que realizaram a Reforma Agrária, que a defenderam e defendem.

A realização da 5.ª Conferência da Reforma Agrária assentou na existência, no trabalho e na luta de mais de 400 UCP's/Cooperativas, no elevado grau de organização das UCP's/Cooperativas e nos seus Secretariados; na força dos Sindicatos Agrícolas; numa tão ampla participação das massas que a Reforma Agrária apareceu no Alentejo como a causa do povo inteiro.

No glorioso arranque para a Reforma Agrária em 1975: nas extraordinárias realizações no domínio da produção, da reorganização agrícola, do bem-estar material e cultural dos trabalhadores; na heróica resistência às brutais ofensivas ao longo de 5 anos; na própria realização desta 5.ª Conferência e nos objectivos e tarefas que esta define; — mostra-se a força imensa do proletariado agrícola alentejano e ribatejano, dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Esta força provém de 3 factores fundamentais:

o primeiro: a consciência de classe e o espírito construtivo e revolucionário ganhos numa longa experiência acumulada ao longo de dezenas de anos de luta;

o segundo: o elevado grau de organização, que se revela particularmente na organização económica na própria Reforma Agrária (UCP's/Cooperativas) seus sindicatos e na existência de uma forte e experimentada vanguarda revolucionária;

o terceiro é a unidade.

A unidade dos trabalhadores é essencial para continuar a luta com sucesso.

Pode afirmar-se: se os trabalhadores não estivessem unidos, há muito que a Reforma Agrária teria sido liquidada.

Os trabalhadores da Reforma Agrária sabem, por sua própria experiência, que, onde quer que apareça a divisão entre os trabalhadores, logo se torna mais fácil o avanço da ofensiva contra a Reforma Agrária.

Por isso, os trabalhadores da Reforma Agrária combatem o divisionismo e os divisionistas e mantêm ao longo dos anos uma admirável unidade de combate que é a mais sólida raiz de sua força.

Por isso, os trabalhadores da Reforma Agrária desmascaram e se preparam para reduzir a nada a tentativa de formação de um sindicato amarelo dos trabalhadores agrícolas e mantêm firmemente os seus sindicatos na grande e gloriosa Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses — a CGTP-Intersindical Nacional.

Por isso, como a V Conferência deu directo testemunho, se reforçou a unidade entre os trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária, e os trabalhadores agrícolas do sector privado.

Por isso, os trabalhadores da Reforma Agrária que aprenderam pela sua própria experiência a distinguir quem são os seus verdadeiros amigos, não se deixam impressionar pelas campanhas que a reacção e oportunistas de toda a espécie conduzem incessantemente para separar os trabalhadores daqueles partidos que sempre e em todas as circunstâncias dão inteiro apoio à sua luta pela Reforma Agrária.

Por isso, desmentindo e desmascaramo a demagogia reacçãoária que procura lançar os pequenos agricultores contra os trabalhadores, se identificam cada vez mais os seus interesses e se reforça a sua aliança na defesa e no prosseguimento da Reforma Agrária.

A V Conferência é, pela sua própria realização, pelo elevado número dos seus cerca de 3000 delegados eleitos, pelo apoio de massas que recebe uma magnífica prova da unidade de todos os trabalhadores da Reforma Agrária.

Estamos absolutamente certos de que a V Conferência constituirá mais uma contribuição de alto valor para tomar ainda mais estreita e inquebrantável a unidade dos trabalha-

dores da Reforma Agrária e a sua aliança de combate com os pequenos agricultores.

Os trabalhadores não querem regressar aos tempos em que passavam meses no desemprego. Em que as mães viam os filhos com fome sem ter que lhes dar, em que rapazes e raparigas descalços toda a infância só por vezes aos 14, 15 anos e mesmo mais tarde calçavam pela primeira vez umas botas ou sapatos. Em que muitos trabalhadores eram forçados na velhice a percorrer estradas à esmola.

Em que como começa já a suceder, os campos dos agrários ficavam anos e anos abandonados e por cultivar, e ao mesmo tempo os trabalhadores ficavam desempregados.

A Reforma Agrária é uma conquista histórica alcançada com uma luta heróica de gerações, do preço de um trabalho de gigantes, regada com suor, com lágrimas e com sangue.

Os trabalhadores estão firmemente dispostos a defender o palmto a palmto a Reforma Agrária, a estancar finalmente a ofensiva criminosa da reacção, a finalmente retomar a ofensiva, recuperar as terras roubadas, e levar a Reforma Agrária para diante, até que sejam finalmente liquidados de uma vez para sempre os latifúndios e o poder dos latifundiários e a terra seja entregue a quem a trabalha.

7

Confiança no futuro

A resistência à ofensiva reacçãoária, o trabalho para o aumento da produção, a luta dentro das grandes linhas indicadas pela V Conferência, são o justo caminho para a defesa, consolidação e continuação da Reforma Agrária. Mas isso não basta.

A Reforma Agrária só estará definitivamente garantida quando o Governo "AD"/Balsemão for demitido, a "AD" for afastada do Governo e se formar um governo democrático, com uma política democrática, na qual se inscreva, como ponto obrigatório, a reparação das ilegalidades cometidas e a realização completa da Reforma Agrária.

Os trabalhadores têm plena consciência desta necessidade. E por isso ouvimos tantas vezes na Conferência: "A Luta Continua! Balsemão para a rua!"

Este objectivo é possível? Sim, é possível. Já esteve mais longe de ser atingido.

A luta não será fácil. Esperam-nos dificuldades e obstáculos.

Continuam a pesar sérios riscos para a Reforma Agrária e para todo o regime democrático português.

A revisão inconstitucional da Constituição é uma nova e perigosa linha de ataque das forças reacçãoárias, que, em alguns pontos decisivos, têm a concordância do secretário-geral do PS.

Mas apesar dessas dificuldades e perigos estão-se criando condições para uma viragem democrática.

Como resultado da incapacidade do Governo "AD" para resolver os problemas nacionais, do agravamento da situação económica e social, do brutal agravamento das condições de vida do povo, reduz-se dia a dia a base de apoio social, político e eleitoral da "AD" e agudizam-se os conflitos internos, as rivalidades e divergências no seio da aliança reacçãoária.

— de que são testemunhos as constantes querelas entre os seus partidos e chefes e as recentes demissões de membros do Governo.

Creio que estarei de acordo comigo, camaradas, se o Governo "AD"/Pinto Balsemão não serve, tão-pouco servirá o Governo "AD"/Pinto Balsemão recauchutado.

Nos partidos e organizações democráticas, reforçam-se as tendências unitárias em vastos sectores e existem perspectivas para entendimentos e acções comuns com objectivos concretos.

Nas Forças Armadas, após a derrota da "AD" nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro quebrou-se a dinâmica subversiva dos conspiradores e reforçam-se as tendências constitucionistas.

E como factor fundamental, desenvolvem-se impetuosamente as lutas de massas que, hoje como sempre, são factor determinante da evolução social.

As lutas da classe operária e dos trabalhadores em geral (em que se destaca o maior surto previsto de todos os tempos), dos pequenos e médios agricultores (com a multiplicação de concentrações e cortes de estradas, particularmente no Centro e no Norte), das mais variadas camadas sociais mostram profundo descontentamento, indignação e revolta num dos mais poderosos fluxos de luta de massas da história do nosso Povo. As comemorações do 25 de Abril e as extraordinárias jornadas do 1.º de Maio acusam a amplitude e a profundidade dos sentimentos populares, e o imenso potencial de luta contra a reacção, contra o Governo "AD", por uma política democrática, pela defesa do regime consagrado na Constituição.

É defender e continuar o regime democrático é defender e continuar a Reforma Agrária porque a Reforma Agrária é parte integrante e inalienável do regime democrático português.

Compreende-se assim que nesta situação a V Conferência da Reforma Agrária tenha sido uma extraordinária afirmação de confiança no futuro.

Constitui uma prova da confiança no futuro o facto de que após 5 anos de ofensiva contra-revolucionária, continuando a existir um governo e uma maioria na Assembleia da República que têm, entre os seus principais objectivos, a destruição completa da Reforma Agrária, verificando-se diariamente novos esbulhos de terras, gados, máquinas e outros bens — se tenha realizado esta 5.ª Conferência, e esta 5.ª Conferência se tenha debruçado, não apenas nos problemas da defesa e da sobrevivência da Reforma Agrária, mas do aumento da produção, do melhoramento tecnológico, do desenvolvimento e modernização da Agricultura.

A Reforma Agrária não é apenas a causa dos trabalhadores das UCP's/Cooperativas.

É também a causa dos que trabalham nas herdades dos agrários. É também a causa dos pequenos e médios agricultores. É a causa de toda a classe operária e de todo o Povo português.

Por isso a Reforma Agrária é apoiada em massa pela população Alentejana e Ribatejana.

Por isso nós vemos em apoio activo da Reforma Agrária, tanto velhos de avançada idade que encontram ainda forças para lutar, como crianças que vêm já, entusiásticas e confiantes, exigir connosco a vitória da Reforma Agrária.

Por isso vemos aqui hoje, em apoio da Reforma Agrária, trabalhadores e democratas vindos de muitas diversas regiões do País, de Lisboa, Setúbal, do Sul, do Centro, do Norte, afirmando assim, com o seu abraço fraterno que aqui vieram dar, que a causa da Reforma Agrária é a causa de todo o Povo de Portugal.

Por isso e pela compreensão de que a luta do Povo português é parte integrante da luta dos povos do mundo vemos aqui representantes de Organizações de operários e camponeses de numerosos países afirmando assim, com o abraço fraterno, que aqui vieram dar, que a causa da Reforma Agrária portuguesa, identificada com a Revolução portuguesa e com o futuro do regime democrático, é também a causa dos trabalhadores e das forças progressistas de todos os países.

Por tudo isso, camaradas e amigos, há razões para confiarmos no futuro.

Repetindo uma frase que tanto clamamos e tanto nos animou nos primeiros tempos da Reforma Agrária, é oportuno aqui dizer uma vez mais que "a vitória é difícil, mas é nossa!"

A REACÇÃO SERÁ DERROTADA!

A REFORMA AGRÁRIA VENCERÁ!

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES!

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES E DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES!

VIVA A REFORMA AGRÁRIA!

VIVA PORTUGAL DE ABRIL!

PCP

Sector de Transportes da ORL uma profunda ligação à realidade das empresas

«Por uma política democrática, reforçar a organização, defender as nacionalizações», este o lema da II Assembleia dos Trabalhadores Comunistas do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa (ORL), do PCP, que decorreu no último sábado, no refectório da CTM (na Rocha do Conde de Óbidos), durante todo o dia.

Os trabalhos da Assembleia reuniram 600 pessoas, entre delegados (cerca de 250) e convidados. Na mesa da presidência (constituída por 30 elementos), encontrava-se o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

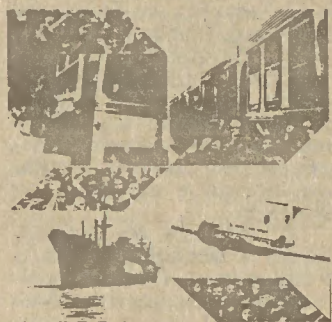
A realidade do sector, o conhecimento e a análise em profundidade dos problemas fundamentais das empresas; a denúncia firme dos ataques e manobras dos sucessivos governos de direita; as tarefas da organização, os êxitos e as dificuldades da actividade do Partido; a consciência plena da importância de que se reveste a luta pela defesa das nacionalizações — foram notas salientes nas numerosas intervenções da Assembleia, representativas de praticamente todas as empresas de transportes com serviços na área da Grande Lisboa e mesmo com expressão nacional e internacional.

A riqueza das intervenções lidas na Conferência, a par dos diversos documentos ali aprovados, sublinham, sem dúvida, a importância da iniciativa a todos os níveis, sendo de registar que aquelas

comunicações e a documentação darão corpo a um livro a editar brevemente. O relatório de actividade do organismo de direcção, aprovado na Assembleia, reflecte ao longo das suas 91 páginas as preocupações, as tarefas, as ideias, as propostas e o estudo que os trabalhadores comunistas dos transportes da ORL apontam para o sector. Como salienta a nota introdutória, «para além da análise da situação no sector, quer quanto à situação nas empresas, quer quanto às medidas necessárias à defesa das nacionalizações, o presente relatório abordará o trabalho nas organizações unitárias dos trabalhadores, as grandes iniciativas do Partido e o Partido no sector. Em relação a cada uma destas questões, analisa-se a evolução verificada desde a realização da I Assembleia, apontam-se as deficiências, traçam-se metas e orientações».

A Resolução Final

Outro documento de assinalável importância aprovado pela Assembleia foi a Resolução Final, constituída por 5 pontos fundamentais:



II ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DO SECTOR DE TRANSPORTES DA ORL DO PCP

medidas económicas, lutas, organizações unitárias e outras frentes do trabalho de massas, trabalho unitário com outras forças políticas e o Partido.

Em relação ao primeiro ponto salienta-se a dado passo: «Importa continuar a lutar para que:

- não se verifiquem desmembramentos das empresas nacionalizadas, com a sua entrega total ou parcial ao sector privado;
- seja regularizada a situação financeira das empresas;
- seja elaborado um Plano Nacional de Transportes integrado e adequado à realidade portuguesa.

Para atingir estes objectivos torna-se necessário que:

- aprofundemos o estudo dos problemas das empresas e do sector;
- elaborem propostas

concretas para a resolução desses problemas;

- as divulguemos junto dos trabalhadores do sector e dos trabalhadores em geral, criando em torno delas um amplo movimento unitário.

O capítulo dedicado ao Partido sublinha que «para a concretização de todas as tarefas que se indicam para as várias frentes de trabalho, é condição indispensável e determinante o reforço do Partido e a melhoria da sua organização no sector.

A diversidade daquelas frentes de trabalho torna necessário:

- a existência de comissões específicas para cada uma delas e para as principais tarefas, enquadradas por camaradas do Organismo de Direcção.
- a recomposição e reforço das comissões específicas já existentes, dando-lhes maior responsabilidade de modo a cumprirem as tarefas que lhes cabem».

E mais adiante: «Os secretariats das células necessitam de ser alargados para acompanhar e descentralizar o trabalho. O seu alargamento deve ser incentivado com arrojo e com recurso a quadros jovens, mulheres e operários. «Na política de quadros a sua aspecto ideológico é um aspecto fundamental a ter em conta».

Assim, a par do trabalho prático, elemento insubstituível



II Assembleia de Organização do Sector de Transportes da ORL: uma importante iniciativa dos trabalhadores comunistas que evidenciou um profundo empenhamento no reforço do Partido

nesta formação, há que tomar as seguintes medidas:

- reiniciar os cursos no sector e com formação de novos monitores;
- dar melhor atenção à selecção dos quadros para a frequência dos cursos;
- fazer um maior esforço no sentido de utilizar todas as vagas postas à disposição do sector».

Apontam-se em seguida

«algumas medidas necessárias» para a actividade nas seguintes frentes: recrutamento, estruturação, informação e propaganda, «Avante!» e «O Militante» (divulgação e venda), fundos, Centro de Trabalho e defesa do Partido.

O novo organismo de direcção do sector, eleito na Assembleia, é constituído por 34 elementos, dos quais 17 são operários, 12

empregados e 5 técnicos. O novo organismo inclui 4 mulheres.

Os delegados aprovaram várias saudações e moções, nomeadamente sobre a V Conferência da Reforma Agrária e a instalação de armas nucleares em Portugal.

A intervenção do camarada Octávio Pato, seguida com especial atenção e interesse, enquadrou a temática das

nacionalizações (a ofensiva, as lutas dos trabalhadores, a importância do sector de transportes) com a situação política e social que se vive actualmente no País, tendo referido a dado passo que «a luta e unidade de todos os trabalhadores e forças democráticas é uma condição necessária para derrotar os planos elaborados pela «AD» para restabelecer o poder dos monopólios».

Números e factos que atestam a importância dum sector

As empresas nacionalizadas e participadas do sector atingiram em 1979 um volume de receitas superior a 55 milhões de contos, e o valor delas acrescido, ultrapassando os 27 milhões, representa quase 3% do Produto Nacional. Em termos de serviços prestados é ainda relativamente a 1979:

- Mais de 2 milhões de passageiros foram transportados pelos aviões da TAP;
- Mais de 850 milhões pela RN, Carris, Metro e Transtejo;
- Pela CP foram transportados 210 milhões de pessoas e 3 milhões de toneladas de mercadorias;
- Os navios portugueses de comércio transportaram mais de 12 milhões de toneladas, 80% dos quais de ramos de petróleo ou derivados;
- Só no Porto de Lisboa foram movimentados 14 milhões de toneladas de carga marítima, mas só cerca de 1/3 foi transportado em navios nacionais;
- Nos aeroportos nacionais houve um movimento de

mais de 6 milhões de passageiros e de mais de 80 000 toneladas de carga e correio e mais de 100 000 movimentos de aviões.

Assim não é de surpreender a existência, no sector, de forte participação do Estado, através de empresas públicas, nacionalizadas, controladas ou de órgãos da própria Administração. Este conjunto, que ocupa mais de 75 000 trabalhadores, alcança cerca de 80% do transporte de passageiros (rodoviário e urbano) e vai até aos 100% nos transportes ferroviários e aéreos.

Não esgota, porém, o Sector de Transportes, que inclui um sem número de pequenas e médias empresas comerciais e industriais de:

- transporte rodoviário de carga e de passageiros;
- táxis e automóveis de aluguer;
- transportes marítimos e fluviais;
- agentes de navegação, transitários e despachantes.

Na zona de Lisboa, existem, várias cooperativas entre as quais se destacam: Autocoope, com 150 táxis e 350 postos de trabalho, e a Coopmapor, fornecedora de serviço de

empilhadores e de mão-de-obra de tráfego portuário, facturando quase 300 mil contos em 1980.

Toda esta actividade exige um grande volume de investimentos, quer em material de transporte e auxiliar, quer em infra-estruturas de longa duração, cuja parte nacionalizada e pública é fundamentalmente a seguinte:

- Para os transportes ferroviários de mercadorias e longo curso e suburbano de passageiros (CP) 333 locomotivas, 1051 carruagens, 5748 vagões e 3588 km de rede;
- Para os transportes urbanos de superfície em Lisboa (Carris) 754 autocarros e 286 eléctricos;
- Para os transportes rodoviários não urbanos de passageiros, 3034 autocarros;
- Para os transportes fluviais (Transtêjo e CP) 31 barcos;
- Para os transportes aéreos 32 aviões (TAP e SATA) e 9 aeroportos (ANA);
- Para o tráfego marítimo 73 navios (CNN, CTM, SOPONATA e Sacer marítima e mais 14 pequenos armadores de

capital privado) e 10 portos no continente;

Para os transportes urbanos ferroviários (Metropolitano) 76 carruagens e 12 quilómetros de rede.

(Do Relatório apresentado pelo organismo de direcção cessante).

Entretanto, «para dar uma ideia mais clara da situação das empresas e áreas do sector, considerou-se de interesse juntar uma análise mais detalhada dos aspectos sintetizados no relatório».

Foi assim apresentado um outro documento (21 páginas) onde se foca a situação económico-financeira, exploração, meios técnicos e pessoal das seguintes empresas: CP, Rodoviária Nacional, Carris, Metropolitano, Transtejo, TAP e ANA, dando-se ainda importantes elementos sobre o conjunto das «19 empresas registadas como armadores de comércio marítimo» (CNN, CTM e Socarmar, empresas públicas; Soponata e Sacer Marítima, controladas pelo Estado; e 14 privadas); sobre as agências de navegação; os despachantes; e os transitários.

Uma importante moção sobre a defesa das nacionalizações

Considerando que: As nacionalizações são uma conquista histórica da Revolução Portuguesa indissociável das liberdades, da democracia política e económica consagradas na Constituição;

- Só é possível resolver os problemas nacionais respeitando as formações económicas existentes, com as empresas nacionalizadas e não contra as empresas nacionalizadas, com os trabalhadores e não contra os trabalhadores;
- A AD e o seu Governo Balsemão desencadeiam uma enorme ofensiva contra o sector nacionalizado, quer pela tentativa de ver promulgada uma nova lei de delimitação dos sectores público e privado, inconstitucional, que correspon-

deria à destruição do sector nacionalizado e à reposição do poder económico nas mãos dos monopólios; quer pela asfixia económica e financeira das empresas; quer pela nomeação de gestores que se transformam em autênticas comissões liquidatárias, quer ainda pelas constantes tentativas de retirar às empresas os sectores rentáveis;

- A resolução do Conselho de Ministros 43E-81, define como filosofia geral para a RN a entrega de tudo o que, pela sua natureza de prestação social, deva ser realizada abaixo do custo;
- Na TAP estão em curso acções para desanexar a manutenção, acabar

com o serviço de táxis aéreos no Continente e para lhe retirar parte dos voos de carácter não regular;

- Na CP estão em curso tentativas de lhe retirar actividades para as transformar em fontes de chochos lucros nas mãos do sector privado;
- A CTM tem vindo a ser sistematicamente asfixiada;
- A II Assembleia da Organização do Sector de Transportes da ORL do PCP, reunida no dia 30 de Maio de 1981 exorta os trabalhadores do sector a:

- 1.º Reforçar a sua mobilização na luta pela não promulgação da lei de destruição do sector nacionalizado;
- 2.º Continuar a luta pela defesa das empresas nacionalizadas do sector

de transportes impedindo o seu desmembramento, amputação ou asfixia;

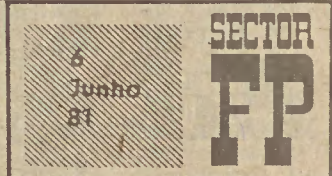
- 3.º Continuar a luta pela anulação da resolução 43E/81, evitando a destruição da RN;
- 4.º Continuar a luta por uma política de transportes que corresponda às reais necessidades da nossa economia e das populações;
- 5.º Lutar por uma viragem política na vida portuguesa, pela formação de um governo democrático com uma política democrática;

E apela às organizações unitárias dos trabalhadores para que participem activamente nas reuniões das organizações representativas dos trabalhadores do sector nacionalizado do próximo dia 6 de Junho.

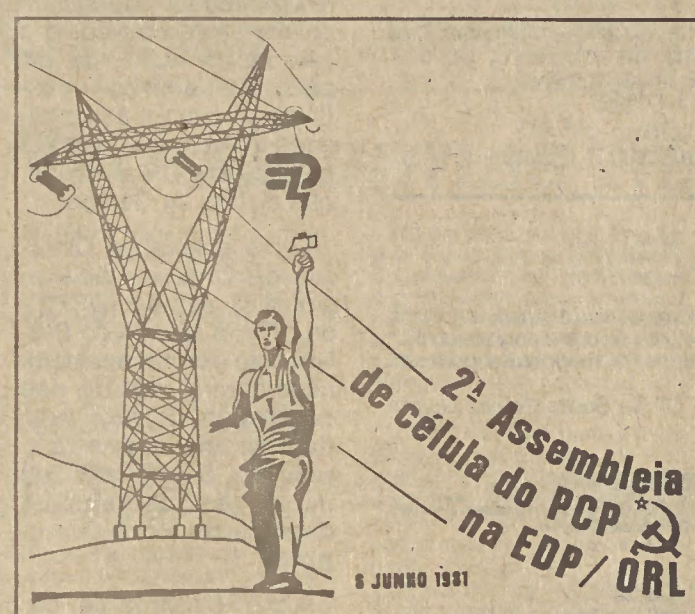
Função Pública de Lisboa

Realiza-se o próximo sábado, dia 6, a II Assembleia da Organização dos trabalhadores comunistas da Função Pública da ORL.

Sob o lema «Reforçar e alargar a organização — lutar pela democratização do aparelho de Estado», irão reunir-se na sala do Clube «O Ferroviário», à Rua de Santa Apolónia, em Lisboa, cerca de 500 delegados e convidados, estando o início dos trabalhos marcado para as 9 e 30.



Os comunistas da Função Pública consideram a realização da sua II Assembleia um contributo importante para o reforço geral do trabalho do Partido, inserido no espírito do 60.º aniversário.



Concelhia de Torres Novas

Dezenas de reuniões e plenários assinalaram a actividade preparatória da II Assembleia de Organização Concelhia de Torres Novas, que decorrerá no próximo domingo, dia 7, no ginásio da Escola Polivalente da vila, com início previsto para as 10 horas.

Após um intervalo para o almoço, a Assembleia prosseguirá da parte da tarde, entre as 15 e as 19 horas.

Recrutar até ao fim deste ano mais 80 novos militantes, a fim de atingir no concelho os 500 membros do PCP, é um dos objectivos principais da actividade dos comunistas de Torres Novas no presente momento. A essa, como a outras tarefas, «a realização da II Assembleia da Organização do concelho poderá dar decisiva contribuição», como salienta a Comissão Organizadora da Assembleia.

Sector do Comércio do CLL

Análise ao trabalho realizado e perspectivas futuras: eleição do novo organismo de direcção; discussão e votação do Relatório de actividades — estes os pontos da ordem de trabalhos da II Assembleia de Organização do sector do Comércio do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, que reunirá no próximo domingo.

Cerca das 17 horas, em sessão aberta à população,

o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido, intervirá sobre o actual momento político do país. A finalizar, haverá um espectáculo com o Grupo de Intervenção Cultural.

A II Assembleia do Comércio do CLL decorrerá nas instalações da Academia de S. Amaro, na cidade de Lisboa.

Camaradas de Alfragide

Os camaradas da freguesia de Alfragide realizam no próximo sábado, dia 6, um almoço de confraternização no restaurante do Mercado do Povo, em Belém.

Participará na iniciativa o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido.

As inscrições, abertas a camaradas, amigos e simpatizantes do PCP, funcionam no Centro de Trabalho da Amadora.

Célula da EDP

No Centro de Trabalho de Alfama, a partir das 9 e 30, decorrerá no próximo sábado, dia 6, a II Assembleia de Organização da célula do PCP na Electricidade de Portugal (EDP), zona de Lisboa.

O balanço da actividade política da célula e a eleição do novo organismo de direcção são pontos destacados da ordem de trabalhos da Assembleia, que se

prolongará até às 19 horas, com um intervalo para o almoço das 13 às 14 e 30.

Como sublinha um comunicado divulgado pela célula da EDP — Lisboa, onde o Partido conta com uma forte implantação e prestígio entre os trabalhadores, só com o reforço da organização «é que podemos realizar as tarefas que se nos impõem».

Plenário em Vialonga

No próximo dia 9 (terça-feira) decorrerá um importante plenário de organização dos comunistas da freguesia de Vialonga.

A sessão realiza-se no Centro de Trabalho do Partido, a partir das 21 horas, com uma agenda em que figuram dois pontos essenciais: análise às conclusões da última reunião do Comité Central do Partido; debate sobre as tarefas da organização.

O plenário é promovido pela Comissão de Freguesia de Vialonga do PCP. Não faltes!

III Assembleia Concelhia de Setúbal é já no próximo sábado

Realiza-se já no próximo sábado, dia 6, com início às 9 e 30 horas, nas instalações do Grupo Desportivo Independente, no Bairro Afonso Costa, a III Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP.

Pela forma como decorreram os trabalhos preparatórios, os comunistas de Setúbal mostram-se confiantes quanto aos resultados, da Assembleia, certos de que constituirá um importante marco no reforço da organização e no desenvolvimento da actividade e influência do Partido no concelho.

Hoje, em Lisboa Plenário de gráficos

Hoje, às 19 horas, decorrerá no Centro de Trabalho dos Gráficos em Lisboa, uma reunião plenária aberta a todos os camaradas e amigos daquele sector.

Subordinado ao lema «Reforçar a Organização,

Defender Abril», este encontro, promovido pelo Organismo dos Gráficos do Comité Local de Lisboa do PCP, tem por fim discutir as conclusões da última reunião do Comité Central e eleger um delegado à Conferência do Partido sobre o Poder Local.

Sector da C. Civil

No âmbito das comemorações do 60.º Aniversário do Partido e da campanha organizativa em curso, a Organização Regional de Lisboa realizará no próximo dia 10, às 15 horas, no Centro de

trabalho Vitória, um Encontro de Militantes da Construção Civil do Distrito de Lisboa.

Esta reunião tem como objectivo debater, entre outros, assuntos importantes relacionados com a actividade e organização do Partido neste sector.

Sessão no Porto

O camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, participa numa sessão sobre a situação política no país, promovida pelo Sector Intelectual do Porto, no próximo dia 9 (terça-feira).

A sessão decorrerá na Cooperativa dos Pedreiros, na cidade do Porto, a partir das 21 e 30.

V. Velha de Ródão

Decorre na zona de Vila Velha de Ródão uma campanha de fundos para a compra de um Centro de Trabalho do PCP, necessidade fundamental que se coloca no trabalho dos comunistas.

Estão a circular listas para recolha de fundos. Mas quem puder ajudar o Partido, além de colaborar nessas listas, encontrará também outras iniciativas e formas de apoio. Mãos à obra!

Campanha de fundos da DORL — abordagens, uma tarefa a desenvolver

No âmbito da campanha de fundos «60.º aniversário», promovida pela Organização Regional de Lisboa, há uma frente de acção que ultimamente tem vindo a ser encarada com maior dinamismo e interesse.

Trata-se das abordagens, tarefa importante não só por permitir uma recolha de verbas por vezes bastante significativa, mas também porque proporciona uma ligação regular com muitos simpatizantes e amigos do Partido.

O boletim informativo

(n.º 2) da Comissão de Fundos da DORL salienta a propósito:

«Neste ano, comemorativo do 60.º aniversário do nosso Partido, e integrado na campanha de fundos a que metemos ombros, esta é uma das frentes mais importantes e que nos poderá trazer grandes resultados se formos capazes, e soubermos levar à prática, as orientações que foram traçadas e que são do

conhecimento de todas as organizações.

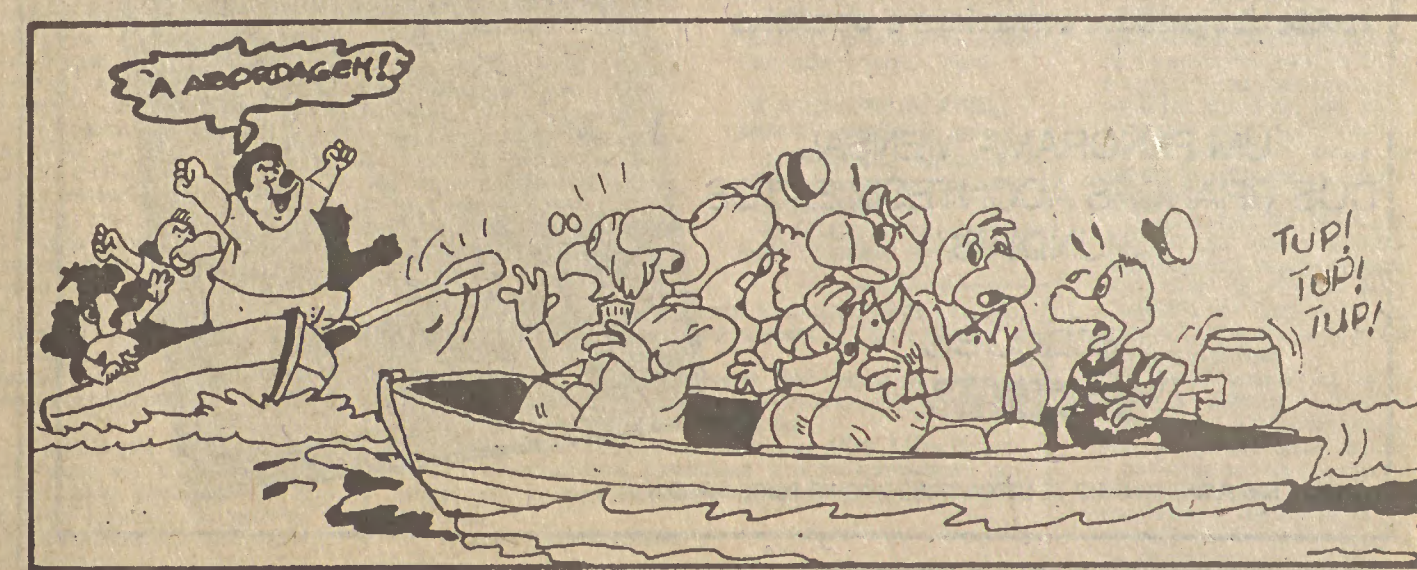
«Os primeiros resultados, estão a chegar, de Alhandra, Sector Intelectual, Torres Vedras (com uma abordagem de 50 mil escudos) e outra de 20 mil escudos), mas é justo dizer que estão longe de satisfazer as nossas perspectivas.

«Como tudo na vida do nosso Partido, os resultados não virão sem planificação, organização e trabalho.

«Esta é uma tarefa que cabe a cada um de nós. Se

em alguma organização não forem conhecidas, eventualmente, as orientações que foram traçadas, devem os camaradas pedi-las aos responsáveis e trabalhar para que elas sejam levadas à prática.

«Esperamos que na nossa próxima folha informativa nos seja possível trazer ao vosso conhecimento muitas e mais animadoras informações, sendo certo, contudo, que é necessário não perdemos tempo e trabalharmos com energia e decisão.»



PCP

Começa amanhã, termina no domingo

Festa da Amizade em Almada

Comício com Álvaro Cunhal

Começa já amanhã, no Alto das Barrocas, a 5.ª edição da Festa da Amizade, promovida pela organização de Almada do Partido Comunista Português. Considerada a grande festa do Povo de Almada, a Festa da Amizade tem vindo, ano após ano, a crescer quer em espaço quer em participação.

Depois de sofrer uma profunda transformação na sua estrutura geral, o objectivo é mais uma vez que a Festa venha de novo a constituir este ano um grande acontecimento político, cultural e recreativo no concelho de Almada.

O programa terá início na próxima sexta-feira, às 21 horas, com a actuação em palco de Carlos Paulo, Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos, Francisco Sela e, a encerrar, um concerto com o grupo rock «UHF». Entretanto, no auditório,

decorrerá a partir das 21 horas um colóquio com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

No sábado, haverá dois espectáculos: um, com início às 16 horas, chamado «Vamos Contar Histórias», com Nuno Gomes dos Santos e Helena Isabel e, outro, à noite, pelas 21 horas, que contará com a participação de Samuel, lo Apoloni, Brigada Vitor Jara Manuel Freire, Fernando Farinha e Sérgio Godinho. No auditório,

estarão em debate o Ano Internacional do Deficiente; o Movimento Associativo e Cultural de Almada, com Romeu Correia, Alexandre Casimiro e Mário Araújo; e a Situação Política Internacional, com a participação do camarada Albano Nunes, do CC do PCP.

No último dia de festa, domingo, haverá igualmente dois espectáculos, com início às 16 e às 21 horas. No primeiro, actuarão José Barata Moura, o coro alentejano «Os Amigos do Barreiro», o palhaço Rabanete, José Jorge Letria e Maria Dulce; no segundo espectáculo estarão o grupo Trovante, João Fernando, Luísa Basto, Ary dos Santos, Carlos Alberto Moniz, Maria do Amparo e Paulo da Carvalho. A encerrar o programa do auditório haverá ainda

colóquios sobre a Reforma Agrária e sobre o «Teatro na Revolução» (Luís Francisco Rebelo, Fernando Gusmão e Joaquim Benite).

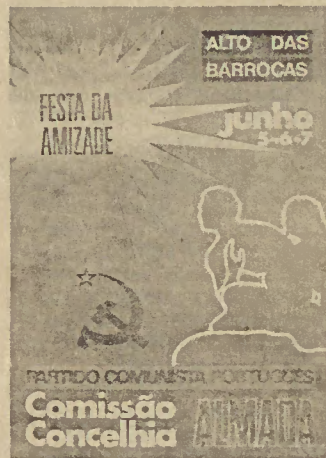
O grande comício de encerramento, onde intervirá o camarada Álvaro Cunhal, terá início às 18 horas de domingo.

Festa do Futuro em Beja

No próximo fim-de-semana, dia 6 e 7, realiza-se na Mata do Penedo Gordo, em Beja, a Festa do Futuro, grande iniciativa de massas, cujo programa passamos a referir, embora em linhas gerais.

Sábado — salva de morteiros logo às 11 horas de manhã, seguindo-se um almoço-convívio, matiné dançante, atletismo e baile.

Domingo — almoço-convívio, Canto Livre com José Ricardo e os grupos «Reforço» e «3 de Maio», intervenção pelo camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; Canto Livre com os



grupo «Alerta», Bia da Horta», grupo coral da Aldeia Nova de S. Bento, Pioneiros da Salvada, Cabeça Gorda e Beja. À noite, representação teatral pelo grupo Dias e Serpa.

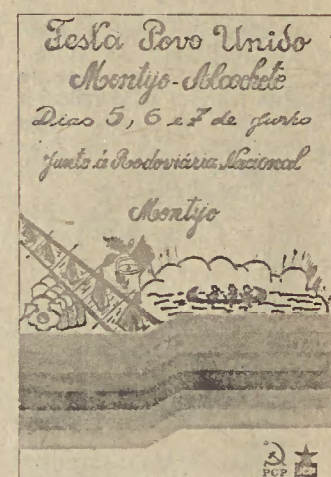
Festa do Rio Seco na Ajuda (Lisboa)

Os comunistas da freguesia da Ajuda, em Lisboa, promovem também a já tradicional Festa do Rio Seco, que se inicia no sábado à noite, prolongando-se por todo o domingo. Actividades infantis, fados, baile e comício com intervenção de um camarada da direcção do Partido são alguns dos pontos do programa.

Festa Povo Unido: Montijo/Alcochete

As organizações do PCP e da JCP dos dois concelhos realizam a Festa Povo Unido, a partir de amanhã e prolongando-se até ao próximo domingo, com um programa diversificado e atraente, em que não faltarão as canções, os passeios, as iniciativas culturais e recreativas.

A Festa do Povo Unido decorrerá junto à Rodoviária Nacional do Montijo.



Festa-convívio na Aldeia Nova de S. Bento

No próximo dia 10 (quarta-feira), realiza-se na Barragem do Facho, Aldeia Nova de S. Bento, concelho de Serpa, uma grande festa-convívio do PCP que incluirá diversas iniciativas.

Haverá uma intervenção do camarada Ruben de Carvalho, membro do Comité Central e chefe de Redacção do «Avante!», almoço de confraternização; e uma tarde cultural com cantares alentejanos.

A festa é promovida pela Comissão Concelhia de Serpa do PCP.

Sorteio da DORBI

Os camaradas da Beira Interior (DORBI) informam que o sorteio de 21 de Maio, inserido na campanha do 60.º aniversário do PCP, premiou os seguintes números:

- 1.º prémio — Televisão a cores — n.º 254
- 2.º prémio — Obras Escolhidas Lênine — n.º 448
- 3.º prémio — Obras Completas de Soeiro P. Gomes — n.º 901.

Sorteio do prelo

072. Este é o número apurado no sorteio relativo à miniatura do prelo clandestino do «Avante!», iniciativa da exposição comemorativa do 60.º aniversário do Partido, que esteve patente no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

O objecto pode ser levantado no CT da Soeiro Pereira Gomes (camarada J. Carlos Almeida).

Desporto

Ténis de mesa no Seixal

Promovido pela Comissão Concelhia do Seixal do PCP, decorrerá este fim-de-semana, dias 6 e 7, no pavilhão gimno-desportivo do Clube do Pessoal da Siderurgia Nacional, um torneio aberto de ténis de mesa.

Contando já com a inscrição de 26 equipas femininas e masculinas, aguarda-se a presença de mais de duas centenas de atletas.

5.ª Festa Popular foi êxito em Alverca

Com um vasto programa que incluiu iniciativas de carácter político, cultural e recreativo, encerrou no passado domingo a 5.ª Festa Popular de Alverca, iniciativa da Comissão Concelhia do PCP de Alverca do Ribatejo.

Durante três dias no Jardim do Bairro, milhares de pessoas puderam apreciar e participar num rico e variado programa que praticamente cobriu os círculos de interesse de todos os visitantes.

Na sexta-feira, por exemplo, houve a actuação do Grupo Folclórico «Os Ribatejanos» a que se seguiu, até altas horas

da madrugada, um animado baile popular.

No dia seguinte, o programa esteve virado para a juventude com provas de ciclismo e com o Festival da Canção, encerrando à noite com um espectáculo a que se seguiu uma intervenção política do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

No último dia, especialmente dedicado às crianças, realizaram-se pela manhã provas de periferia em bicicleta e triciclo e, à tarde, não faltou a presença dos palhaços

«Zequinha, Batatinha, Esparguete e Companhia», do Rancho Infantil da Casa do Povo de Arcena, dos Pioneiros de Portugal do Sobralinho, e de uma classe de ginástica e de luta livre olímpica. A sessão de encerramento, à noite, foi feita com a actuação de Carlos Alberto Moniz e de Maria do Amparo.

Entretanto, no decorrer da festa, houve ainda um pavilhão que funcionou como auditório onde foram projectados filmes e televidéos e onde se realizaram dois colóquios: um sobre a Paz e outro sobre a música «rock».

Rock, folclore e fados numa iniciativa na Azambuja

Música para todos os gostos — assim devem ter pensado os camaradas da Azambuja que organizam no próximo dia 9, no cinema da localidade, uma grande jornada do Partido

integrada nas comemorações do 60.º aniversário do PCP.

A iniciativa começa às 21 horas e tem o seguinte programa: rock ao vivo com o grupo «Livre

Arbitrio»; folclore com o Rancho Ceifeiras e Campinos, da Azambuja; intervenção política com Vítor Dias, membro do Comité Central do Partido; e a finalizar Fado de Abril.

Concelho de Sines: o recrutamento na ordem do dia

No quadro da tarefa de recrutamento que está a desenvolver-se em todo o concelho, os camaradas de Sines editaram recentemente um folheto dirigido à população em que se afirma a dado passo:

«A História do PCP, desenvolvida ao longo de 60 anos, que são de luta da classe operária e do Povo português, durante a clandestinidade, na longa noite fascista, como no amanhecer de Abril e desde então até hoje, é uma soma de combates em que os trabalhadores e a população do concelho de Sines participaram também: então as lutas dos corticeiros, dos conserveiros e dos pescadores, hoje a batalha pelo porto de Pesca e pelo respeito que têm que merecer ao Governo reaccionário os interesses dos que aqui trabalham e vivem».

Mais adiante, sublinha a Comissão Concelhia de Sines:

«No momento presente colocase aos trabalhadores e ao seu Partido a necessidade de redobrar esforços na luta contra o grande capital e os latifundiários que continuam as suas tentativas para recuperar o poder económico e político que viram muito diminuído com a Revolução de Abril, e criar as condições para a viragem democrática na situação política nacional, o que só poderá ser alcançado com a ampla unidade de todas as forças democráticas e a participação de todos os portugueses progressistas e patriotas».

A terminar, numa parte dedicada ao reforço do Partido pode ler-se:

«O PCP continua a ser o grande Partido da Esperança e do Futuro, continua a apon-

tar o caminho da unidade dos democratas e antifascistas como tarefa essencial na luta do dia-a-dia contra a política anti-popular do Governo «AD»/Balsemão e por condições para a viragem democrática nacional.

• Ingressar nas fileiras do PCP é contribuir organizadamente para estes objectivos imperiosos do Povo Português.

• Se estás de acordo com as posições do PCP, se reconheces no Partido dos trabalhadores a força necessária e insubstituível para defender as conquistas de Abril e alcançar o socialismo, se votas no PCP ou na APU, junta-te a nós!

Até ao fim do mês de Agosto «Um dia do subsídio de férias» — uma campanha em Setúbal

No âmbito das comemorações do 60.º aniversário do Partido, decorrerá em Setúbal, até final do próximo mês de Agosto a campanha «Um dia do subsídio de férias», destinada a reforçar as condições de trabalho e acção política do PCP no laborioso distrito de Setúbal.

Como salienta a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, o reforço do Partido está intimamente relacionado com o reforço das condições de luta pela democracia e contra a reacção, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo português.

A DORS tem já em circulação listas editadas de propósito para a recolha das contribuições integradas na campanha «Um dia do subsídio de férias».

O apelo da DORS será certamente bem acolhido no distrito!

REFORÇAR O PARTIDO AUMENTAR OS FUNDOS CAMPANHA

1 DIA DO SUBSÍDIO DE FÉRIAS

Arraial de St.º António no Alto da Parede

Um grande arraial, assinalará no próximo dia 12, a partir das 21 horas, na cooperativa «Linha do Estoril» — Alto da Parede, os festejos populares do St.º António.

Promovida pela Comissão de Freguesia local do PCP, esta iniciativa insere-se nas comemorações do 60.º Aniversário do nosso Partido e tem em conta a Campanha de Organização e de recolha de fundos que actualmente decorre em todas as organizações.

Plenário de comunistas das fábricas de equipamento militar

Efectua-se no próximo dia 10, com início às 14 e 30, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, um plenário de militantes comunistas dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

Inserido no constante reforço organizativo e no desenvolvimento da actividade do Partido, este encontro tem em vista discutir em particular a situação geral nos referidos estabelecimentos.

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

UM PANORAMA MENSAL DOS GRANDES ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

edições Avante!

VENDAS NAS FEIRAS DO LIVRO, DE LISBOA STAND N.º 80, NO PORTO STAND N.º 33



FESTA DA SERRA 7-JUNHO-81 LOUSÃ na piscina

Figueira da Foz

Integrada na campanha organizativa no âmbito do 60.º aniversário, realiza-se no próximo sábado, dia 6, a partir das 15 horas, no CT da Figueira da Foz, um plenário de militantes, onde além da análise à situação e às tarefas dos comunistas na região, será feito um balanço da actividade do PCP nos últimos seis meses.

No Zambujal um bom exemplo de recrutamento

Quando as organizações do Partido se empenham no recrutamento assumindo-o como uma tarefa importante para a qual se tem necessariamente de discutir, planificar, traçar orientações, etc., bem cedo começam a ver os frutos desse trabalho.

Um bom exemplo desta situação chega-nos do Zambujal, aldeia da freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, onde num espaço de três meses a organização do Partido duplicou o seu número de efectivos. Pela sua simplicidade e eficácia vale a pena conhecê-lo.

Discutida a meta de

recrutamento, a Comissão Local definiu e estruturou a campanha, elaborando uma lista de candidatos a membros do Partido que deveriam ser abordados. Depois, num trabalho persistente e de contacto directo, rapidamente chegaram não só à meta, como ainda a ultrapassaram, duplicando assim o número de membros da organização, que hoje conta com cerca de 50 camaradas.

O Partido vai agora abrir novas frentes de trabalho e responder às novas tarefas surgidas, designadamente ao reforço da organização e à criação de um Centro de Trabalho.

Poder local

Corrupção e compadrio nas autarquias «AD» do distrito do Porto

Na sequência da reunião de quadros da Organização Regional do Porto realizada no passado dia 23 sobre as autarquias do distrito e do trabalho preparatório da Conferência Nacional sobre o Poder Local, colocamos algumas questões à camarada Helena Medina, do Comité Central e do Executivo da DORP do PCP.

— Com que objectivos se realizou esta reunião de quadros?

— Esta reunião, que contou com a presença de cerca de 300 quadros, eleitos nos órgãos autárquicos e membros das Comissões Concelhias e de Freguesia, teve como principais objectivos fazer um balanço da situação nas autarquias, da actuação dos eleitos do Partido e da APU, dos principais problemas que se colocam nesta frente e da ofensiva das forças de direita contra o Poder Local.

Também a importância das eleições suplementares e as perspectivas para as eleições de 82 foram objecto de discussão.

Naturalmente que todas as intervenções, as conclusões a que chegámos, passam a constituir uma contribuição importante para a Conferência sobre o Poder Local.

— Falou-se com certeza da actuação da 'AD' nas autarquias do distrito. Como caracterizaram essa actuação?

— A actuação da 'AD' na grande maioria das autarquias do distrito tem-se caracterizado pela não resolução dos principais problemas das populações, pela corrupção e compadrio, as ilegalidades, o impedimento do funcionamento de muitos órgãos autárquicos, choques entre os seus eleitos, que são fruto de divergências partidárias e de conflitos de interesses, chegando mesmo a envolver em alguns casos eleitos do PS. Por exemplo casos de corrupção e de compadrio, grandes negociações e autênticos financiamentos a determinadas empresas, empreiteiros, famílias com ligação a vereadores, acontecem em muitas Câmaras 'AD'.

Entretanto, se são estes os traços da actuação das forças reacçãoárias, podemos afirmar que o que caracteriza mais fortemente a situação ao nível do Poder Local é a crescente participação das populações de forma viva e criadora impondo a crescente democratização das autarquias, impedindo e denunciando as prepotências e ilegalidades, a corrupção e o compadrio, forçando o efectivo funcionamento dos órgãos autár-

quicos, exigindo contra as forças reacçãoárias e os caciques a transformação das autarquias em autêntico instrumento de resolução dos problemas das populações.

A corrupção da 'AD' e o papel da APU

— Falas em corrupção e compadrio. Que formas assumem concretamente?

— Esta reunião e todo o seu trabalho de preparação

os dos conhecidos casos da Câmara do Porto, dos empreendimentos JB, do Hotel Sheraton, dos novos 7 hotéis, dos comprovados casos de corrupção nos SMAS, etc.

— Qual tem sido o papel dos eleitos do Partido e da APU nestas autarquias?

— A APU, com um número de eleitos inferior à AD e ao PS, acaba por ser a verdadeira alma de muitos órgãos autárquicos, quer pela assiduidade, quer pela participação activa, pela constante defesa, na prática dos princípios fundamentais da descentralização, autonomia e democratização, pelo cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, por



A corrupção e ilegalidades da «AD» nas autarquias do Porto e a participação do distrito na Conferência do PCP sobre o Poder Local foram analisados pela camarada Helena Medina em entrevista ao «Avante!»

permitiu-nos, de facto, fazer um levantamento de situações de corrupção e compadrio. Só alguns exemplos: nas Câmaras de Amarante, Baião, Maia, Marco de Canaveses fez-se a adjudicação de obras e admissão de pessoal sem concurso público. Na Póvoa, repartição calculada e oportunista de áreas de construção à 'Sopete' e à família Campos Cunha. Na Maia, são quase dados de mão beijada extensos terrenos da zona industrial à firma 'Moreiras de Portugal' que passa a monopolizar toda a área, em Penafiel a Câmara cede por apenas 50 contos um terreno para a construção de um hotel por uma entidade privada.

Isto são só alguns exemplos mas poderíamos falar de muitos outros, como

nunca recusarem assumir responsabilidades.

O papel dos eleitos do Partido e da APU no funcionamento desses órgãos, na denúncia das situações, no apresentar de propostas construtivas, no funcionamento dos seus pelouros, nas freguesias, na luta contra as medidas anti-populares e na defesa intransigente das populações é importantíssimo.

Os vereadores da APU aparecem claramente como o melhor garante de seriedade e competência, dando contribuições construtivas na solução dos problemas das populações, no combate firme à política de desprezo e pelas condições de vida do povo, de que é exemplo bem vivo a luta contra o aumento das tarifas de electricidade

e água, das rendas, das taxas e licenças.

Finalmente, os eleitos da APU são praticamente os únicos a intervir na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Que contribuição para a Conferência?

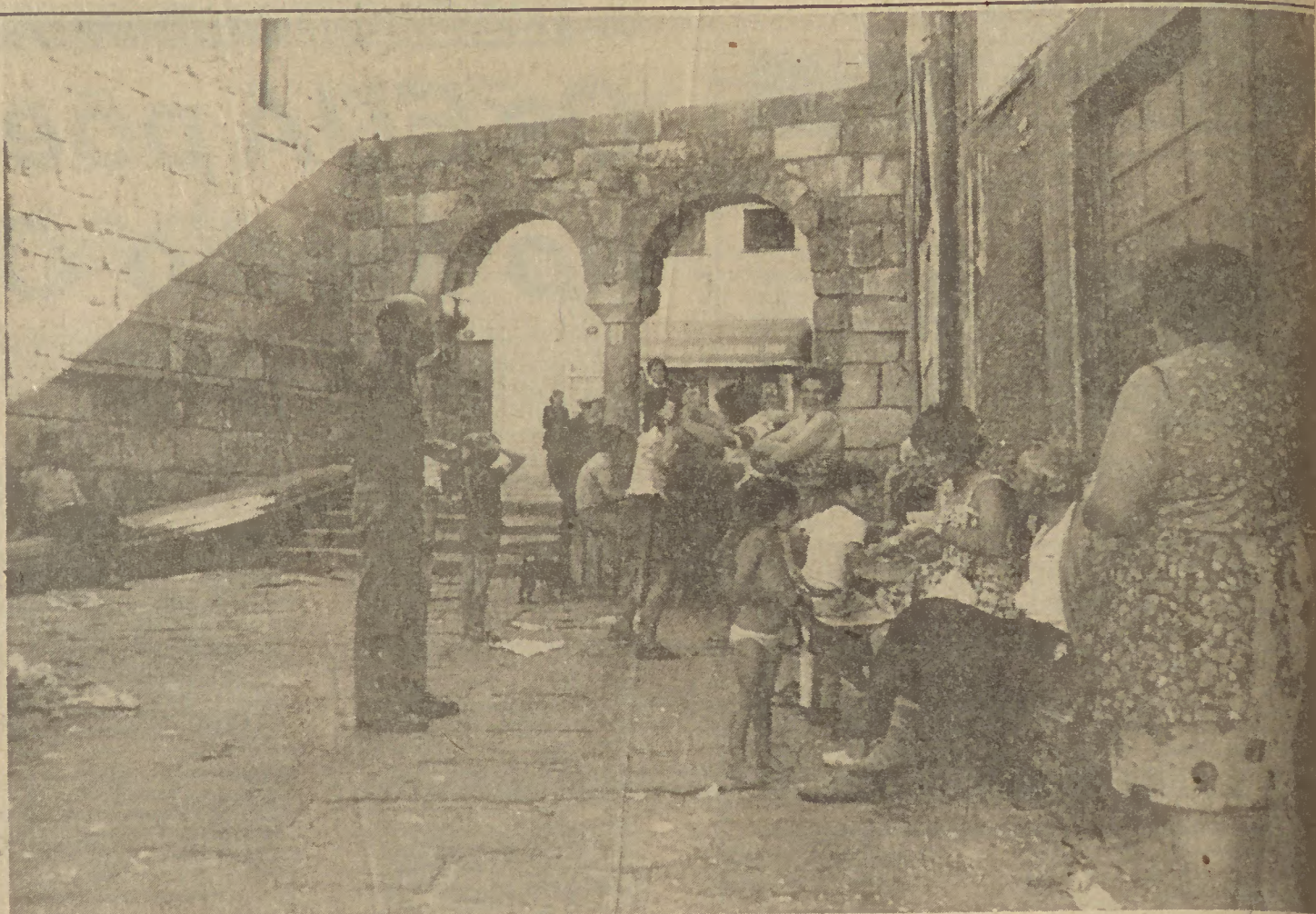
— Foi já dito que todo este conjunto de situações, toda esta experiência, serão um valioso contributo para a Conferência sobre o Poder Local. No plano regional que outros problemas merecerão a atenção da ORP?

— No plano da política regional serão focados vários outros problemas. Podemos destacar pela sua relevância no plano do desenvolvimento da região, o problema da navegabilidade do Douro e o da segurança dos pescadores da Costa Norte.

O problema da navegabilidade do Douro tem que ser encarado na perspectiva da melhoria das condições de vida das populações da região abrangida pelo projecto. Nesse sentido a participação das populações das autarquias, das organizações económicas e sociais da região na satisfação das carências e desequilíbrios, na dinamização harmoniosa das diversificadas e grandes potencialidades da região, na salvaguarda do rio dos perigos da poluição, é indispensável para que a navegabilidade não se transforme em mais uma fonte de exploração, rentável, sim, mas para o grande capital nacional e estrangeiro.

Pela sua grande importância e na linha de outras iniciativas da APU e do PCP de debate aberto com as populações de problemas que lhes dizem respeito, pensamos na realização de um encontro que discuta especificamente este tema.

Sobre a questão da segurança dos pescadores da Costa Norte, temos já um conjunto de soluções e reivindicações saídas do encontro promovido pelas



Enquanto a direita se envolve cada vez mais na corrupção e compadrio, a população do Porto vê agravar-se de dia para dia as suas condições de vida



comissões concelhias de Matosinhos, Gaia, Póvoa e Vila do Conde que ajudarão bastante.

Este problema e a sua correcta resolução tem mais uma vez a ver com a melhoria das condições de vida das populações, dos pescadores essencialmente, mas também da população em geral, na medida em que a activi-

dade piscatória na região é no plano económico e social muito importante.

Nesse sentido o encontro condenou a política do Governo, de satisfação dos interesses dos armadores que visa aumentar cada vez mais os seus lucros, referiu ainda a situação dos portos e barras, a necessidade de investimento em meios de salvamento, de reconversão e renovação da frota, de intervenção nas estruturas de comercialização e distribuição do pescado, as péssimas condições de trabalho, a instabilidade, as reformas de miséria. A falta de medidas adequadas leva à degradação progressiva do

sector, travando assim as possíveis melhorias para a população e o desenvolvimento em geral da região.

Estes são apenas dois aspectos de forte incidência regional, que serão abordados.

Mais um atentado ao Poder Local

— Falaste no papel dos eleitos da APU, nomeadamente na defesa dos princípios da descentralização e autonomia. Discutiram a actividade da Comissão de Coordenação da Região Norte?

— Sim. A actividade da Comissão de Coordenação da Região Norte constitui no distrito do Porto um instrumento de forte limitação da autonomia do Poder Local e de intromissão desenfreada do poder central na vida das autarquias.

A proposta de criação de uma associação de municípios dos concelhos da área metropolitana do Porto, elaborada por este gabinete, não é mais que uma tentativa de acabar de facto com os poderes e capacidade de intervenção das autarquias.

Os próprios estatutos são disso uma clara demonstração: grandes poderes à associação nas áreas fundamentais das actividades municipais, redução aos presidentes das câmaras dos poderes de decisão, colocação dos serviços técnicos dependentes do poder central, isto como exemplos. Outra questão é o tipo, a importância dos problemas e a interligação entre a vida

dos vários concelhos (que são uma importante zona industrial de 1 milhão de pessoas) exigem que os órgãos de decisão que venham a estar ligados ao planeamento da região estejam investidos do poder político que só a eleição lhes pode dar.

Não serve o desenvolvimento do país nem da região substituir uma verdadeira autarquia como são as Regiões Administrativas (com eleição directa de representantes para uma assembleia regional, controlo dos órgãos autárquicos subordinados, uma autoridade executiva regional, responsável pela Assembleia, uma área de administração sob controlo do executivo regional, poderes para financiar actividades na região), cujas atribuições terão de resultar essencialmente da devolução de poderes actualmente pertencentes ao poder central, por uma estrutura cujas atribuições resultam da transferência de poderes actualmente pertencentes às autarquias.

A actividade desta comissão está intimamente ligada à actividade e à política da 'AD' em relação ao Poder Local. É exemplo o projecto de abastecimento de água à área metropolitana do Porto da autoria do mesmo gabinete e vinculado à tal eventual associação, cujos métodos de aprovação são uma expressão clara dos perigos para as autarquias e populações. É um empreendimento de interesse discutível e duvidoso, de enfeudamento das autarquias ao banco mundial e endividamento total dos municípios.

Centenas de intervenções prontas para a Conferência sobre o Poder Local

Um primeiro balanço sobre a última fase dos trabalhos preparatórios da Conferência do PCP sobre o Poder Local — a preparação de intervenções a apresentar nas onze secções — permite concluir que as organizações e militantes do Partido compreenderam a importância desta tarefa, estando a dedicar-lhe a sua melhor atenção.

Com efeito, centenas de intervenções estão já prontas ou a ser ultimadas, abordando uma gama de assuntos tão vasta quanto o campo de acção das autarquias locais, segundo as diferentes características que em cada região, concelho ou localidade aconselham uma ou outra forma de resolução de um mesmo problema.

Assim, no tema de «Informação ao público» (I Secção), por exemplo, serão relatadas experiências bem distintas da actividade desenvolvida nesse campo no Fundão, Coruche, Moura, Portel, Montemor-o-Novo, Moita, Sesimbra, Barcarena.

Experiências diferentes terão também para contar os intervenientes no tema «Trabalho em minoria», pois embora enfrentando uma situação similar à partida, os camaradas da Covilhã, Castelo Branco, Belmonte, Vila Velha de Ródão, Seia, Alcanena, Santarém, Tomar, Torres Novas, Vila Nova de Ourém, Lisboa (só para citar alguns) percorrem certamente caminhos distintos adequados a

cada caso para a defesa dos interesses das populações.

No que toca à actividade das Comissões de Moradores, Bombeiros, Grupos Desportivos, etc., a Conferência será enriquecida com os relatos que chegarão do Porto, Gondomar, Odemira, Évora, Beja, Vendas Novas, Mira Sintra, Vialonga, Sobral de M. Agrado, Ajuda, Almeirim, Ferreira do Zêzere, Vendas Novas, Amadora, entre outros.

As consequências da não aplicação da Lei das Finanças Locais — problema profundamente sentido por todas as autarquias, a tratar na II Secção — será entretanto tema de várias intervenções de alguns concelhos do distrito de Lisboa.

Ainda nesta secção, merecem destaque as intervenções referentes a «Investimentos da Administração Central», onde serão presentes pelo menos três sobre o Alqueva, a cargo de Portel, Moura e Évora, para além de outras duas intervenções do Porto sobre a navegabilidade do rio Douro e a Co-

missão Coordenadora Regional do Norte. Anunciaram já também a participação neste tema geral os concelhos de Sines, Cascais, Santarém, Montemor-o-Novo, Vila Franca de Xira e Loures.

Sem pretender apresentar um levantamento exaustivo de todos os relatos de experiência já confirmados, valerá no entanto a pena prosseguir a «ronda» pelas secções com a apresentação de mais alguns exemplos, certamente mobilizadores e incentivadores para a feitura de mais e mais intervenções sobre as experiências concretas da vida nas autarquias.

Numa rápida passagem pela III Secção, assinala-se uma intervenção vinda da Guarda sobre a «defesa das liberdades»; o funcionamento de uma Assembleia Municipal «AD», a cargo de Sousel; o relato sobre o Conselho Municipal, de Aljustrel; o funcionamento das Assembleias Distritais, de Belmonte. Ainda nesta secção são numerosas as intervenções no capítulo das «Relações entre Câmaras e Juntas» e das «Ilegalidades no funcionamento dos órgãos».

Passando à IV Secção, de notar que até ao momento o problema do funcionamento dos Serviços das autarquias mere-

ceu mais atenção aos concelhos do sul (Beja, Moita, Setúbal, Seixal, Portel, Amadora), enquanto as questões sobre «política de pessoal» serão abordadas desde Tortosendo a Alcácer, passando pelo Fundão e Viana do Alentejo.

Mais de duas dezenas de intervenções estão também ultimadas para a V Secção, vindas de Alpiarça, Castro Verde, Ponte de Sôr, Gondomar, Almada, Grândola, Porto, Castelo Branco, e muitos mais pontos do país. Outro tanto sucede na VI Secção, onde serão presentes experiências colhidas do norte ao sul (Porto, Guarda, Setúbal, Odemira, etc.). À «Ecologia e Poder Local», na Secção seguinte, conta já com mais de dezena e meia de intervenções relacionadas sobretudo com a luta contra a poluição nas zonas florestais, praias e rios.

Na Secção dedicada às questões de Educação, Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres estão certas para já cerca de cinquenta intervenções, o que dá bem uma imagem da riqueza de experiências neste campo.

No que se refere ao tema «Saúde e Segurança Social», predominam sobretudo as intervenções denunciando os boicotes do Poder Central à resolu-

ção dos problemas de Saúde, contrastando com o crescente apoio das autarquias democráticas à infância e terceira idade, nomeadamente nos concelhos a sul do Tejo.

A «Defesa do Património Cultural» será também alvo de várias intervenções, a que se propuseram os camaradas de Sintra, Abrantes, Coruche, Setúbal, Seixal, Santiago do Cacém e Porto.

Finalmente, quanto ao tema «Autarquias e Desenvolvimento Económico», estão prontas ou em vias disso diversas intervenções sobre a Reforma Agrária e o desemprego (Portel, Moura, Seipa, Évora, Arraiolos, Vendas Novas, Viana do Castelo), sobre agricultores e rendeiros (Guarda, Porto).

Neste primeiro balanço muitas das intervenções confirmadas ficaram por referir, como não podia deixar de ser, tão vasto é o número de contribuições para o debate na Conferência. Não se pense no entanto que são de mais. Será do somatório de experiências, dos debates, das intervenções que a Conferência sobre o Poder Local atingirá o seu objectivo — a melhoria e o reforço da gestão democrática nas autarquias.

Quanto mais nela participarem mais ricos serão os seus resultados.



Eleições na Nazaré — APU propõe democracia competência, dinamismo

O concelho da Nazaré — dez mil eleitores e um sem número de problemas graves a resolver — vai às urnas no próximo dia 14 para eleger uma-nova Câmara Municipal.

Nestas eleições suplementares, provocadas, como o «Avante!» noticiou, pela demissão dos vereadores socialistas, joga-se muito do que será o futuro da Nazaré, hoje a braços com uma emigração crescente, com condições de pesca muito perigosas, falta de habitação, carências enormes no campo da saúde e de infra-estruturas.

A construção do porto de abrigo em que muitos depositam as maiores esperanças, não vai resolver todos os problemas, embora possa de facto contribuir para transformar a Nazaré num pólo de atracção importante das pescas portuguesas. Dos planos de infra-estruturas terrestres (lotas, armazéns, instalações de frio e serviços de administração) não faz parte a implantação de indústrias transformadoras e a única que existia na vila, a Al-

garve Exportadora, fechou no início do ano lançando no desemprego 123 trabalhadores, sem quaisquer subsídios.

Como não resolve o problema da habitação, cara e insuficiente para as necessidades, que tenderá a agravar-se quando em 1984 o porto começar a funcionar em pleno, atraindo previsivelmente muitos dos que tiveram de procurar outros portos a sua sobrevivência.

Como não resolverá as carências da freguesia mais populosa do concelho, Valado de Frades, sem um plano de urbanização, sem arruamentos, sem mercado, sem escola preparatória.

Para a resolução destes problemas é necessário, em primeiro lugar, que na gestão do município da Nazaré estejam pessoas empenhadas no desenvolvimento do concelho, com capacidade e dedicação. Pessoas que acima dos problemas pessoais e partidários coloquem sempre os problemas das populações, desde o mais pequeno lugar a

sede do concelho, sem demissões.

Das cinco listas que concorrem às eleições suplementares — APU, PS, «AD», UDP e MRPP — é a do Povo Unido que melhor corresponde às necessidades. Encabeçada por um homem de reconhecido mérito e de grande prestígio junto da população, o dr. Fernando Soares, quer pela sua acção à frente da Comissão Administrativa que dirigiu a Câmara em 1974, quer depois como vereador da APU e agora de novo como membro da actual Comissão Administrativa, a lista apresenta um conjunto de homens e mulheres competentes e dinâmicos capazes de levar a cabo uma boa gestão democrática do concelho.

Ficar em casa não resolve os problemas em lado nenhum.

Votar na APU é uma garantia de que a população estará sempre presente na autarquia, que os seus interesses serão defendidos, que os problemas não ficarão por resolver.

Eleições em Glória do Ribatejo

Realizam-se no próximo domingo, dia 7, eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Glória do Ribatejo.

As eleições, provocadas pela demissão dos eleitos do PS, que detinham a maioria, deve-se essencialmente à falta de iniciativa, ao sectarismo e à incapacidade do anterior executivo.

Ao candidatar-se às novas eleições a APU alerta a população para as razões que levaram à queda da Junta e aconselha «o povo da Glória a olhar com atenção para os exemplos vizinhos de Coruche e de Benavente, onde os actos e as obras estão de acordo com as palavras e os programas» apresentados pela APU.

Porque, como se sublinha no Programa Eleitoral, «a APU nas Câmaras e Juntas de Freguesia significa competência, dedicação, honestidade, força de vontade, estabilidade e progresso».

Por isso votar na APU é votar num programa realista, num programa para cumprir com o povo e para o povo.